

SESSÕES DO PLENÁRIO

120ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1º de dezembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO REINALDO BRAGA (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Invocando a proteção de Deus, havendo quórum, declaro aberta a sessão.

Há sobre a mesa um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados requerendo (Lê) *“a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.590/2015 para o Projeto de Lei nº 21.621/2015, Requerimento de Urgência nº 8.591/2015 para o Projeto de lei nº 21.623/2015, Requerimento de Urgência nº 8.592/2015 para o Projeto de Lei nº 21.624/2015, Requerimento de Urgência nº 8.593/2015 para o Projeto de Lei nº 21.631/2015, Requerimento de Urgência nº 8.594/2015 para o Projeto de lei 21.632/2015, Requerimento de Urgência nº 8.595/2015 para o Projeto de Lei nº 21.634/2015, Requerimento de Urgência nº 8.596/2015 para o Projeto de Complementar nº 123/2015, Requerimento Prioridade nº 8.598/2015 para o Projeto de Lei nº 21.620/2015, Requerimento de Prioridade 8.597 para a Proposta de Emenda Constitucional nº 148/2015 e o Projeto de Lei 21.530/2015.*

Sala das Sessões, 01.12.2015”

Então está comunicada a convocação de uma sessão extraordinária para ser iniciada dois minutos após o encerramento da presente.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Maria del Carmen comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 25/11/2015.

Do Deputado Pastor Sargento Isidório comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 18/11/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra a primeira oradora inscrita a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores que estão presentes galerias, as suas provocações, deputado Sandro Régis, não me dizem nada. V.Ex^a já me conhece de algum tempo, portanto, não venha com essa porque a mim o senhor não está dizendo nada.

Infelizmente, eu não consegui pegar o Diário Oficial da União de ontem. Vou falar sobre a questão do retorno das eleições com a cédula manual. Está aprovada essa resolução pelos Tribunais de Brasília e eu, realmente, quero deixar aqui registrado o meu repúdio.

Camaçari foi uma cidade que sofreu muito com a fraude eleitoral...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada, um minuto por favor. V.Ex^a precisa dar presença.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Então, presidente, eu quero aqui deixar registrado o meu repúdio. A nossa cidade, Camaçari - e inclusive o Estado da Bahia como um todo -, sofria muito nas eleições antes da instalação das urnas eletrônicas. Foi com muita tristeza que eu vi, não tive nem tempo de ler direito, esta decisão dos Tribunais em

Brasília de retornar, tendo em vista a contenção de gastos, voltar a fazer nas eleições uso das cédulas manuais.

Acho realmente que é um retrocesso. O nosso Brasil estava sendo referência no mundo, até pela rapidez e a lisura nas urnas eletrônicas, mas agora recebemos a triste notícia deste retrocesso. Quero deixar registrada a minha insatisfação. Vou conversar com a nossa Bancada federal e quero pedir o apoio desta Casa para que verdadeiramente façamos algum tipo de pressão para que isso não aconteça. Não tem cabimento, num País que avançou tanto no combate à fraude eleitoral, permitirmos que um absurdo destes aconteça!

Quero também, Sr. Presidente e senhores que estão aqui presentes nesta sessão, dizer que recebemos nesta terça-feira este lote de projetos oriundos do Executivo. Nós tivemos uma reunião hoje pela manhã com o governador e nela questionamos o ingresso destas matérias aqui na Casa agora, no final do ano, e S.Ex^a justificou que ficou aguardando para ver se a receita e a economia do Estado reagiam às dificuldades. Por isso, deixou para no último momento apresentá-las.

Quero aqui me colocar à disposição de todos os servidores e todas as pessoas envolvidos nesta questão. Já fui procurada ontem pela Associação, por alguns defensores, e acho que uma das prerrogativas nossas como deputados é fazer a intermediação entre os Poderes e os conflitos. Ainda não tenho uma opinião formada. Apesar de ter ouvido hoje as explicações sobre o porquê dos projetos, ainda não tive tempo de fazer a leitura nem de discutir com a nossa assessoria jurídica. Mas daqui deixo registrado, caso vocês queiram o meu apoio, que o meu mandato está à disposição para intermediar qualquer conflito, qualquer desentendimento entre os Poderes. Se não quiserem, também não há nenhum problema.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Servidores, eu quero dizer que a Casa é de vocês, que têm todo direito. Agora, é preciso que haja respeito. Vocês sabem quem é o deputado que está falando, até porque tem no painel. Se vocês não conheceram, mesmo assim é preciso que haja o respeito para que não tenha problema durante a tramitação de longas horas ou dias que nós vamos ter para a votação deste projeto.

Então, para que não haja problemas, vocês têm todo direito. Agora, na Casa não se pode, quando o deputado está usando da palavra, qualquer que seja ele, vaiá-lo. Isso aqui não é permitido. Para não haver problemas e tudo transcorrer em paz em todo o trâmite deste projeto, que vai demorar, irá para o mês de janeiro, é bom que a gente mantenha o respeito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Meu caro presidente Adolfo Menezes, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, esta Bancada aguerrida da Oposição, da qual nós fazemos parte, parece-me que hoje teremos trabalho redobrado porque, meu caro Líder, deputado Sandro Régis, temos a oportunidade e a obrigação de mostrarmos a toda a Bahia que a nossa Bancada não vale um trator, não vale três poços artesianos, nem vale ambulância. (Palmas!)

Nós, no decorrer desta tarde...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Hildécio, V.Ex^a também não deu presença. Então, não está presente. Por favor.

Remarquem o tempo do orador.

(O deputado faz o registro da sua presença.)

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Bem, Sr. Presidente, reparada a nossa falha, vou dar continuidade.

Então, meu caro Líder Sandro Régis, teremos a oportunidade, como havia dito aqui, de mostrar para toda a Bahia o quanto vale, de fato, um deputado de oposição. Nós não valem ambulâncias! Nem poços artesianos nem tratores!

O que não podemos conceber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que esta Casa continue a receber, de forma atropelada, projetos de lei do interesse da população baiana e de todo o Estado dessa maneira como o Poder Executivo insiste em encaminhá-los para cá. E por coincidência, no apagar das luzes deste ano, forçando a barra e sobrestando o Orçamento, o governo coloca uma série de projetos de lei nos obrigando, de certo modo, a votá-los em regime de urgência. Mas teremos durante esta tarde a oportunidade de debatê-los.

Porém quero especificamente neste momento, meu caro deputado Pablo Barrozo, chamar a atenção para um fato. Se um de nós ligar a televisão por acaso e sintonizar na Rede Globo, a emissora mais vista no nosso Brasil, não vai se surpreender ao ouvir aquela musiquinha nefasta do noticiário extraordinário e assistir à seguinte manchete: “O governo brasileiro declara oficialmente a falência dos seus órgãos vitais. Decreta a falência da máquina que impulsiona o serviço público no nosso País.”

Eu tinha chamado a atenção aqui há meses, meu caro deputado Luciano Ribeiro, sobre essa inovação do Orçamento previamente deficitário. Nunca ouvi falar nisso! Nós estamos chegando ao final do ano e o que estamos vendo?! Hoje o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, o Sr. Dyogo Oliveira, nos trouxe uma notícia formidável dizendo que os Ministérios asseguraram a oferta dos serviços públicos ainda por esta semana. Ninguém sabe o que pode acontecer a partir da segunda-feira. Pelo que ele fala, os serviços públicos no nosso Brasil irão parar.

Já estão ameaçados os recursos da Farmácia Básica, dos outros programas de saúde e de bolsas de especialização, os pagamentos de energia, água e telefone, os

serviços de atendimento e aqueles terceirizados, além - pasme, meu caro deputado Euclides Fernandes! - das eleições do ano que vem. Elas estão comprometidas ou serão realizadas no modelo antigo, no papel, ou provavelmente não se realizarão!

Enquanto isso, meu caro presidente desta Casa, a nossa presidente da República está assegurando seu mandato nas mãos daquele que se assegura na Presidência da Câmara com a possibilidade de imprimir o processo de impeachment. E assim o nosso País vai navegando: ela segura na mão dele, e ele segura na mão dela!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente dos trabalhos, deputado Adolfo Menezes, amigo e vice-presidente deste Parlamento, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Servidores que ocupam as Galerias Paulo Jackson, Imprensa, subo à tribuna nesta tarde para dizer que esta Casa tem de fechar. Nós, parlamentares, estamos perdendo a prerrogativa de defender o voto que a sociedade nos concedeu.

É inadmissível o governo mandar 24 projetos pra cá na quinta-feira, e entrarem oito em regime de urgência hoje! Não são projetos que mexem apenas com a estrutura do nosso Estado! São projetos que mudarão a vida das pessoas!

A Bancada da Situação - não vejo nenhum deputado governista neste Plenário, além dos meus amigos Euclides Fernandes e Robinho e da deputada Luiza Maia, do PT - não tem coragem de vir olhar nos olhos de cada um dos senhores aqui.

É inadmissível apresentar uma PEC que mudará as conquistas dos servidores públicos estaduais da nossa Bahia e ela já entrar em regime de urgência, sem passar por uma Comissão para ser debatida!

Nós, parlamentares, temos de estar envergonhados com o que esta Casa Legislativa impõe a este Parlamento. É uma vergonha, deputado Euclides Fernandes, V.Ex^a que é um grande líder na sua região, professor e servidor público estadual!

Não podemos dizer amém ao governador e não discutir os projetos que adentraram este Poder! O aumento do ICMS gerará, deputado Leur Lomanto, um aumento direto na mesa dos que mais precisam!

Esta Casa hoje, deputado Hildécio Meireles, deixa de ser o Parlamento baiano, deixa de representar legitimamente cada baiano do nosso Estado e passa a ser uma mera Secretaria para dizer amém ao governador Rui Costa!

A nossa Bancada, que é minoria mas representa a maioria da Bahia, lutará! Usaremos todo mecanismo neste Plenário para sensibilizar o governo!

Deputado Leur Lomanto, estamos acostumados a dizer que os deputados

governistas fazem chacota dizendo “Vocês brigam, brigam, brigam, e não têm o voto do servidor!” Eles precisam saber que o nosso interesse aqui não é eleitoral. O nosso interesse aqui é deitarmos com a nossa consciência tranquila, deputado Luciano, tendo a tranquilidade de que o nosso voto não é trocado pelas benesses do governo. O nosso voto tem o compromisso com cada cidadão desta terra.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu, se fosse V.Ex^a, encerraria esta sessão e levaria a chave deste Parlamento ao governador Rui Costa, porque hoje deputado passou a não valer nada no Estado da Bahia.

O meu muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, deputados, deputadas, Imprensa, Galerias, defensores, professores universitários presentes, infelizmente o governador Rui Costa demonstra que este governo está sendo o governo da incoerência e perde a sensibilidade. Como homem público, além de perdê-la, passa, começa a partir de hoje o Sr. Governador do Estado da Bahia, deputado Bira e deputada Luiza Maia, que representam o PT nesta Casa hoje - vejo os outros deputados ausentes, não sei por que motivo, talvez envergonhados por S.Ex^a perder a sensibilidade no cargo que ocupa -, a perder o respeito das pessoas.

Quero dizer que talvez não seja da ciência de todos, mas o governador apresentou a esta Casa neste mês também um projeto de lei que altera as metas fiscais. Rui do PT, Rui de Dilma quer é justamente imitar a presidenta que envergonha a todos os brasileiros e baianos. Diferenciar as metas fiscais, deputado Bira, pra fazer o quê? As pedaladas! Infelizmente S.Ex^a tem tido essa postura!

Anotei alguns fatos que me chamaram a atenção, porque votamos contra o aumento do Planserv e nós, deputados da Oposição, reclamávamos que lamentavelmente não havia um sindicato presente naquela data. Aqui quero agora fazer uma correção. Existem muitos Sindicatos que são representados por pessoas que representam os servidores. Vejo o exemplo de alguns: são os Sindicatos das Universidades, que estão unidos em prol de uma causa que é apartidária. Assim como os defensores, que estão nas Galerias legitimamente atrás de defender os seus direitos.

Realmente o governador Rui Costa perdeu a sensibilidade. Mas eu e a maioria de vocês, com certeza, ouvimos dos nossos pais o seguinte: “Meu filho, você estude e depois trabalhe, que você vai vencer na vida.” S.Ex^a, apesar de ser do Partido dos Trabalhadores, certamente não acredita na força do trabalho e na força da educação. Isso digo porque sou advogado de formação e tive como alcançar atualmente o espaço de deputado estadual porque estudei muito e sempre dei valor ao estudo. Também sempre dei valor aos professores e ao direito adquirido. Enfim, sempre dei valor à

Justiça. Porém lamentavelmente o governador tenta, desta forma como age, diminuir os servidores baianos.

Este ano, ele trouxe uma mensagem a esta Casa para diminuir os cargos comissionados. Pasmem! No início deste 2015, havia 10 mil contratos REDA. Hoje há, deputado Robinho, 18 mil! E num tempo de recessão! V.Ex^a aumentou em oito mil os REDAs! Para botar os apaniguados, existe espaço! Agora existe espaço para gastar com os apaniguados! Para as pessoas que estudaram a vida toda e passaram em concurso público, sabe o que acontece, deputado Euclides?! Elas são açoitadas pelo governo e têm seus direitos cortados!

Aqui nesta Casa, V.Ex^{as} serão constrangidos, porque nós da Oposição não aceitaremos isso calados! Isto é uma vergonha! O Líder da Minoria, deputado Sandro Régis, citou bem daqui desta tribuna: nós não valeremos nada se dissermos amém e não formos independentes. V.Ex^{as} são governistas. Votam com o governo igual a nós quando votamos neste Legislativo em causas que achamos nobres, causas necessárias para o bom andamento do Estado. Mas cortar direitos adquiridos, aumentar ICMS, em época de recessão, aumentar o Planserv para os servidores que mais necessitam... O governador, cinicamente, diz que a principal bandeira dele é pela educação, e vem cortar recursos das universidades e dos colégios.

Apresentamos na LOA, que foi votada em regime de urgência, uma emenda que aumentaria em 490 milhões de reais para o ano que vem as verbas para as universidades, o que não foi aprovado, pois os deputados governistas não aceitaram. Poderemos, aqui, consertar esse erro; teremos oportunidade, neste ano, de consertar esse erro.

E esta guerra, queridos servidores públicos que hoje se fazem presentes, não é uma guerra de um dia só.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Peço um pouco da sua paciência, presidente. Iremos travar essa guerra por todo o final do ano, nas férias, janeiro, fevereiro, se for preciso, obstruindo para que os direitos dos servidores sejam realmente garantidos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Herzen Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Luiza Maia, que confessou não ter conhecimento do que vai votar, não teve tempo, confessou aqui. Não tem ainda uma opinião sobre os projetos. Vejo aqui duas laudas e meia de projetos; 24 projetos de lei e uma PEC que altera a vida do servidor, que maltrata o servidor, que pune o servidor público. É verdadeiramente um pacote de

maldades que o governo manda para esta Casa.

Mais uma vez demonstra que quer transformar esta Casa numa secretaria avançada do governo. Tudo que é demandado, esta Casa responde ao governo de maneira positiva, porque ele tem uma maioria esmagadora. Eu diria que falta gestão. No domingo saiu uma manchete no jornal *A Tarde*: “Saúde fecha cerco e evita desperdício de 300 milhões de reais”. Então tem dinheiro, falta gestão.

Hoje, pela manhã, o governador - matando inclusive as sessões temáticas de maneira deliberada, marcando reunião com os deputados, não acontecendo as reuniões temáticas para as quais o presidente Marcelo Nilo tanto apela pela presença dos deputados, um péssimo exemplo do governo - convoca os deputados na governadoria para falar das dificuldades. Eu já soube que deputados estão falando “vamos votar para não quebrar o Estado”. Então, quebram os professores, os militares, os servidores.

E o remédio, o governo tem. A CGU divulgou no programa A Voz do Brasil que 90% dos recursos para a saúde e 50% para a educação são desviados em função da corrupção. O que o governo deve fazer? Deve dar exemplo. São 28 secretarias; que ele governe com quinze. São 12 mil cargos de confiança; reduza, dê o exemplo. Dando exemplo, poderemos permitir que o funcionalismo não venha a se submeter a essa humilhação e a esse sofrimento.

Não é só isso, o governo quer arrecadar. Ninguém suporta mais a carga tributária perversa! E o governo manda para esta Casa uma solicitação para aumentar a alíquota do ICMS de 17 para 18% e para criar um fundo de 2% para a pobreza. Analistas, economistas, especialistas atestam com segurança que isso representará, imediatamente, uma inflação de 5%. Como se não bastasse a inflação do PT, a inflação do governo federal teremos também o aumento da carga tributária, refletindo na inflação nacional e na inflação estadual.

Quero saudar todos os servidores. Fico feliz em vê-los aqui. Estaremos – a Oposição fechou questão – sob o comando do deputado Sandro Régis e não votaremos com o governo. Não há nenhum acordo! Não faremos acordo! Não iremos negociar! Estaremos aqui com a nossa voz, com a nossa disposição em defesa da Bahia, em defesa dos setores produtivos e em defesa do funcionalismo público, dos servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(As Galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria de fazer um apelo...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, não há nenhum orador na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mesmo sem ninguém na tribuna, deputado!

Eu gostaria de fazer um apelo. O Regimento Interno não permite que os ocupantes das Galerias Paulo Jackson se manifestem. Vocês serão bem-vindos, mas eu tenho de cumprir o Regimento Interno. Faço um apelo, eu estou pedindo! Se vocês querem aplaudir, aplaudam. Mas, se vocês não concordarem, por favor não gritem, porque o som é muito ruim no Plenário. Faço um apelo. Estou pedindo a vocês que mantenham a calma, para que possamos prosseguir com a sessão. A votação é aberta! Eu faço esse pedido. Jamais serei indelicado com os companheiros e companheiras que estão nas Galerias Paulo Jackson. Estou fazendo um apelo para que V.S^{as} não passem do ponto.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputados, Srs. Deputados, servidores que nos acompanham através das Galerias Paulo Jackson, imprensa presente, hoje é um dia muito triste para o nosso Parlamento. Nós que, durante todo este ano, viemos chamando a atenção desta Casa para a questão dos projetos do Regime de Urgência, hoje, infelizmente, temos seis projetos em regime de urgência a serem apreciados por nós, parlamentares.

Ora, o “pacote de maldades” enviado pelo Poder Executivo será votado, hoje, pela maioria dos parlamentares, obviamente pelos parlamentares que compõem a ampla Base do Governo, sem que ao menos eles conheçam de perto o que cada projeto desse trará de benefício e de prejuízo para o Estado da Bahia. É lamentável!

Ontem eu tive a oportunidade de conversar com os defensores públicos, que têm a convicção de que esse projeto que será apreciado hoje é inconstitucional. Esta Casa vira as costas para os argumentos dos defensores públicos e insiste em votar na marra o projeto hoje, na tarde de hoje.

O que está claro para mim é que a Base do Governo está completamente constrangida! O fato é que eles não se fazem presentes no Plenário, porque não têm condição de olhar na cara dos servidores! (As Galerias se manifestam.)

Hoje pela manhã, o Sr. Governador do Estado da Bahia promoveu um encontro com a Base Governista, e, durante o café da manhã, convenceu os deputados do governo da importância de votarem esses projetos no dia de hoje. Quero, aqui, fazer um desafio aos deputados que participaram desse café da manhã: subam a esta tribuna e digam aos servidores quais foram os argumentos que o governador usou para convencê-los a votar esse projeto no dia de hoje.

É lamentável que um governo federal, que já está há mais de uma década no poder, transforme o País num esquema de corrupção fabuloso. A crise foi se estendendo para Estados e Municípios. E agora? Quem vai pagar a conta? Inicialmente os servidores e depois toda a população da Bahia e do Brasil. É lamentável perceber que estamos num caminho sem volta.

O governo tem 29 secretarias, deputado Luciano Ribeiro. Antes de punir os servidores, eles deveriam reduzir o tamanho do Estado, das suas secretarias, enxugar, cortar na própria carne. Mas é muito mais fácil punir os servidores do Estado da Bahia! E é isso que eles estão fazendo aqui.

A base composta pela Bancada governista é de 42 deputados, a nossa Bancada tem 21 deputados, somos a Minoria. Mas, pela primeira vez nesta Casa, a Minoria será maioria, porque estamos do lado dos servidores do Estado da Bahia. (As Galerias se manifestam.)

Fui procurado por vários servidores, não só da Defensoria, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, como também da Assembleia Legislativa. Estão todos apavorados! Há um tempo atrás nós aprovamos aqui... Nós, vírgula, a base do governo fez mudanças no Planserv. E só agora os servidores viram o tamanho do valor que estão pagando pelo Planserv.

O resultado dessa votação de hoje, se o governo não se sensibilizar, vocês, futuramente, sentirão na pele a mesma coisa que muitos servidores, hoje, sentem, ao pegar o contracheque e perceber que o Planserv ficou impagável.

Existem 6 projetos de lei, Sr. Presidente Marcelo Nilo, e entendo que esta Casa... A Constituição diz que os Poderes devem conviver em harmonia. Independência e harmonia, é o que diz a nossa Constituição. Mas, infelizmente, hoje, esta Casa pretende dar uma demonstração de que este Poder é um Poder subserviente e que fica agachado ao Poder Executivo.

Vamos reagir! Ainda há tempo! Vamos defender os servidores do Estado da Bahia. (As Galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

(As Galerias gritam palavras de ordem.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor! Faço um apelo!

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- A minha questão de ordem é para dizer que as Galerias se manifestam no momento em que não há orador na tribuna. Portanto, não atrapalham.

(As Galerias se manifestam.)

Sr. Presidente, peço um minuto de sua atenção. As Galerias se manifestam quando não há orador na tribuna. Não estão atrapalhando, de forma alguma, o prosseguir do debate, do diálogo. Então, como V.Ex^a tem a sensibilidade muito mais apurada do que o governador Rui, do PT, gostaria de que V.Ex^a nos ajudasse e compreendesse. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o Regimento Interno da Casa não permite às pessoas falarem. O Regimento não permite! Eu sou obrigado a cumprir.

Terei a maior paciência, a maior boa vontade, mas faço um apelo...

O Sr. Pablo Barrozo:- Faço um apelo a V.Ex^a que é deputado de tantos mandatos e presidente, para que a gente mude o Regimento, então, porque está errado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a tem que cumprir o Regimento. Eu faço um apelo a V.Ex^a, que é Líder da Oposição em exercício. As pessoas podem ficar nas Galerias, mas não podem se manifestar. O Regimento não permite.

Peço, inclusive, a V. Ex^a, que nos ajude a conduzir os trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Galerias Paulo Jackson, funcionários desta Casa, imprensa aqui presente, nesta tarde em que aqui nos encontramos para apreciar diversos projetos de extrema importância para a vida dos baianos, especialmente dos servidores públicos, estamos a assistir, a ver e enxergar a verdadeira face do Legislativo Baiano: o Legislativo que só tem uma Bancada, a Bancada da Oposição. A Bancada da Situação encontra-se silente e ausente das discussões importantes; porque, durante todo o ano, o governador do Estado tem usado esta Casa como uma verdadeira secretaria de Estado, onde se aprovam – veja o absurdo, meu caro deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT – vinte e quatro projetos enviados a esta Casa pelo governador. Simplesmente dezenove deles estão aqui com pedidos de urgência. Como se isso já não fosse o bastante, o governado hoje esvaziou todas as comissões para que não houvesse discussão no âmbito das comissões, para que projetos importantes como o Orçamento do Estado não fossem discutido, como não está sendo.

Vocês que estão nas galerias haverão de ver, hoje, infelizmente, só a Bancada de Oposição falando. Não vão ouvir um contraponto. Isso é a marca, o verdadeiro carimbo de que não há argumento, de um governo que não tem planejamento. O orçamento que se pretende votar hoje será votado com 30% de suplementação. Ou seja, falta planejamento. Não há nada que justifique um orçamento com 30% de suplementação. Isso é falta de planejamento. Você não prevê um orçamento de 30% sem precisar passá-lo por esta Casa.

Além do mais, hoje os projetos em regime de urgência que serão votados aqui são aqueles que mais ferem a vocês: os defensores públicos, os servidores públicos. O PL 21.631 eles querem votar como votaram o Planserv, feito um avião, para que ninguém saiba, para que a Bahia não discuta. Nós precisamos fazer com que esta Casa tenha o seu valor, para que esta Casa seja verdadeiramente a Casa dos baianos, a

Casa na qual se possa, sim, haver manifestações nas galerias, com respeito, é óbvio. A Casa em que se possa travar o debate.

Sobre o que eu estou falando aqui, gostaria muito de ser contraditado, gostaria muito de que argumentos contrários viessem; porque aqui é que haveriam de nascer, do embate das nossas ideias, do embate dos nossos argumentos, daquilo que a Oposição fala e que o governo deve apresentar, as verdadeiras políticas públicas que virão nascidas da legitimidade do povo através dos nossos mandatos.

Por isso ainda irei, durante o tempo de hoje, a tarde, a noite, entrar no mérito desses projetos. Mas quero aqui, neste instante inicial, Sr. Presidente, mais uma vez, mostrar a minha indignação de forma peremptória, de forma que V.Ex^a faça valer a esta Casa as discussões que ela merece. Eu não posso admitir os artifícios usados pelo governo, que ele retire e volte com um projeto, num artifício regimental, simplesmente para poder aprovar todos os projetos em regime de urgência. E aqui vejo três projetos que o governo coloca, dá número para votar a urgência, retira, depois volta. Esta Casa, Sr. Presidente, não pode permitir isso. Não pode se admitir que um projeto valha por três, que o governo retire a seu bel-prazer e volte apenas para dar a urgência que ele tanto necessita. A urgência só serve para uma coisa, a urgência só serve para que o governo não ouça o povo, não ouça os defensores, não ouça a comunidade, não ouça os servidores, não queira discussão e para que os deputados da Base não sejam enxergados e vistos por aqueles que votaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, são 15h31min, o final do pequeno expediente acaba de chegar e hoje vamos apreciar oito projetos em regime de urgência. Não tivemos condições de discuti-los no âmbito das comissões e, em regime de urgência, eles vêm direto para o Plenário. O que esperamos é que os deputados da Base de Governo venham para o Plenário para que possam usar os argumentos que eles têm para aprovar esses projetos; porque somos contra e estamos dizendo justamente o porquê que somos contra. E gostaríamos de ouvir o contraditório por parte dos governistas, já que hoje no café da manhã eles foram convencidos de que esses projetos deverão ser votados em regime de urgência. Se não tivemos a condição de discutirmos no âmbito das comissões, espero que possamos discutir neste Plenário. Por isso quero solicitar de V.Ex^a uma verificação de quórum, para que todos os parlamentares possam se fazer presentes aqui neste Plenário. (Palmas.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai no sentido de atender a posição do nosso querido deputado Adolfo Viana. Até que é real, pois precisamos debater, temos argumentos suficientes para fazer um debate maduro, um debate da importância dos diversos projetos que estão tramitando nesta Casa.

Por isso queria pedir a V.Ex^a que chamasse todos os deputados e deputadas, para que se fizessem presentes aqui no Plenário – pois há uma verificação de quórum para a continuidade da sessão –, e que marcasse o tempo de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defendo a questão de ordem de V.Ex^{as}.

Srs. Deputados, quórum de continuidade da sessão solicitada pelos deputados Adolfo Viana e Rosenberg Pinto. Zera o painel. Marquem 15 minutos.

Srs. Deputados que querem a continuidade da sessão, marquem as presenças.

(Chamada nominal para a continuidade da presente sessão.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, está claro para todos os parlamentares da Oposição que existe aí um total constrangimento por parte dos deputados da Base de Governo. Eles são 42 parlamentares e só 9 deles deram suas presenças até agora. E é muito difícil votar projetos sem o conhecimento integral dos mesmos.

Vejam, são 8 projetos em regime de urgência que chegam a esta Casa. Obviamente, os parlamentares, componentes desta Casa, não têm conhecimento do que votarão na tarde de hoje. São muitos os projetos.

Eu faço um apelo ao Líder do governo. Vamos retirar estes projetos, deputado Zé Neto, e conversar com os servidores, com os defensores públicos, com os delegados (palmas), com todos aqueles que se fazem aqui presentes. (Palmas.)

V.Ex^{as}, sempre, defenderam o diálogo e, agora, viram as costas para os servidores. Eu faço um apelo a V.Ex^{as}. vamos suspender esta sessão; abrir o diálogo com os servidores; e encontrar um caminho bom para os servidores do Estado da Bahia e, ao mesmo tempo, que atenda aos interesses do governo.

Seria inimaginável pensar que os sindicalistas chegassem ao governo do Estado da Bahia e tratariam os servidores públicos desta maneira! (Muitas palmas calorosas.)

Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Líder do governo, deputado Zé Neto, para que ele tenha mais sensibilidade para com os servidores, porque eles, durante este mês, já sentiram o peso de um projeto votado por esta Casa em regime de urgência que foi o projeto do Planserv. Quando os servidores receberam os seus contracheques ao final do mês, eles viram o valor do desconto e muitos já estão

saindo do Planserv, porque não terão condição de ficar no plano.

Agora, vêm o projeto de aumento das alíquotas do ICMS, o projeto de redução dos direitos dos trabalhadores e outros. São 24 projetos e 8 deles em regime de urgência!

Se esta Assembleia Legislativa votar estes projetos hoje, a ALBA estará desmoralizada e agachada para o Poder Executivo!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há um pedido de quórum para a continuidade da sessão.

Faço, agora, a chamada nominal dos Srs. Deputados para a continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, nós, hoje, fizemos uma reunião com o governador. Os representantes da Defensoria Pública, inclusive, também, estiveram com a gente. Aliás, a presidente da associação que está, agora, na Liderança da Maioria.

Em uma conversa com o governador, até porque foi, talvez, a única associação com a qual o governador ainda não conversou, porque ele tem conversado com todas as associações, sindicatos de servidores, etc.

(As galerias manifestam-se ruidosamente e com vaias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, vamos manter a educação.

(As galerias manifestam-se ruidosamente e com vaias.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Nós acertamos – e governador concordou – em fazer a retirada da urgência com relação ao projeto que diz respeito aos defensores públicos. (Palmas.)

Quero agradecer ao governador por este entendimento.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Rosemberg vai retirar o projeto dos defensores. Ao menos, eles começaram a admitir que estão agindo de maneira equivocada. Já retiraram um e nós queremos que retirem os outros.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu entendi que o deputado Rosemberg

afirmou aqui que retirará o projeto de urgência dos defensores públicos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não. Quem retira é o governador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não! Quem retira é o Líder do governo.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Zé Neto, os servidores públicos do Estado da Bahia não são crianças. Não adianta empurrar para o governador. Vai retirar ou não o projeto? (Palmas.) Nós queremos saber disso, pois o interesse é que se retire o projeto. (Palmas.) Fora daí!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, o Líder do governo, deputado Zé Neto, pediu-me para retirar o projeto de urgência dos defensores e eu deferi. Só a urgência, repito, eu deferi só a urgência.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Faltam vários Srs. Deputados marcarem as suas presenças.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, já há quórum para a continuidade da presente sessão.

(As galerias manifestam-se ruidosamente e com vaias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, faço mais um apelo às galerias.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Robinho pelo tempo de, até, 25 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Boa-tarde a todos e a todas.

Sr. Presidente Marcelo Nilo, servidores públicos que vieram aqui reivindicar os seus sonhos e os seus desejos, para mudar um pouco o foco da discussão, gostaria de relatar um acontecimento. Eu, vindo do meu interior da cidade de Nova Viçosa, quero usar as minhas palavras direcionadas ao secretário de Turismo do Estado da Bahia, meu amigo Nelson Pellegrino; ao diretor da Bahiatursa; ao secretário do Meio Ambiente, Eugênio; e ao governador Rui Costa.

Para quem não conhece Nova Viçosa, esta é uma cidade litorânea com 37 quilômetros de praias muito conhecidas como a Praia dos Mineiros, pois fica a 120 quilômetros da divisa de Minas Gerais. E, no verão, essa praia é muito frequentada pelos mineiros, principalmente vindos do interior de Minas Gerais. Lá, existem mais de 105 pousadas, hotéis e campings e conta com uma economia que move mais de 10

mil pessoas, com comércio, restaurantes e vendedores ambulantes.

Neste final de semana, houve uma audiência pública com a presença do Ministério Público pelos problemas que vêm acontecendo. Vizinha à cidade de Nova Viçosa, existe uma cidade histórica conhecida e se chama Caravelas. E, lá, em Caravelas, existe um terminal de barça que, na realidade, é um porto onde é transportada a madeira de eucalipto da empresa Fibria para o Espírito Santo. Também, o que provoca o grande problema é a dragagem do porto para abrir o canal para o tráfego das barças que transportam a madeira.

Nos últimos quatro anos, vem surgindo nas praias de Nova Viçosa uma lama que, de acordo com os estudiosos, ambientalistas, biólogos, essa lama é provocada pela dragagem do canal de Caravelas. Tivemos uma audiência pública porque está trazendo um transtorno muito grande para a cidade de Nova Viçosa: acabando com o turismo, levando os comerciantes a um desânimo total, aos donos de hotéis, aos barraqueiros... Porque o deputado Robinho pede aqui socorro ao secretário de Turismo, ao secretário de Meio Ambiente. Porque a barça teve a autorização do Inema para essa dragagem, para que as barças possam fazer o transporte da madeira, e o Ibama também autorizou a dragagem. Então, o que queremos pedir para o secretário de Turismo, para o diretor da Bahiatursa, para o secretário de Meio Ambiente, para o governador é que possam formar uma comissão para ir ao local para ver o transtorno que está acontecendo naquela região, uma região promissora e, como falei aqui no início, muito frequentada pelos mineiros. Para vocês terem uma ideia, no verão, Nova Viçosa recebe mais de 30 mil mineiros, e o transtorno, a tristeza das pessoas daquela cidade está muito grande. A cidade, com essa barça e esse transporte de madeira, nunca recebeu investimentos, nunca teve contrapartida, mas nem assim compensaria, porque o mais importante é a natureza, as belezas naturais das praias e da vida de mais de 10 mil pessoas que ali vivem daquelas atividades, do turismo e da pesca.

Então, vou visitar todos esses secretários, os diretores, com o objetivo de que possam nomear pessoas que possam enxergar aquele problema e que algo possa acontecer. O que não pode é um órgão de combate ao desastre ambiental liberar algo que acaba com as praias, lindas, maravilhosas que existem naquela cidade.

Então, meus amigos, para descontrar o debate, eu agradeço...

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROBINHO:- Com o aparte o deputado Robinho.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu caro deputado Robinho, eu quero solidarizar-me com parte do pronunciamento de V.Ex^a para também falar da nossa região, uma das regiões mais belas do litoral baiano, mas temos sentido lá a falta de ações do governo do Estado, especificamente no que diz respeito à área de turismo. Temos lá terminais marítimos por onde circulam algumas centenas de milhares de pessoas por ano, visitantes ou moradores, e temos precariedade, tanto nos terminais marítimos de

Valença como de Cairu, especificamente no Morro de São Paulo, na Gamboa do Morro, em Boipeba.

Da mesma forma, há precariedade no setor que diz respeito ao serviço de energia elétrica em todos esses lugares mencionados, pois este serviço é, ainda, muito precário em seu atendimento; apesar de que, ao longo do tempo, ter havido uma melhora pequena, mas, ainda, há muita precariedade.

O sistema de energia não suporta o desenvolvimento do trade turístico. Temos, também, o problema do fornecimento de água. Estamos nos preocupando com a chegada do verão em relação à questão do fornecimento de água e à questão do saneamento básico, porque este último item, lá, é precaríssimo.

Portanto, aproveitamos para, também, apelar ao secretário de Turismo, deputado Nelson Pellegrino, para ele voltar o seu olhar ao litoral baiano, a fim de fortalecer a atividade turística que emprega, que cria renda, que traz receita para os municípios e, também, traz receita para o nosso Estado.

Portanto, quero me solidarizar ao pronunciamento de V.Ex^a e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo por esta oportunidade.

Muito obrigado.

O Sr. ROBINHO:- Para terminar as minhas palavras, a minha preocupação em relação àquele município é no sentido de pedir, também, o apoio da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, a fim de que a mesma possa nos ajudar dando uma atenção especial.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado, um aparte!

O Sr. ROBINHO:- Quero, também, agradecer às entidades como associações comunitárias, associação hoteleira e colônia de pescadores que se reuniram em torno dessa audiência pública, onde havia mais de 800 pessoas presentes. Agradeço, também, ao Ministério Público na pessoa de Dr. Anselmo que deu atenção à denúncia ao Ministério Público Federal que foi, lá, ouvir os problemas da cidade e da população de Nova Viçosa.

Quero pedir, aqui, às entidades do Estado para dar atenção àquele município de Nova Viçosa, pois, historicamente, ele tem a vocação do turismo e tem uma vida na relação com o turismo muito importante para o Extremo Sul da Bahia.

Um abraço a todos.

Muito obrigado.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado, V.Ex^a não me deu um aparte?

O Sr. ROBINHO:- Deputada Maria del Carmen, desculpe-me, pois eu não a ouvi. V.Ex^a me pediu um aparte? Não ouvi V.Ex^a pedir um aparte!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO:- Com o aparte, a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmen:- Queria me associar ao seu pronunciamento, pois V.Ex^a faz as observações necessárias. V.Ex^a traz, nesta tarde, a história daquela belíssima região da Costa das Baleias. V.Ex^a é o deputado mais votado naquela região, tem uma prefeita eleita, um ex-prefeito com experiência e conhecimento profundo naquela área.

Certamente, aquela é a praia dos mineiros, pois atrai tanta gente de fora e tem uma quantidade tão grande de mineiros naquela região. Reconheço que aquela região precisa de várias outras intervenções, inclusive para ampliar melhor a sua possibilidade de turismo ao ampliar ainda mais o turismo naquela região. Para isso, há de se fazer as estradas de comunicação que são necessárias e que permitiriam o seu desenvolvimento.

V.Ex^a já levou este pleito. E eu fiz essa indicação.

Lá, na região, eu obtive uma pequena votação; isso, se comparada com a de V.Ex^a, melhor, é quase nenhuma. Mas, também, tenho frequentado lá.

Eu queria me colocar assim como também o nosso mandato à disposição de V.Ex^a para acompanhá-lo quando deste debate com o secretário de Turismo, o deputado Nelson Pellegrino, que, hoje, conduz a Secretaria de Turismo da Bahia; com o secretário do Meio Ambiente da Bahia, que conhece bem aquela região, pois já estive outras vezes lá e conhece bem a região.

A minha intenção é a de que nós busquemos solução para este problema que V.Ex^a traz hoje aqui nesta tarde, pois, de fato, nos meses de mais alta estação, este problema trará enorme prejuízo à região.

E nós precisamos ampliar e analisar, inclusive, a situação do eucalipto plantado naquela região, porque, ao em vez de trazer só benefícios, tal plantação traz, também, muitas vezes, enormes prejuízos ambientais.

Coloco-me assim como o nosso mandato à sua disposição para acompanhá-lo nos futuros debates sobre essas necessidades urgentes.

Acho importante o pronunciamento de V.Ex^a ao fazer referências a essas precariedades.

Portanto, parabenizo V.Ex^a pelo seu discurso.

O Sr. Alan:- Com um aparte, deputado?

O Sr. ROBINHO:- Só comentando aqui.

Deputada Maria del Carmen, conheço o seu trabalho. Quero agradecer a sua participação e a disponibilidade do seu mandato. Conheço a importância do seu mandato. Afirmo que a sua fala chegará até ao município de Nova Viçosa, pois ele é muito importante.

Precisamos, sim, da participação não só sua, mas também do deputado

Marcelino Galo, pois ele tem uma votação pequena. São pessoas que têm uma amizade, uma admiração e respeito por ele. A população de Nova Viçosa conta muito com o apoio de vocês para que possa ter a sua sobrevivência. Isso é questão de sobrevivência! A população de Nova Viçosa só quer trabalhar e usar as belezas naturais. Quanto à questão histórica da cidade de Nova Viçosa, as pessoas a querem usar para promover o seu trabalho.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROBINHO:- Com o aparte o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Robinho, para mim, é um privilégio estar aqui aparteando V.Ex^a em seu discurso neste Grande Expediente.

V.Ex^a que é um homem, melhor, um deputado com uma certa liberdade inclusive em seu pensar.

Quero aproveitar a presença da deputada Maria del Carmen, pois ela é uma defensora do turismo e do nosso amigo e deputado Nelson Pellegrino da Secretaria de Turismo da Bahia.

Eu gostaria de dizer o seguinte: as coisas não estão acontecendo, deputada, porque o Nelson Pellegrino é muito capaz, mas a sua mão é engessada. O deputado Nelson Pellegrino, secretário de Turismo, não consegue fazer nada.

V.Ex^a, deputada Maria del Carmen, está lembrada que, há pouco tempo, à época de São João, teve-se de travar uma verdadeira batalha com a Bahiatursa, porque o governo do Estado não tem interesse que o Nelson Pellegrino trabalhe.

Dessa forma, chamaria, também, a atenção, através de sua intervenção muito elogiosa por todos nós durante este dia, para um prédio importante na Bahia, deputada Maria del Carmen. Eu pediria para colocar, também, em sua pauta, o Centro de Convenções. É um absurdo o que estão fazendo no Centro de Convenções.

Porém, mais uma vez, gostaria de dizer que tenho de certeza de que, depois desse projeto dos servidores, depois do projeto do ICMS, depois do projeto do Planserv, o governador será conhecido como “Ruim Costa” e não mais como Rui Costa. (Muitas palmas calorosas)

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Robinho, para encerrar, por favor.

O Sr. ROBINHO:- Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou

indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não havendo orador a indicar, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRP/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Já formularei a minha questão de ordem.

Sr. Presidente, falarão os deputados Pablo Barrozo e Augusto Castro.

Mas, antes, eu gostaria de dizer que os servidores públicos, ocupantes das galerias, já perceberam que a Oposição é contra estes projetos que estão aí para serem apreciados hoje. E eles já perceberam, também, que a Base do governo está, aqui, para passar o rolo compressor por cima dos servidores. (Palmas)

O mínimo que os servidores esperam é uma palavra por parte dos deputados da Base do governo. Eles querem entender o que os deputados da Base governista pensam e por que eles pretendem votar a favor, só isso, uma palavra de um deles.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a, deputado Adolfo Viana, será atendido.

(As galerias manifestam-se ruidosa e calorosamente.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Augusto Castro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente e deputado Adolfo Menezes, deputados da Oposição, uma bancada aguerrida, deputados da Base do Governo, a verdade é que estamos assistindo, aqui hoje, a todo o quadro do funcionalismo público do Estado da Bahia. A Defensoria Pública do Estado da Bahia está aqui hoje bem representada através da associação.

Gostaria de dizer que é muito triste, hoje, o governo querer mandar para esta Casa, deputado Fábio Souto, projetos em regime de urgência atropelando todo o procedimento desta Casa.

A Assembleia Legislativa não costuma trabalhar de forma diferente com este governo do PT. Os governos do PT, do anterior governo Wagner ao atual governo Rui Costa, querem usar rolo compressor por entender esta Casa, apenas, como um departamento seu, melhor, é uma secretaria de Estado ou uma extensão do Poder Executivo.

Não! nós da Oposição iremos aqui, durante o dia e a noite, obstruir esse projeto que vai penalizar todo o funcionalismo público do Estado da Bahia. É muito fácil,

Srs. Deputados da Oposição, o Sr. Governador Rui Costa convocar todos os deputados da base do governo, deputados que têm cargos no Estado para dizer amém ao governo da Bahia e querer penalizar ainda mais o funcionalismo tirando direitos adquiridos.

Sabem o que está acontecendo? A verdade é que o Estado da Bahia está com um projeto de orçamento para o próximo ano de aproximadamente 42 bilhões de reais. E o governador quer que o funcionalismo pague essa conta tirando os direitos adquiridos. E tem colocado na imprensa que a situação fiscal por conta da arrecadação fiscal da Bahia está sob controle. Não está, não. A verdade é que a culpa é desse governo do PT que destruiu a economia de todos os Estados da Federação. Destruiu os Estados brasileiros.

Vemos agora o governo federal fazer um corte de quase 12 bilhões de reais! E o governo estadual manda esse pacote de maldades na reta final de 2015, porque o Supremo Tribunal Federal cortou e achou inconstitucional o repasse por parte dos Tribunais de Justiça do Brasil. E a Bahia estava esperando quase 600 milhões de reais, e o governo federal não vai ter condição de fazer aportes para investimento neste Estado.

Com esse corte do Tribunal de Justiça de quase 600 milhões, ele quer que o quadro de funcionalismo pague esta conta. Esta conta não é de vocês não, é da incompetência desse governo do PT. (Palmas das Galerias.) É da incompetência do governo do PT. (Palmas das Galerias.) É da incompetência do governo que maltrata e que sempre maltratou o quadro mais importante e que é patrimônio da Bahia que são vocês funcionários público.

Mas a Oposição vai estar aqui vigilante dia e noite, iremos, sim, fazer o papel que cabe à Oposição. É muito fácil chegar aqui, convocar os deputados para um café da manhã e dizer: vamos botar a conta que o funcionalismo paga. Não, precisamos aqui cumprir o papel de Oposição, que é estar vigilante em defesa da Bahia. É muita propaganda, o governo tem que cortar os investimentos da propaganda. (palmas.) O governo do Estado precisa cortar a quantidade de REDAs que tem para apadrinhamento político. O governo do Estado tem que tratar melhor o funcionalismo público. E a gente sabe das dificuldades, mas foram criadas pelo próprio governo do PT.

Nós precisamos, deputado Sandro Régis, e eu tenho certeza de que o governo aqui e o deputado Zé Neto, Líder do governo, vai ter sensibilidade, porque ele tem uma base em Feira de Santana e vai ser muito cobrado lá. Mas precisamos aqui acompanhar o que há...

Com um aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: - Deputado Augusto Castro, Líder do Bloco PSDB/PRB nesta Casa, acho que V. Exa que representa o Sul da Bahia, mais precisamente a terra que V. Exa tanto ama – Itabuna, deve levar a Itabuna os nomes de todos os

parlamentares que votarem contra o servidor público estadual. Itabuna é uma cidade grande. Porque na hora, deputado Augusto Castro, de pedir o voto, o político vai com a cara mais limpa prometer amor e gerar fidelidade ao eleitor. Nós da Bancada da Oposição iremos levar aos quatro cantos da Bahia a foto de todos os parlamentares que deram as costas ao servidor público estadual. (Palmas das Galerias.)

O Sr. AUGUSTO CASTRO: - Para concluir, Sr. Presidente.

Se fosse um governo diferente, estavam aqui os deputados da base do governo, os deputados do PT pressionando, levando o funcionalismo às ruas, cobrando uma posição do Estado.

Iremos, aqui, dia e noite, levantar essa voz, que é a voz da Bahia, que é do funcionário público.

Parabéns a vocês pela presença, pois a presença de vocês é muito importante nesta sessão.

Muito obrigado. (Palmas.)

(As Galerias se manifestam cantando.)

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pelos 6 minutos restantes, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, queria saudar novamente esta Casa, e dizer que, no tempo em que estiver usando esta tribuna como orador, as pessoas podem se manifestar, porque...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Pablo, V.Ex^a foi um dos que exigiu há poucos dias o cumprimento do Regimento. Hoje, V.Ex^a é Oposição, amanhã pode ser governo. Então, tem que pensar a Casa como um todo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, cedi meu tempo para o Plenário, já que V.Ex^a usou meu tempo, gostaria de que o restabelecesse.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Está marcado o tempo, deputado Pablo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, gostaria de que meu tempo fosse restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Ao final, darei os minutos restantes a V.Ex^a.

O Sr. PABLO BARROZO:- Plenário, amigos que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*, servidores, principalmente, gostaria de fazer uma reflexão, porque o governador... Hoje, estava lendo alguns jornais de grande circulação em nosso Estado e estava imaginando se o governador Rui Costa, Rui do PT, faz oposição ao

ex-governador Jaques Wagner?

Porque o governador Rui Costa foi braço direito do ex-governador Jaques Wagner. Hoje, ele vê o Centro de Convenções abandonado, a Fenagro abandonada, o Hospital Roberto Santos, deputado Gika, cortando R\$300 mil que estavam sendo desperdiçados, segundo o próprio governador Rui Costa. E parece que ele assumiu o governo em janeiro. Todos nós sabemos que esse governo de continuidade já tem 9 anos. Isso eu falo porque quando a pessoa, e quando o governo, não tem responsabilidade, e não tem responsabilidade com a verdade junto àqueles que o elegeu, é capaz de tudo.

Hoje, tivemos um café da manhã, e vejam: o governador, quando quer tratar de assuntos importantes da Bahia, não marca uma reunião na Governadoria, marca um café da manhã. E o prato principal são os direitos dos servidores públicos. O cardápio é o direito dos servidores públicos.

O governador faz uso da prerrogativa para fazer esse achaque, presidente Adolfo, com esta Casa. O deputado Marcelo Nilo – que, hoje, na condição de presidente, representa a todos nós – tem que ter muito cuidado. Porque esta Casa neste ano tem que dar um sinal. Estamos finalizando o ano, e em vez desse presente, desse pacote de maldades para a população baiana, temos que dar um bom exemplo. Os tempos estão mudando, que nos respeitemos. Os deputados de governo que aqui estão, e são poucos, Líder Zé Neto, tem uma responsabilidade muito grande. V.Ex^{as}, que são Maioria, têm a responsabilidade de responder por este governo.

Queria, aqui, citar – infelizmente o governo não divulga isso, mas está para quem quiser ver no site da Transparência – que o governo do Estado neste ano gastou R\$ 86 milhões com propaganda. Com a educação, em investimento, só foram gastos 40; com a saúde só gastou 40; e todos sabem como anda a segurança pública da Bahia.

Para gastar com propaganda é bom. Por que não pega esse dinheiro, Líder Sandro Régis, e gasta com o que é necessário, e para de cortar os direitos dos servidores públicos? (Palmas)

Por quê, deputado Zé Neto? Gostaria de que V.Ex^a respondesse. Gostaria de que o Líder do governo, que está aqui, dissesse a todos nós o que o governo pensa sobre isso.

(A Galeria se manifesta.)

Eu sou representante da nossa querida capital, Salvador, com muito orgulho, e gostaria de chamar os deputados Alan Castro, Bobô, Maria del Carmen, e tantos outros que também são representantes, para falar o que acham sobre isso.

Os que votarem contra os servidores terão seus nomes em todos os jornais, blogs, enfim, divulgados por toda a imprensa. A sua história vai ficar marcada. Se escolherem ficar com o governo, virando as costas para os servidores, V.Ex^{as} terão as suas histórias marcadas. Olhem a responsabilidade que está sobre as suas costas!

Queria, aqui, deixar bem claro e dizer que, durante o meu tempo, vocês podem se manifestar, podem falar o que quiser, porque enquanto não cessar o direito de os deputados falarem, eles terão voz, porque quando eles se manifestam... E aí há uma diferença muito grande: a presidenta Dilma perdeu a sua sensibilidade e não ouve o povo baiano.

O discurso do PT parece o de quem está no mundo da lua. Infelizmente, o governador Rui Costa não ouve o povo baiano. O governador Rui Costa vira as costas para os baianos para cobrir o rombo que eles fazem para manter os apaniguados, os pelegos nos seus cargos, pessoas despreparadas para ocupar cargos importantes. Para esses há recursos, mas para as pessoas que estudam a vida toda, que ralam para passar em concurso e para servir bem ao Estado da Bahia, não tem dinheiro.

Fica aqui, Sr. Presidente, o meu discurso de repúdio a esses deputados e ao governador Rui Costa, pois viram as costas para os servidores públicos, que prestam serviços para todo o Estado e para todos os baianos. (Muitas palmas nas Galerias.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.)

Não há orador...

A Sr^a Fátima Nunes:- Há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos...

Deputada Fátima, já passou o tempo.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Fátima, V.Ex^a quer falar? Já passou o tempo.

Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, vou fazer um apelo a V.Ex^a. A Oposição, neste instante, concorda em V.Ex^a ceder o tempo à deputada Fátima.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Então, não existe mais o tempo do PMDB?

O Sr. Sandro Régis:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não se preocupe, porque o Líder Zé Neto vai falar daqui a pouco. Calma, no tempo correto.

O Sr. Sandro Régis:- Eu estou dizendo a V.Ex^a que a Oposição não será empecilho para que a deputada fale, só isso. A prerrogativa de concordar ou não é de

V.Ex^a, que é o presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

(Vaias na Galerias.)

O Sr. Sandro Régis:- Eu queria pedir a todos que fazem parte das Galerias que se manifestem, mas de uma forma positiva: aplaudam ou, quando não concordarem, deem as costas, fiquem mudos, mas não vaiem nenhum parlamentar, para que o presidente da Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sandro, é porque sou apenas o vice-presidente. Se eu fosse presidente, resolveria de uma vez só.

(Vaias nas Galerias.)

Se eu fosse o presidente, esvaziava no mesmo momento.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Sandro Régis quis dizer apenas que por acordo, se o deputado Zé Neto aceitar o acordo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Eu já concedi, V.Ex^a não está ouvindo.

Calma!

O Sr. Adolfo Viana:- Então vamos ouvir a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Calma, a ansiedade de V.Ex^{as} será atendida.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 11 minutos.

(Tumulto nas Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Democracia pressupõe respeito.

(Gritos nas Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Gostaria muito de ser.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, galeria presente, nos meus 60 anos e, naturalmente, nascida lá no sertão, com a oportunidade de estudar apenas aos 13 anos e chegar na escola indo a pé 6 Km todos os dias para chegar na sala de aula e voltar para a minha casa, num lugar chamado Sabão, no município de Paripiranga, aprendi muitas coisas, embora vivesse ainda no tempo da ditadura, do chicote, do tacão, do dedo duro, da escravidão disfarçada. E eu aprendi que quando uma pessoa está falando, embora eu não concorde, eu ouço, e depois eu peço a palavra e falo para protestar. Eu não aprendi a conviver na gritaria,

embora tenha participado de muitos acampamentos, de muitas ocupações, de muitas assembleias, mas em todo o meu caminhar a educação, a honestidade, a paciência e a tolerância foram marcas do meu jeito de ser na política.

Portanto, queria fazer esse registro para dizer que o tempo, digamos, perdido entre o momento da indicação da minha fala até chegar aqui, se deu exatamente por conta desse tempo de não se ouvir direito.

Mas, o que eu vim aqui, nesta Tribuna, registrar, nesta tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados e Deputadas, foram os meus aplausos, os meus aplausos para o nosso Secretário da Saúde, Flávio Vilas Boas.

(Vaias nas Galerias.)

Por quê? Porque na minha cidade, Sr. Presidente, nesta semana passada, 3 mil e 800 pessoas, deputado Euclides Fernandes, que há muito tempo não tinham acesso ao médico oftalmologista, puderam ser atendidas por uma equipe de médicos, seis clínicos, três oftalmologistas e um anestesista. E para a nossa satisfação, 1.500 pessoas que há muito tempo não enxergavam puderam sair de lá enxergando e conversando com as pessoas.

Para aqueles e aquelas que nunca souberam o que é perder a visão, para aqueles e aquelas que nunca souberam o que é precisar de uma atenção básica e não receber, pode não significar nada. Mas, para aqueles e aquelas que tiveram essa oportunidade, que foram atendidos pela nossa Secretária da Saúde, uma jovem, Regina, que com muita atenção, com muito carinho passou a semana inteira lá trabalhando, para o nosso prefeito, Elânio, que também, com muito sacrifício, vem dirigindo os destinos da cidade, foi uma semana, realmente, que a gente pode celebrar uma conquista.

Para muitos, como disse, pode não significar nada. Mas uma senhora lá de Caxias fez um depoimento após sair da sala de cirurgia e pode, digamos assim, coroar todo o trabalho que a equipe de médicos e a equipe de profissionais fizeram nesta semana. Porque há muito tempo ela dizia: “meu neto nasceu, minha sobrinha cresceu, e eu não podia ver porque as custas para o trabalho de Salvador, até mesmo a viagem, que não sou acostumada, tinha receio de fazer. Mas estando o médico pertinho da minha casa, estando aqui toda essa equipe de profissionais, foi possível a gente ser atendido”.

Portanto, eu queria, mais uma vez, agradecer essa atenção, porque foram pessoas também dos diversos municípios vizinhos: de Heliópolis, de Ribeira do Pombal, de Fátima, de Paripiranga, minha terra natal...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Concederei, deputado.

(...) dos municípios do nosso território. Portanto, a gente pode cobrar o que falta, a gente pode reclamar do que a gente precisa ainda para as nossas populações do interior, mas também a gente tem que celebrar e comemorar aquilo que é

conquistado.

Portanto, aqui nesta tarde nós vamos discutir o Orçamento do ano de 2016. É esse projeto que está na pauta de hoje. Nós vamos discutir os requerimentos, e votar, dos projetos que vão ser discutidos e debatidos nesta Casa. Hoje pela manhã com um bom diálogo entre os deputados, pudemos perceber que com alguns podemos dialogar e ajustar alguma coisa. Portanto, não vejo nenhuma crise, nenhum momento para tanto alvoroço e tanta contradição...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Até porque estamos vivendo num momento que precisa de atenção e cuidado de todos que receberam os votos da população, para que o nosso Brasil e a nossa Bahia sejam bem ajustados no Orçamento, para a gente continuar tendo o cuidado com o pagamento dos salários dos profissionais, agora e no futuro.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte, deputada?

E, analisando todos os projetos que tenho em mãos, em nenhum deles está tirando o direito de nenhum servidor. Talvez as pessoas estejam fazendo um alvoroço e uma motivação para a discussão do projeto ainda muito fora do lugar.

Mas, toda leitura que fiz, em nenhum dos projetos estão sendo tirados os direitos dos trabalhadores. E, para a galeria, para todos que estão participando, é muito melhor prestar atenção, ir com calma, discutindo, porque já passaram por aqui vários projetos, de muitas dificuldades de entendimentos, e no final foram votados e foram vitoriosos, e teve sucesso para todo mundo.

Portanto, calma, paciência, tolerância. É isso que vamos ter. Ordem. Grito da galeria não vai botar medo em nenhum deputado. Até porque fomos eleitos com os votos das pessoas, e não foi naturalmente com essa gritaria que está aí. Vão para a rua, pedir voto, eleger-se para vir falar aqui na tribuna também.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, por favor, tem que respeitar a deputada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Deputado Rosemberg, já chamei o presidente da Casa, porque se eu ficar aqui vou mandar esvaziar agora, porque não ficarei aqui desmoralizado. Já que não querem ouvir de um jeito, por mim, ouvirão de outro.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Comigo não tem gritaria, meu amigo! Eu não jogo para a plateia. Pode gravar meu nome sem problema. Gostaria de ser ditador para tomar a posição que vocês merecem, porque não querem respeitar.

Srs. Deputados que fazem oposição, não adianta V.Ex^{as} fazerem tumulto. Hoje V.Ex^{as} são oposição, amanhã poderão ser governo. Não desrespeitem esta Casa. Não foi votado nada ainda. Os servidores têm todo o direito. Os Srs. Deputados foram colocados aqui, querendo ou não, pelo voto da população da Bahia, podem-se

manifestar e podem usar a palavra da tribuna para dar suas posições. Não votem neles, façam lista, botem no jornal, mas têm de respeitar a Casa. É o mínimo.

Agora o deputado ser vaiado porque vocês não concordam com ele, acredito ser uma falta de respeito, e vocês não querem entender. Se não querem entender com palavras, entendem de outro jeito. Já solicitei que o Sr. Presidente desta Casa desça para presidir, porque se eu não tolerarei. Não jogo para a plateia, podem anotar meu nome, trabalhem contra a eleição de Adolfo Menezes, sem problema. Até porque não preciso do voto de nenhum de vocês.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Deputada Fátima Nunes tem a palavra.

A Sr^a FÁTIMA NUNES: - Já concluí a minha fala, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, gostaria da compreensão dos Srs. Deputados. Estou pedindo por diversas vezes que V.Ex^{as} mantenham a calma e que o Regimento da Casa seja respeitado.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se as Galerias continuarem assim, vou mandar esvaziar. Estou pedindo. Os Srs. Deputados de Oposição são testemunhas que venho pedindo desde cedo. Eu não gostaria de esvaziar, mas se continuarem não terei outra alternativa. Faço um apelo.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem, deputado Adolfo Viana. Só não poderá ser sobre este assunto. V.Ex^{as} têm que me ajudar. V.Ex^{as} são deputados de oposição, peço a ajuda de V.Ex^{as}. V.Ex^a é testemunha que desde cedo estou pedindo. Eu estava na presidência e é impossível ter uma sessão nessas condições.

Faço um apelo aos companheiros porque V.S^{as} têm todo o direito, agora não dá para ficar gritando e vaiando. Aqui é a casa de vocês, mas por favor. Vou conceder questão de ordem aos deputados da Oposição. Mas faço um apelo a V.Ex^{as} também, ajudem-me! Porque não é fácil conduzir uma sessão dessa forma. Os Srs. Deputados foram eleitos pelo povo.

Tem a questão de ordem o meu querido deputado Adolfo Viana. Peço a colaboração de V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, dividirei a minha questão de ordem em

dois momentos. O primeiro, deles é para solicitar a V.Ex^a mais uma vez que convoque os Srs. Deputados. Porque é uma falta de respeito também com os servidores que estão aqui e gostariam de ouvir esclarecimentos, porque é a vida deles que está em jogo. Serão apreciados projetos aqui que interferem no futuro de cada um deles. O que eles querem é uma explicação da Bancada governista do motivo pelo qual este projeto está sendo votado de maneira tão açodada. Acho que eles merecem essa satisfação. (Palmas.)

O desespero dos servidores públicos hoje é justamente porque há algum tempo se votou de maneira açodada e sem discussão nas comissões o projeto do Planserv. Só este mês chegou a bomba no contracheque deles. E as consequências desses projetos que estão para serem votados hoje virão depois. São direitos adquiridos há muitos anos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Isso não é questão de ordem, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, se V.Ex^a permitir tenho 5 minutos para formular e, assim, o farei.

Eu gostaria de solicitar uma verificação de quórum para que os parlamentares se façam presentes em respeito a esses que lutam por direitos adquiridos. É uma coisa muito simples. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. V.Ex^a será atendido.

Antes de atender a sua questão de ordem, eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados da Oposição que V.Ex^{as} sabem que eu tenho o maior apreço, o maior respeito e a maior admiração por V.Ex^{as}. Eu quero que V.Ex^{as} me ajudem a conduzir os trabalhos

Todos aqui sabem, principalmente o deputado Luciano Ribeiro que é uma pessoa expert em Regimento, que nenhum cidadão ou cidadã que estiver nas galerias pode se manifestar. Está no Regimento. Vou ler o artigo. Estou aqui apenas cumprindo o Regimento. Estou pedindo para cumprir o Regimento.

Então peço aos deputados da Oposição a colaboração porque eu não vou permitir que deputado seja vaiado aqui dentro. Não vou permitir.

Se querem aplaudir V.Ex^a, tudo bem, batam palmas, isso é normal, é natural. Agora o Regimento é muito claro. Eu não quero ser indelicado, não sou. Já presido aqui há muito tempo sessões com pessoas nas galerias. Gostaria de fazer um pedido, um apelo às pessoas que estão nas galerias, para que nós possamos conduzir os trabalhos.

O Art. 97 diz: (Lê) “Nas sessões públicas, qualquer pessoa terá acesso às galerias, desde que convenientemente trajadas, não perturbe a ordem, nem se manifeste sobre os trabalhos”

O outro parágrafo diz o seguinte: (Lê) “O Presidente fará retirar do edifício quem infringir o disposto no parágrafo anterior e em caso de indisciplina coletiva,

ordenará a desocupação das galerias.” Está no Regimento da Casa. Eu não quero fazer.

Estou pedindo aos companheiros e companheiras... O voto aqui é aberto. Cada deputado vai votar. V.S^{as} têm o direito de saber como o deputado votou. É muito fácil criticar, difícil é fazer.

Então faço um apelo a V.S^{as}. Tenho o maior respeito, a maior admiração pelos deputados da Oposição. Peço, inclusive a colaboração, principalmente dos Líderes, dos membros da Mesa, porque eu não vou aceitar que esta Casa fique uma baderna. Vou mandar servir cafezinho, vou mandar servir água, Não tem problema. (Vaias) Agora, por favor, vaias, descumprir o Regimento eu não posso.

V.S^{as} sabem que aqui são 63 parlamentares eleitos pelo povo e cada um vai votar livremente, fruto da sua consciência.

Estou fazendo um apelo pela última vez. Eu não quero desocupar as galerias, não quero, não é do meu perfil. Agora não é possível que pessoas que estão fora para que não tenhamos alcance, fiquem ofendendo e gritando quando o deputado se dirige à tribuna. O deputado tem direito de falar o que quiser. Se V.S^{as} não concordarem, paciência. Fiquem calados. Se concordarem e aplaudirem, ótimo. Mas eu faço aqui um apelo como amigo, como companheiro, conheço muitos que estão nas galerias, muitos e muitos eu conheço, e não posso deixar de cumprir o Regimento da Casa. É o último apelo que eu faço.

Venho desde as duas horas pedindo. Já estiveram policiais nas galerias e eu tive que desocupar e não gostaria de fazer. É uma coisa ruim para mim. Eu faço um apelo. E peço, inclusive, a ajuda dos meus companheiros, meus amigos, deputados da Oposição.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, quero fazer a minha questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vai pedir a verificação do quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Isso.

O deputado Adolfo na questão de ordem dele fala que gostaria de ouvir os deputados do governo. E a deputada Fátima Nunes que é uma deputada vinculada ao governo foi fazer uma exposição sobre o seu pensamento e não teve a oportunidade de falar.

(Vários deputados da Oposição falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Então, presidente, eu quero aqui solicitar, para atender esse pleito legítimo do deputado Adolfo Viana, que os deputados estejam aqui para

marcar as suas presenças para dar continuidade a sessão.

Queria pedir a V.Ex^a que convocasse todos e marcasse o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Zere-se o painel, marquem-se 15 minutos. Srs. Deputados que queiram marcar as presenças...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, eu faço um apelo. Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu queria dizer a V.Ex^a – porque V. Ex^a sempre cumpriu o Regimento atentamente – que nós temos, aqui, servidores que ocupam essas Galerias, porque defendem o interesse pessoal de cada um deles, direitos adquiridos. O deputado Rosemberg, que é Líder do PT, e que acaba de me citar, diz que a deputada Fátima Nunes subiu à tribuna e não teve a oportunidade de falar.

Quero dizer ao deputado Rosemberg, que, em respeito aos servidores públicos do Estado da Bahia, esses trabalhadores que ajudam a construir o nosso Estado, acho que caberia, deputado, um parlamentar do partido que V.Ex^a lidera subir à tribuna, num momento difícil como este, para tratar da vida dos servidores, que é o que vai ser definido hoje. O que os servidores esperam do partido de V.Ex^a, que, aliás, é o mesmo partido do governador do Estado, que enviou os projetos a esta Casa, é uma explicação. V.Ex^as não deixaram que os projetos passassem pelas comissões, para que lá nós tivéssemos a oportunidade de discuti-los.

Já que não tivemos a oportunidade de discutir os projetos nas comissões, V.Ex^as expliquem o porquê de estarem fazendo isso com os servidores do Estado da Bahia. É o mínimo que os servidores querem. V.Ex^a como Líder do Partido dos Trabalhadores, poderia fazer isso perfeitamente.

A deputada Fátima Nunes subiu à tribuna na ânsia de fazer a defesa do governo e mudou completamente o foco do discurso. É natural. Não tem o que dizer aos servidores do Estado da Bahia. Nós, da Oposição, sim, vamos cumprir com o nosso papel, vamos entrar em processo de obstrução, sim. Vamos ficar aqui quanto tempo for necessário para defender os interesses dos servidores do Estado. E o que nós estamos pedindo é apenas que os governistas apresentem os motivos pelos quais estão apresentando esse projeto que vai contra os interesses dos servidores do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum para continuidade da presente sessão, solicitado pelo deputado Adolfo Viana. Faltam marcar as presenças: deputado Aderbal Caldas, deputado Adolfo Viana – gostaria de que V.Ex^a marcasse, deputado –, deputado Alan Castro, deputado Alan Sanches, deputado Alex da Piatã, deputado Alex Lima, deputada Ângela Sousa, deputado Antônio Henrique Júnior, deputado Augusto Castro, deputado Bobô, deputado Carlos Geilson, deputado Pastor Carlos Ubaldino, deputado David Rios, deputado Eduardo Salles, deputado Euclides

Fernandes, deputado Fábio Souto, deputada Fabíola Mansur, deputado Fabrício Falcão, deputada Fátima Nunes, deputado Herzem Gusmão, deputado Hildécio Meireles, deputada Ivana Bastos, deputado Jânio Natal, deputado Joseildo Ramos – quórum de continuidade da sessão! –, deputado Jurandy Oliveira, deputado Leur Lomanto Júnior, deputado Luciano Ribeiro, deputado Luciano Simões Filho, deputado Marcell Moraes, deputado Marquinho Viana, deputado Nelson Leal, deputado Pablo Barrozo, deputado Pastor Sargento Isidório, deputado Pedro Tavares, deputado Reinaldo Braga, deputado Robério Oliveira, deputado Roberto Carlos, deputado Robinho, deputado Rogério Andrade, deputado Sandro Régis, deputado Sidelvan Nóbrega, deputado Soldado Prisco, deputado Targino Machado, deputado Vando, deputado Tom Araújo, deputado Zé Raimundo, deputado Zó. Srs. Deputados, quórum de continuidade da sessão! Srs. Deputados que estão na biblioteca, que estão nos gabinetes, que estão no cafezinho, que estão em outros recintos da Casa, quórum de continuidade da sessão, solicitado pelo deputado Adolfo Viana.

Srs. Deputados, quórum de continuidade. A sessão vai cair por falta de quórum.

Tenho obrigação de informar aos Srs. Deputados que a sessão vai cair por falta de quórum.

O Sr. Adolfo Viana: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, está evidente que a base governista está constrangida, estão todos com vergonha dos servidores que aqui estão. Só há 14 deputados aqui no Plenário justamente porque o constrangimento é enorme por parte dos deputados governistas. Vão votar um projeto que não conhecem e que prejudica frontalmente os servidores do Estado da Bahia.

Deputado Zé Neto, faço um apelo a V.Ex^a: olhe para os servidores do Estado da Bahia, retire esse projeto, vamos abrir uma mesa de diálogo com os servidores. (Palmas.)

V.Ex^{as}, que sempre defenderam o amplo diálogo, agora viram as costas para os servidores, colocam os deputados da base do governo para votar projetos que não conhecem! Estão todos aqui, não só nas Galerias, mas nos arredores da Assembleia, apreensivos. Faço um apelo, mais uma vez, a V.Ex^a: vamos sentar com os servidores e encontrarmos o melhor caminho para votar esses projetos. Essa maneira açodada como V.Ex^{as}. querem votar esses projetos hoje está constrangendo os deputados da base do governo, que entram a todo momento no Plenário de cabeça abaixada. Não acredito, deputado Zé Neto, que V.Ex^a vá colocar sua base para votar contra os servidores do Estado da Bahia. Já conversei com diversos parlamentares. O constrangimento é enorme. São 8 projetos em caráter de emergência e eles sequer conhecem os projetos na íntegra. É lamentável, será um dia triste para esta Casa se esses projetos vierem a ser votados na tarde de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de continuidade da sessão.

Estão faltando marcar as presenças vários Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

Já há quórum!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará por 6 minutos o deputado Leur Lomanto Júnior e por 5 minutos o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, estou no meu terceiro mandato de deputado estadual, e confesso que, em todo este tempo, nunca vi tamanha falta de respeito por parte do Poder Executivo para com esta Casa Legislativa.

O governador Rui Costa encaminha a este Parlamento mais de 20 projetos já no final do ano legislativo, querendo passar o seu rolo compressor, não em cima dos parlamentares da Oposição, mas em cima da população do Estado da Bahia.

Vi, logo que cheguei pela manhã nesta Casa, uma faixa na portaria na qual estava escrito que os parlamentares fariam um acordo para votar todos esses projetos em troca de tratores, ambulâncias. Ora, que vergonha!

Não posso crer que esse tipo de acordo tenha chegado, sequer, aos parlamentares da Bancada da Oposição, porque se esse acordo tivesse sido proposto a nós, parlamentares de Oposição, tenham certeza de que não compactuaríamos com nenhum tipo de acordo para votar projetos que ferissem os direitos dos servidores público do Estado da Bahia.

Porque nós estamos, aqui, ao longo deste ano, lutando e cobrando do governador Rui Costa que ele cumpra com a sua obrigação de pagar as emendas impositivas aprovadas por lei pela ampla maioria desses parlamentares.

Deputado Zé Neto, não me venha propor nenhum tipo de acordo para votar aquilo que vai de encontro aos interesses dos servidores e da ampla maioria da população do Estado da Bahia. Imagino que constrangimento, deputada Luiza Maia e deputado Zé Neto, V.Ex^{as} devem estar neste momento.

Aqui estão servidores ansiosos para ouvir os pronunciamentos dos deputados do PT. Ora, o PT, que sempre ergueu a bandeira em defesa do funcionalismo público, este mesmo PT, hoje, rasga a bandeira, ignora e massacra o funcionalismo público.

Mas a maior resposta não será no dia de hoje. A cada dia que chega, temos a convicção de que a maior resposta será dada nas urnas nas próximas eleições de 2016. É isso que estamos escutando em cada canto e recanto deste Estado, em cada canto e recanto deste País, não só pela grande maioria do funcionalismo público do Estado da

Bahia, mas também pela ampla maioria da população do nosso Estado. As pessoas estão cansadas de tanta mentira e enrolação.

Agora, vem o governo do Estado trazendo esse pacote de maldade, que são esses projetos que estão em pauta neste final de ano legislativo. Tenta o governo, de qualquer forma e de qualquer sorte, ficar enrolando o funcionalismo, enrolando a sociedade, porque sabe que não pode enfrentar olhando nos olhos de cada um de vocês.

Cadê que subiu um parlamentar do PT para explicar os projetos que estão sendo votados? Não vêm porque têm vergonha. Não vêm porque sabem que estão votando contra suas próprias consciências. Que triste! Que triste, deputado Zé Neto! Mais uma vez, com que cara V.Ex^a voltará à sua Feira de Santana para explicar à população de Feira que votará e defenderá um projeto que fere de morte o funcionalismo público do Estado da Bahia.

Mais uma vez, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o PT da Bahia, o PT de Rui Costa, merece que se lembre: o PT paga mais uma vez com traição a quem sempre lhe deu a mão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, deputados e deputadas, funcionários públicos que se encontram nas Galerias, ouvi atentamente diversos pronunciamentos de parlamentares que me antecederam, e vários deputados repetindo praticamente o mesmo discurso. Percebo que é com intenção de dar eco ao clamor dos servidores públicos, de fazer com que o governo do Estado perceba o crime que está cometendo contra os servidores públicos estaduais.

Isso não tem sido diferente ao longo dos 5 anos em que aqui estou. Entrei aqui em 2011. A minha primeira eleição para deputado foi em 2010. E não é diferente.

O governador Jaques Wagner, durante os 4 anos de governo, traía a população, principalmente a que lhe confiou o voto, de maneira brutal, sem nenhum tipo de consideração pelo que sempre tinha defendido.

O Brasil sempre foi um País muito ordeiro e pacífico. Era muito raro vermos a população ir às ruas para fazer reivindicações ou para reclamar. Nos últimos tempos, percebemos que tem sido diferente. O PT não aceita que a população vá às ruas para reclamar. Primeiro, porque não aceita discutir. Escuto o clamor dos servidores, como já ouvi o dos professores há mais ou menos 4 anos. Naquela época, o governo do Estado tinha assinado um acordo no mês de dezembro para fazer um repasse de ajuste, um acordo assinado por representantes do governo da Secretaria de Educação.

Simplesmente porque o governo mudou o que tinha acordado, descredenciaram os funcionários da Secretaria da Educação que tinham assinado o acordo.

Então, isso é normal, isso é comum no governo do PT. Dizem que são democráticos, que aceitam discutir, mas o que parece é um sistema totalitário. Parece até que não estamos vivendo no Brasil, estamos vivendo em Cuba. Que, aliás, é o modelo defendido pelo PT. É um sistema totalitário que não aceita discussão.

Mas ainda há tempo, e, aqui, os deputados da Oposição, quando vêm à tribuna, não o fazem para disputa pessoal com os deputados de governo. Estão aqui tentando fazer com que haja sensibilidade por parte do governo. O que vemos são pais de família, mães de família, servidores e servidoras que já se doaram muito a favor do Estado, e o que se vê é o governo nem subir aqui para dizer qual é o fato e motivação para penalizar tanto os servidores.

O deputado Zé Neto, por quem tenho um apreço muito grande, é o líder do governo nesta Assembleia Legislativa, foi líder do governador Jaques Wagner, é líder do governador Rui Costa, representa o município de Feira de Santana, maior município depois da capital baiana, poderia vir aqui na tribuna dar satisfação. É, no mínimo, o que o líder Zé Neto poderia fazer, subir à tribuna para dar satisfação aos servidores.

Fale em nome do governo, deputado Zé Neto, venha para a tribuna, V.Ex^a pode usá-la pelo menos por 5 minutos. Melhor do que ficar ligando para deputado vir dar quórum para dar pau nos servidores estaduais.

Vamos ficar aqui, vamos fazer a nossa vigília para tentar sensibilizar não o governador Rui Costa, que me parece homem frio e insensível, mas ao menos os deputados do governo, os quais ainda estimo muito, colegas eleitos pelo voto popular. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o líder do governo ou da Maioria ou do PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.)

Não há orador.

Com a palavra o líder do governo ou da Maioria ou do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.)

Não há orador.

Com a palavra o líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará, Sr. Presidente, por 6 minutos o deputado Luciano Simões Filho e por 5 minutos o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Sr. Presidente, antes do início do meu tempo, solicito à Casa para que ligue as TVs da galeria dos ex-presidentes, pois há muitas pessoas querendo acompanhar a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pedirei para ver o que está acontecendo.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde, amigos deputados, amiga deputada Ângela Sousa, Sr. Presidente, bem-vindo à Casa, secretário de Agricultura Vítor Bonfim, a quem desejo boa sorte nessa nova empreitada, amigos servidores que se fazem presentes a esta sessão, amigos da imprensa, hoje é um dia muito importante para esta Assembleia, não só para os servidores públicos da Bahia, mas para todos os deputados desta Casa.

Antes de entrarmos na questão desse famigerado projeto de lei que o governador Rui Costa, do PT, apresenta a esta Casa, a PEC 123, ou 148, de 2015, que corta com força direitos adquiridos pelos trabalhadores baianos desde sempre. Faço chegar à lembrança de todos vocês que o governo de Rui Costa do PT é de continuidade! É um governo do Partido dos Trabalhadores, que toda a vida se orgulhou em ser um governo dos mais pobres, em ser um governo que fez emergir não sei quantas milhões de pessoas em todo o País para a classe média. Vemos claramente que esta matriz econômica inventada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva não se sustenta. Vemos o desespero do governador Rui Costa, que não teve coragem de fazer uma reforma administrativa decente e coloca no colo dos mais pobres, dos mais necessitados, dos servidores públicos o pagamento da conta desse escarnio do governo do PT!

A gente tem de lembrar que semana passada foi preso o amigo pessoal do presidente Lula. Hoje, na imprensa nacional está expresso o fenômeno dos filhos do Sr. Luís Carlos Bumlai. Eu gostaria de falar a V.Ex^{as} que hoje acompanham a nossa sessão na *TV Assembleia* e no Plenário que o amigo pessoal do presidente Lula... Havia um aviso dessa grande referência do PT, o ex-presidente Lula, – com certeza alguns de vocês votaram nele – escrito no Palácio do Planalto: O Sr. José Carlos Bumlai deverá ter prioridade de atendimento na portaria principal do Palácio do Planalto, devendo ser encaminhado ao local de destino, após prévio contato telefônico, em qualquer tempo e em qualquer circunstância. Isso estava escrito na portaria do Palácio do Planalto.

José Carlos Bumlai tem um filho prodígio, assim como o filho do ex-presidente Lula. Um dos seus filhos – um rapaz de sorte, com toda a certeza –, em 2004, tinha um patrimônio avaliado em R\$ 3,8 milhões. Seis anos depois, o patrimônio dele saltou para R\$ 95,3 milhões, ou seja, o patrimônio multiplicou 25 vezes. O fantástico é que, em 2012, esse mesmo rapaz teve o patrimônio avaliado em R\$ 273,8 milhões. Essa é a evolução patrimonial de um dos melhores amigos do ex-presidente Lula.

Voltando a nossa realidade. Vocês vão pagar, pela vontade de Rui Costa do PT, pela vontade da Bancada do PT, pela vontade da Bancada do PP, do PCdoB e dos partidos que levam esse governo a frente, o preço da falta de ousadia, da falta de visão pública. O governador Rui Costa foi eleito para fazer uma Bahia melhor, não para regredi-la.

Lembro-me bem da conversa que tive esse final de semana no município de Entre Rios. Estive com um amigo, dono de um mercadinho que nos ajudou na campanha, perguntei a ele como estavam as coisas e ele me disse que o mercadinho está indo de mal a pior. Só que uma coisa chamou a atenção dele: os produtos que ele mais vende são ovo e mortadela, porque frango e carne o povo não está mais conseguindo comprar.

Não sei até que ponto eles, do PT, irão se satisfazer! Eles querem transformar a Bahia e o Brasil na Venezuela. A Argentina já se definiu, já mudou de rumo, e está na hora de a gente se decidir. Vocês pagarão o preço desse governo do PT, que é desonesto e não cumpre com as promessas de campanha.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido deputado Alan Sanches pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputadas, deputados, cidadãos que nos acompanham no dia de hoje, que ficará marcado na história da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, pela maldade que o governo Rui Costa tem feito com o Estado da Bahia, com os servidores e com a população.

No mês passado, sinalizei aqui e encaminhei ofício a todos os sindicatos relacionados aos servidores do Estado, falando sobre o Planserv, alertando sobre o impacto que o reajuste do plano teria no contracheque de todos. Nenhum sindicato retornou ou respondeu ao ofício. Hoje, percebemos que os servidores estão sentindo no bolso e no contracheque. Da mesma forma vai ser, agora, com o ICMS.

Parece que estamos vivendo os tempos medievais, quando existia a figura de um rei déspota. Esse rei, quando entrava numa guerra ou sentia que suas riquezas estavam diminuindo, o que fazia? Diminuí o banquete? Diminuí o que tinha em sua corte? Não! Ele aumentava os impostos. É isso que o governo Rui Costa, um governo sem criatividade, quer fazer com a população da Bahia. Não podemos permitir que isso aconteça!

Servidores, ninguém esperaria que um sindicalista, ao chegar ao poder, em seu primeiro ano de governo, fosse fazer isso com vocês. Ninguém esperaria isso! Muitos servidores acompanharam e votaram no governador Rui Costa. Esse é o presente de Natal para quem tem 9 anos e 10 meses num cargo, faltando pouco tempo para

incorporar o vencimento! É esse o presente de Natal que o governo Rui Costa dá.

Conversei – para que vocês fiquem cientes – com alguns deputados que não têm coragem para subir na tribuna e defender o que entendem que é bom, que o que estão fazendo com os servidores públicos é bom, que isso já foi feito. Eu digo: venham à tribuna e defendam o que vocês acreditam. Esse grupo de 21 deputados da Oposição acredita que é o contrário, que é perverso o que fazem com o servidor público.

É um governo perverso que aumenta o ICMS, prejudicando não só o empresariado.

O ICMS vai atingir de uma bala, um queimado, aos prestadores de serviço, aos bares, às lojas, vai pegar todo mundo indistintamente. E vocês acham que isso vai passar para quem? Vai passar para a ponta, para aqueles que já não conseguem pagar, não conseguem honrar seus compromissos. Vai passar para a ponta, para aqueles que estão perdendo seus empregos.

Neste momento, passamos por esta dificuldade. Agora, nós, da Oposição, sozinhos não vamos conseguir. Precisamos dessa mobilização dos servidores.

Hoje não será votado o projeto. (Palmas.) Mas começa esse embate nesta Casa. Precisamos de vocês! Só somos 21 deputados, e eles têm maioria. O tempo que esta Bancada aguentar, estaremos defendendo o que nós acreditamos, ou seja, o salário de vocês e a estabilidade econômica.

Fizeram uma maldade enorme quando pegaram... Estão procurando o que fazer em vez de pedir o dinheiro a quem deve, ao governo federal. Rui de Dilma não quer pedir ao governo federal. Ele quer pedir à população. Mas ele quer pedir da mesma forma que ele disse: “Olhem qualquer atividade, qualquer uma: comunitária, social, lucrativa precisa de alvará”.

Mas o governador Rui de Dilma disse: “Não, continua a Fenagro, porque o que aconteceu, não quero nem saber”. Foi um cavalo, mas poderia ter sido um ser humano, uma criança. Centenas, milhares de crianças andam por lá. Mas liberar sem alvará! Liberava-se sem alvará na ditadura. A Fenagro será punida! O nomezinho estará nas pendências para fazer o pagamento.

Então, não pode da mesma forma dizer: “Eu sou o governador Rui de Dilma”, e simplesmente dizer que vai votar esse projeto. Eu preciso tomar esse dinheiro dos servidores. Eu preciso tomar esse dinheiro dos empresários. Eu preciso tomar esse dinheiro da população. É isso que nós não podemos permitir que aconteça.

No domingo, houve gente se vangloriando, inclusive deputados, de que a Saúde economizou R\$300 milhões. Pelo amor de Deus! Primeiro, parece que o governo é diferente, que não é de continuidade, que é um contra o outro, um secretário contra o outro. Segundo, gente, eu levanto aqui nesta Casa, com a sua tolerância, Sr. Presidente, e pergunto a quem nos assiste: qual foi o aumento de acesso à saúde que a população teve? Não se consegue fazer, falo aqui desde o início do ano, uma cirurgia

eletiva, uma cirurgia de vesícula, de mioma, de joelho. E falam batendo no peito: eu economizei R\$300 milhões.

Pelo amor de Deus! Olha a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou pedir a prorrogação da sessão pelo tempo de 2 mil minutos.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Ordem do Dia.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, primeiro eu gostaria que V.Ex^a lesse como está a ordem dos requerimentos e que V.Ex^a lesse projeto por projeto que está previsto no requerimento, para toda Casa saber o que será votado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, vou ler o resumo, não vou ler o projeto todo. Vou ler os requerimentos e o projeto que será votado.

Deputado Zé Neto, Líder do Governo, pede para nós votarmos a urgência, (Lê): “nos termos do art. 174, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 21.621/15, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, a Lei nº 3.956, de dezembro de 1981, a Lei 11.631, de 30 de dezembro de 2009 e a Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991”.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, esse projeto que V.Ex^a lê é o que aumenta o ICMS na Bahia?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esse é o que aumenta o ICMS de 17% para 18%.

O Sr. Sandro Régis:- Que vai causar mais danos para a população baiana.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí eu não sei, deputado. V.Ex^a que vai debater na Comissão.

Temos 4 deputados para discutir. Vou sempre citando projeto por projeto, à media que for votando.

O Sr. Sandro Régis:- OK.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu lhe agradeço.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Primeiro, gostaria que V.Ex^a dissesse a urgência de que projeto que será apreciada agora?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É a urgência do projeto do ICMS. Só a urgência.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Quero fazer uma questão de ordem baseado no parágrafo único do art. 180 do Regimento Interno. Queria que V.Ex^a me permitisse a sempre costumeira atenção e cuidado nas minhas argumentações. Sei que talvez podem parecer um pouco confusas, mas quero que V.Ex^a tente acompanhar meu raciocínio, porque a mim me parece que, pelos encaminhamentos feitos que pelos encaminhamentos feitos pelo Poder Executivo durante o ano de 2015, nós precisamos, no mínimo, e é isso que ao final vou requerer a V.Ex^a em minha questão de ordem, que no mínimo seja ordenada essa questão da urgência.

Veja bem, no levantamento que fiz através da minha assessoria, constatou-se que o governador já mandou a esta Casa 53 projetos. Desses, 47 com pedido de urgência. O parágrafo I do art. 180 diz que só podemos apreciar em regime de urgência 1/3 dos projetos. Sendo que da exclusão dos que não podem ser votados com urgência, os projetos que se referem às leis orçamentárias. Isso visa exatamente evitar o que o governador vem tentando fazer com esta Casa: anular as discussões. Então, é agora que peço uma atenção mais apurada de V.Ex^a. Veja bem, se este é o espírito que tem o Regimento, e que deve ser o espírito do Parlamento, de que no mínimo 2/3 dos seus projetos tenham as discussões necessárias aqui, reservando apenas 1/3 ao regime de urgência – no qual o governador os atropela de qualquer jeito –, quero entender, e gostaria que V.Ex.^a assim entendesse, que não se pode computar desses projetos enviados para cá os que não podem ser apreciados em regime de urgência. Quais são? Aqueles que se referem às Leis Orçamentarias, os quais, já computei aqui, são seis. Esses terão que ser excluídos.

Também gostaria, dentro desse espírito, dessa compreensão, de que aqueles projetos que foram apresentados, retirados e reapresentados não sejam contados duas vezes. Porque, senão, é uma fraude ao Parlamento. E aqui cito, só como exemplo

desse fato, três projetos: o 21.611 foi retirado há 15 dias e reapresentado; o 21.612, retirado e reapresentado e o 21.614, que foi retirado e reapresentado.

É óbvio que ele não pode ser contado duas vezes e estamos vendo aqui, na minha planilha, que temos hoje em andamento vinte e quatro projetos de lei e dezenove requerimentos do governador do Estado pedindo urgência. Ainda que se entendesse que, desses vinte e quatro, poderiam retirar os projetos que se referem às Leis Orçamentárias, que são a PPA e o Orçamento, não teríamos números para aprovar os dezenove. Mas ainda assim o que se pretende aqui, com essa questão de ordem, é que V.Ex.^a faça um levantamento, excluindo esses projetos da Lei Orçamentária, que o próprio artigo 180 diz, no seu inciso III, que não podem ser contabilizados para isso e que os projetos reapresentados também não podem. E depois disso, Sr. Presidente, que a Mesa faça a triagem para saber quais desses dezenove para que o governador pede regime de urgência podem ser apreciados dentro dessa conta.

Esta é a minha questão de ordem. Espero que V.Ex.^a, como sempre fez, como um democrata que é – sei que luta com todas as forças para que o Parlamento seja independente, embora o governador, com essas colocações aqui e tais encaminhamentos, não queira que V.Ex.^a o torne independente – permita que esta Casa cumpra o regimento, como V.Ex.^a é zeloso por ele, para que só possamos apreciar aqui um 1/3 desses projetos e que nós retiremos essas armadilhas, essas cascas de banana colocadas no caminho pelo governador do Estado.

Esse é o meu requerimento. Peço a V.Ex.^a que seja apreciado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro, existem quarenta e sete projetos do executivo na Casa. Votamos sete urgências e poderíamos ainda votar até mais urgências. Não posso retirar os projetos, porque o regimento, o artigo, inclusive, que V.Ex.^a leu... Primeiro que é desnecessário, porque mesmo assim teria folga, porque Calos Machado é secretário das comissões, na Mesa ele tem o cuidado de sempre ver o Regimento quanto ao máximo 1/3. Existem quarenta e sete projetos, se votamos sete, em tese podemos votar mais oito, ainda com sobra.

Segundo, eu não tenho como retirar, porque aí estarei contrário ao Regimento, que diz que é 1/3 dos projetos de lei de autoria governamental. Não fala nem discute quais são esses projetos, diz apenas projetos de lei de autoria governamental. Não posso entrar, inclusive, no mérito de qual é o projeto, porque o Orçamento e a Lei de Diretrizes Orçamentária, por exemplo... Há um dos projetos aqui que o Líder do Governo queria que eu colocasse de urgência e eu já comuniquei e ele concordou, que se vincula à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, como é vinculado à LDO, nós não podemos votar a urgência.

Portanto, eu indefiro com muito pesar a questão de ordem de V.Ex.^a, porque é um projeto de lei de autoria governamental. Primeiro, que é regimental. Segundo, que é tradicional nesta Casa não retirar os respectivos projetos, que seriam o Orçamento e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Dentro do espírito de debate que sempre há de prevalecer nesta Casa, gostaria somente de fazer um contraponto. Talvez eu não tenha a capacidade de expressar aquilo que anima a minha questão de ordem, aquilo que o meu pensamento quer transformar em realidade. Veja bem, o que estou questionando, Exa., é que o mesmo Art. 180 diz aqui que (Lê) “Não se admitirá a urgência:...” Não se admitirá a urgência! (...) Inciso III, projetos tais, tais e projeto de lei orçamentária. O.k?! Inciso III. Aí, no parágrafo único diz que o regime de urgência só será para 1/3 dos projetos de lei de autoria governamental, encaminhados à Assembleia, na mesma sessão legislativa.

Ora! O meu entendimento - e aí eu quero esta construção - é que, se os projetos de leis orçamentárias não admitem urgência, eles não podem servir também para fazer número pra se escolher os que podem ter. Isso é óbvio, isso é lógico na minha cabeça! Talvez não seja a do Parlamento nem a de V.Ex^a, que quero respeitar. Mas na minha cabeça, se ele não pode somar para compor os três, ele não pode ser de urgência. Então, também não pode compor para poder contabilizar e excluir dois. Esse é um pensamento meu. V.Exa. me entenda.

O outro pensamento é que os projetos reapresentados igualmente não podem contar duas vezes, como aqui se está contando. Nisso aí, eu citei três que foram recontados.

A outra argumentação que coloquei dentro da minha questão de ordem foram esses três. O outro argumento é que aqui há requerimento do governador do Estado em 19 projetos! Não são sete, como V.Ex^a está dizendo. Há 19 encaminhamentos a esta Casa com Mensagem de V.Ex^a dizendo que quer o regime de urgência.

O que estou pedindo nesta minha questão de ordem não é que V.Ex^a retire projeto nenhum. É que apenas seja disciplinado o procedimento. Nestes que o governador encaminhou e pediu urgência, o que é que eu pretendo? Que nós saibamos exatamente quais aqueles que vão ser submetidos à apreciação do regime de urgência, ou seja, retirando aqueles de leis orçamentárias e os reenviados para contarem só uma vez. E a Mesa pegar estes 19 projetos que estão aí com requerimento de urgência - pelo menos consta no sistema da Casa - para nós definirmos: “Destes 19, podemos apreciar sete.” Então, o Líder do governo, entre estes 19, vai dizer “Os sete que eu quero apreciados em regime de urgência são estes.”

A minha questão de ordem não é no sentido de retirar nenhum projeto, pois nós não podemos nem queremos. O que quero apenas e estou requerendo a V.Ex^a é que seja reordenado o trabalho para que seja aclarado à Oposição e aos governantes aqueles que serão apreciados em regime de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meu querido deputado Luciano Ribeiro, primeiro eu parabenizo V.Ex^a, que é um estudioso. Mas vou argumentar primeiro que o regime de urgência solicitado pelo governador é completamente diferente do regime de urgência decidido pelo Plenário. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Regime de urgência solicitado pelo governador é apenas S.Ex^a informando que quer

urgência, mas este Plenário pode dizer que não deve ser urgência. Então, são duas coisas completamente diferentes.

Segundo, o presidente da Assembleia conta para quórum, mas ele não pode votar. Exceto em empate. É igual aos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento, que não podem ter a urgência aprovada pelo Plenário. Mas, conforme o Art. 180 no parágrafo único, eles serão contados para que os outros possam ter urgência. Tá no Regimento. Está aqui explicando que é três para um. Não diz que tira.

Terceiro assunto, deputado. Eu sou obrigado a indeferir a questão de ordem de V.Ex^a, porque a Secretaria da Mesa tem o cuidado de sempre calcular. E se, por acaso, o seu assessor procurá-la e houver algum equívoco, pode ter certeza que nós modificaremos.

Mas hoje sentei com o secretário das Comissões. O governo, inclusive, queria nove urgências. Informei que só poderiam ser oito, pelo Regimento da Casa. Então, pela amizade que lhe tenho, permita-me indeferir a sua questão de ordem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Agradeço. Tenho de respeitar a sua decisão. Mas não posso me aliar nem concordar, porque, infelizmente, ela não é solidária com o meu pensamento e a minha compreensão jurídica. Entretanto respeito, como sempre respeitei, as decisões e agradeço de novo por V.Ex^a ter ouvido com muita atenção – sempre foi assim – a minha questão de ordem.

Não estou convencido. Embora não tenhamos a mesma compreensão, respeito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luciano Ribeiro, primeiro lhe agradeço as palavras. Eu sou apaixonado pelo contraditório. Esta é a Casa dos iguais, e os iguais aqui são muito diferentes. Portanto, obrigado a V.Ex^a pela compreensão.

E para encaminhar, pelo tempo de 5 minutos, meu querido amigo, este grande estudioso do Regimento, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo Líder da Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, ao longo dessa discussão que tivemos nesta tarde, nós começaremos a afunilar as decisões do Parlamento.

V.Ex^a leu aí oito requerimentos de urgência. Com certeza, a Oposição encaminhará os oito. Depois votaremos o primeiro turno do Orçamento. E a Minoria, com seus vinte membros, obstruirá. Agora começarão os discursos, e sei que o café da manhã hoje teve muito mais argumentos para a base do que os que faremos nos nossos encaminhamentos.

Diz aquele ditado que a esperança é a última que morre, e todo brasileiro vive da esperança. Os nossos Líderes e Vice-Líderes encaminharão os requerimentos de urgência. Neste momento em que a Casa terá uma oportunidade de dizer não ao governador, que é o chefe de todos vocês... Nosso, não! Nosso, não! A Assembleia

poderá mostrar um pouco de independência, um pouco de compromisso com o cidadão baiano. Então, gostaria de dizer que, se este Parlamento hoje não aprovar este requerimento de urgência específico, nobre Líder Zé Neto, não será um ato de insubordinação ao seu governo. Vai ser, sim, uma demonstração de que poderá, Sr. Presidente, haver as discussões para se aprimorar o que V.Ex^a peça pra ser votado neste dia sem passar por uma Comissão, sem ter 1 minuto de debate neste Parlamento.

Este requerimento de urgência, amigo Marcelo Nilo, vai mudar a vida das pessoas, vai mudar a vida dos seus funcionários que aqui estão! Vai mudar a vida de Carlinhos, de Geraldo Mascarenhas, dos servidores desta Casa, como também a dos servidores do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público. Enfim, de todos aqueles que compõem a organização da sociedade.

Então pediria a V.Ex^a, primeiro, que o deputado Rosemberg me esperasse fazer a questão de ordem. Quero fazer a minha questão de ordem.

Neste primeiro momento em que nós iremos fazer nosso encaminhamento, peço ao Sr. Presidente que faça inicialmente uma verificação de quórum para continuidade da sessão para que todos os parlamentares venham escutar o que temos a proferir.

Eu sei que os nossos argumentos são muito menores do que o café da amanhã que V.Ex^{as} tiveram hoje em um hotel de luxo. Eu sei disso, mas faço um último apelo para que esta Casa bote em primeiro lugar o espírito democrático, para que esta Casa empunhe na sua bandeira, Sr. Presidente... Estou até emocionado, Sr. Presidente, empunhe, nesse momento, Sr. Presidente, a bandeira da independência e não se torne uma secretaria de Estado que diz “amém” à vontade do Sr. Governador (Manifestações nas Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Qual a sua questão de ordem?

O Sr. Sandro Régis:- Minha questão de ordem é para que se faça uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Vou marcar 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu só queria pedir para V.Ex^a marcar 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não precisava, deputado, porque eu já tinha contado e já tem 22 Srs. Deputados, agora sou obrigado a marcar no painel. O deputado Sandro Régis, numa emoção, esqueceu-se de pedir para marcar 15 minutos, e V.Ex^a também ficou emocionado com o belo discurso do nosso querido Líder da Oposição, que emocionou todos nós.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu não tenho dúvida de que um discurso desse emocionado... Eu queria pedir para que marcasse no painel, até para que todos viessem ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

Solicito que zere o painel e marque 15 minutos.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão, formulado pelo meu querido amigo, Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, que se emocionou quando fez essa questão de ordem.

Solicito, mais uma vez, que zerem o painel e marquem 15 minutos.

(O Sr. Presidente faz chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já há quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de até 5 minutos. É o projeto nº 21.621/15, do ICMS.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, estamos, nesta triste tarde - noite, iniciando um processo que, mais uma vez, desprestigia o Poder Legislativo. Pergunto à população baiana: qual a razão de não se discutir, de não se permitir que projetos tão importantes como os que hoje aqui serão votados, com a urgência, sua discussão? Se não bastassem esses projetos, o governador hoje esvaziou todas as Comissões Temáticas desta Casa.

Levantei cedo, fui a cada comissão de que participo: a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Infraestrutura, e não houve quórum. Porque o governador não permitiu que os deputados aqui estivessem. Marcou, exatamente, uma reunião que coincidiu com aquele horário.

E estamos vendo o absurdo do governo querer colocar nas costas dos servidores públicos do Estado e da população do Estado a conta pela sua inaptidão na gestão pública. Esse projeto, ao qual quero encaminhar à nossa Bancada o voto contrário, trata do ICMS, de modificação das alíquotas do ICMS, que estão sendo majoradas em 1%, no geral, em 2% em determinados produtos, e em 3%, três pontos percentuais. O que significa, muitas das vezes, que essa majoração, quando feito o cálculo, resultará num aumento de 5%, chegando a 30% do imposto que hoje se paga. E há o efeito cascata. As indústrias baianas vão-se tornar menos competitivas e as consequências são: o desemprego, a geração de menos riqueza e menos economia.

Se não bastassem os incentivos fiscais cortados das indústrias pelo governo federal, ainda há o aumento do imposto que, aqui, o governo tenta passar. E vai passar. Vejam que vai passar.

Os deputados da Base governista deveriam argumentar e nos convencer, convencer às Galerias e ao público em geral de que o governo está fazendo a coisa certa.

Ora, que mal há em você defender o que é certo? Se estou tomando uma medida correta, qual é o temor da impopularidade? Não existe impopularidade em medida correta. E o governante, o estadista, ainda que as medidas sejam impopulares, precisa enfrentá-las e esclarecer, ter a coragem de botar a cara, ter a coragem de

defendê-las, de dizer que está certo, de provar, depois, que ele está certo. Não fazem porque aqui...

Vocês, que são defensores públicos, estão defendendo a inconstitucionalidade do que aqui se pretende. Trouxeram argumentos sólidos, estão aqui, e nós vamos defender isso da tribuna quando da votação do projeto.

Quando o governo lançou mão dos depósitos judiciais, nós, daqui, desta tribuna, e lá, nas comissões, dizíamos que aquele projeto era inconstitucional. E o governo fez como está fazendo agora: ouvidos moucos. Hora era no celular, hora era tratando com assessor, e não ouviu a nossa argumentação. Mas o Supremo Tribunal Federal nos ouviu e cancelou, porque nós estávamos certos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu ainda tenho tempo para concluir, não precisa V.Ex^a me alertar. Temos que ter tranquilidade para poder aprovar e para que com os projetos aqui aprovados não aconteça o que aconteceu com o dos depósitos judiciais, que sejam barrados no Supremo Tribunal Federal.

Nós, iremos às barras da Justiça, buscar as inconstitucionalidades daquilo que foi votado aqui sem se ouvir, desta forma, calados, silentes e de cabeça baixa. Nós estaremos erguidos, de cabeça erguida, olhando para o povo e falando aqui o que deve ser dito.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o deputado Augusto Castro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Nelson Leal, Bancada da Oposição aguerrida, na verdade, hoje esta sessão vai ficar para a história, no ano de 2015, do Legislativo da Bahia, porque, aqui, não vamos aceitar uma situação que o governo quer impor aos funcionários públicos do Estado da Bahia, retirar direitos adquiridos do quadro de funcionários. E isso é muito triste, porque o governo realmente prometeu muito, e se vê que a presidente Dilma foi para a eleição prometendo e mentindo, e hoje nos vemos aqui, nesta Casa, numa situação muito constrangedora.

Primeiro, vê-se aqui vários funcionários do Estado lutando, preocupados, primeiro, com a estabilidade econômica e a estabilidade funcional. E a Oposição aqui tem um papel muito importante nesse embate com o governo.

A Oposição está nesta Casa para poder fiscalizar o governo e propor projetos de interesse da Bahia, mas quando se mexe na categoria de funcionários públicos do Estado, que é muito importante...

A partir de hoje o governo começa a enxergar a estrutura da Defensoria Pública no Estado da Bahia com a autonomia de 100%. Não dá para não se ver a importância do que é, hoje, a Defensoria Pública no Brasil. E aqui, na Bahia, vemos uma defensoria atrelada à estrutura de Orçamento, enfim, estrutura de funcionamento administrativo-financeiro, por parte do governo.

Mas queremos, aqui, deputado Sandro Régis, um debate muito claro, porque vemos a preocupação dos policiais militares, dos delegados, dos profissionais da área da segurança pública, funcionários da área da saúde, da área da educação porque o governo está fazendo cortes.

E volto a dizer o seguinte: o governo esperava contar com os recursos do Tribunal de Justiça, totalizando mais de R\$ 600 milhões, para cobrir o rombo do fundo de previdência, porque o governo começou a trabalhar e fazer pedalada fiscal, e isso é muito assustador. Claro que o Estado da Bahia tem uma situação diferente de outros estados, até porque os investimentos que o governo da Bahia fez, deputado Pedro Tavares, os poucos investimentos que o Estado fez foi através de empréstimos do Banco Mundial, do BNDES e do Desenbahia.

Então, o quadro de funcionários públicos do Estado não pode pagar pela desorganização financeira do Estado da Bahia.

O secretário da Fazenda, Manoel Vitório esteve nesta Casa, na Comissão de Finanças, dizendo que a situação fiscal e econômica, em termos de Orçamento do Estado, estava confortável, e vemos que a realidade não é essa, que estão maquiando o Orçamento do Estado, que estão escondendo a realidade do Estado, e isso gera muita desconfiança nesse segmento que é o funcionalismo público.

Não dá, aqui, para criar um embate, e a Oposição estará aqui, dia e noite. Vamos fazer, aqui, uma grande obstrução, mas é importante também contar com o apoio dos sindicatos de todas as categorias do Estado da Bahia. Aqui há deputados da base do governo que vão dizer amém para o governo. Hoje o governador Rui Costa convidou os deputados para um café da manhã para dizer que tem interesse em aprovar essas medidas, que é um presente, no fundo, no fundo, de grego para o funcionário público do Estado da Bahia.

Não vamos aceitar em momento nenhum. A Oposição vai estar aqui para fazer o papel que lhe cabe. Mas a eleição passou, precisamos cuidar do patrimônio do Estado, que são vocês funcionários públicos. Acho que o governo tem possibilidade de sentar com a categoria, deputado Herzem Gusmão, V. Ex que representa Conquista, e ali há um grande número de funcionários públicos. É preciso que a Oposição esteja vigilante, cobrando do governo do Estado. O Líder do governo, deputado Zé Neto, sabe da responsabilidade de mexer com direitos adquiridos, até porque é advogado bem conceituado. É preciso reverter essa pauta aqui. Há “enes” projetos de interesse do Estado, e o governo traz para esta Casa projetos sem discutir com as comissões., quer passar rolo compressor. Não vamos aceitar, iremos para o embate até que o governo busque uma solução no sentido de retirar de pauta essas

urgências.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o nobre deputado, grande amigo, Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Galerias, imprensa, o Brasil, recentemente, deu mais um voto de confiança ao governo da presidenta Dilma. Governo esse que adotou um discurso antes da eleição e, depois da eleição, mudou radicalmente o discurso,. Disse que os pilares da economia estavam sólidos, disse que não ia existir aumento da energia elétrica, aumento do preço da gasolina, que iam manter os direitos trabalhistas, não iam mexer nos direitos trabalhistas, mas, depois da eleição, muda totalmente o discurso. Infelizmente, essa é uma forma do PT governar, adota um discurso antes da eleição e, depois da eleição, muda para pior o seu discurso.

E aqui na Bahia, infelizmente, o governo do Estado, o governo do PT segue a mesma linha do governo federal e encaminha a este Parlamento um pacote de maldades contra o servidor público estadual. Servidores terão seus benefícios alterados. Essa é a forma como o governo do Estado cuida do servidor público, é assim que o governo do PT trata o servidor público.

Eu pergunto: Por que o servidor público pagará pelar falta de gestão do governo do PT? Por que o servidor público tem que ser penalizado? Será que isso está correto? E eu queria fazer essa pergunta ao deputado, Líder do governo. Deputado Zé Neto, por que não cortar os gastos exorbitantes da propaganda? Essa é a forma do governo do PT, um governo que até um tempo atrás, recentemente, aprovou aqui mudanças no Planserv que mexeram no bolso do servidor público. Aprovaram aqui á toque de caixa, sem discussão, passando por cima de todos, sem querer discutir com os servidores públicos e sem querer discutir com a sociedade. Ora, meu Deus do céu, por que o governo insiste em fazer isso? Por que o governo não reduz o número de secretaria de Estado? São várias e várias secretarias de Estado. Será que não há outras alternativas para economizar a não ser mexer nos benefícios dos servidores públicos?

O governo anda na contramão da atualidade. Hoje a população não aguenta mais pagar tantos impostos. E aqui neste Parlamento também chega o regime de urgência um projeto que aumenta o ICMS, vai aumentar o ICMS em diversas categorias. Isso vai prejudicar não só os servidores públicos como grande parte da população da Bahia.

Aqui fica o meu apelo aos deputados do governo! Tenho certeza de que há muitos deputados, aqui, que são funcionários público do Estado. Será que, para agradar o governo, V.Ex^{as}. votarão contra V.Ex^{as} mesmos? Será que V.Ex^{as} passarão por cima dos servidores públicos para agradar o governo do PT? Será que a população aguenta, ainda, pagar tantas taxas como este projeto de aumento do ICMS?

Ao Líder do governo, deputado Zé Neto, um deputado combativo, ao Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, reafirmo que esta tribuna está aqui para que V.Ex^{as}. mostrem aos deputados e mostrem aos servidores públicos como serão feitas estas mudanças. Tentem mostrar como essas mudanças não trarão prejuízos aos servidores públicos!

Infelizmente, a Bancada do governo está calada. Infelizmente, ninguém ouve uma voz da Bancada do governo. Há poucos deputados aqui presentes e eles permanecem sem mostrar, realmente, o que os servidores públicos sofrerão.

Então, queria parabenizar a nossa Bancada de Oposição, liderada por Sandro Régis e, também, todos os deputados que fazem parte desta bancada.

Estaremos, aqui, atentos para obstruir esta votação! Estaremos aqui atentos para tentar fazer com que este projeto, que retira os benefícios dos servidores, não seja aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes às Galerias Paulo Jackson, a Assembleia Legislativa incia neste momento o processo que tira desta Casa a autonomia e a capacidade de representar o cidadão baiano.

Vejam os senhores, entrarão para ser votados nesta Casa, nesta noite negra...

O Sr. Zé Neto:- Noite negra?!

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Nesta noite memorável nesta Casa, quando oito projetos entrarão em regime de urgência sem nem sequer serem discutidos, deputado Hildécio, em nenhuma comissão.

O primeiro projeto, que agora estamos encaminhando, refere-se ao aumento da alíquota do ICMS. Imagino a frustração que V.Ex^a, como um auditor de carreira, deve estar sentindo por não poder, através da sua experiência e da sua capacidade profissional, emitir opiniões e sugestões sobre o aumento da alíquota do ICMS.

Exatamente neste momento em que o desemprego assola o nosso Brasil e, principalmente, neste quadrimestre em que a Bahia lidera a maior taxa de desemprego do nosso País, o governador, não satisfeito, traz o aumento da alíquota do ICMS.

E quem pagará essa conta ao final? Não se enganem, quem pagará essa conta será o cidadão, porque tanto o comerciante quanto aquele que produz a mercadoria empurram esse aumento para a ponta do ciclo, a fim de não perderem os seus lucros.

Srs. Parlamentares e imprensa presente, esta Casa não levou nenhum projeto

desse para a discussão em nenhuma comissão!

Muitos parlamentares tomaram conhecimento do que votarão, a partir de agora, durante no café da manhã com o governador. Se se questionar a grande parte dos deputados do governo sobre o que diz o projeto do ICMS, garanto que não sabem. (Palmas) Só sabem, aqui, dizer amém ao chefe. Só sabem, aqui, deputado Hildécio, dizer: “Sim, senhor!”. Os deputados governistas se esquecem, meu amigo e Líder do PT, Rosemberg Pinto, da confiança do cidadão a eles depositada; esquecem-se do seu mandato legitimado por cada pai, por cada mãe, por cada jovem, por cada cidadão desta terra.

Nós, aqui, da Oposição, estamos lutando. É bom que fique claro que nós estamos lutando para que os projetos sejam debatidos nesta Casa. É inadmissível se votar 8 projetos em regime de urgência sem passar por nenhuma comissão desta Assembleia Legislativa da Bahia. Eu entendo que as comissões perderam todos os seus valores. Eu entendo que não se precisa mais de comissão nesta Casa, porque o governo, com a conivência do Parlamento, tira...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) aquilo que temos de mais sagrado, deputado Hildécio: o diálogo, as discussões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- E, para concluir, Sr. Presidente, aqui, deputado Leur, lanço o desafio: quais os deputados, nesta Casa, têm o conhecimento profundo do voto que proferirão?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, meu querido amigo e deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Em cima disso, Sr. Presidente, pela falta da discussão, pela falta da democracia, por esta Casa, neste momento, atropelar e o governo, em sua Maioria, aprova os projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- O nosso encaminhamento é o de que a Bancada de Oposição vote não a este primeiro projeto que faz parte do pacote de maldades do governador Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Requerimento de nº 8.590/2015.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro

Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu vou usar aqui os meus 5 minutos para fazer um apelo a V.Ex^a e, no último minuto, formularei minha questão de ordem.

Sr. Presidente, V.Ex^a tem orgulho de dizer que é o deputado que permaneceu durante 16 anos na Oposição. Foram de 16 anos?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não sinto saudades, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Eu sei disso. Mas V.Ex^a conhece os dois lados. V.Ex^a conhece a Oposição e V.Ex^a conhece o topo do poder, onde V.Ex^a ocupa, hoje, por méritos, diga-se de passagem.

Eu sei que V.Ex^a fica em uma situação difícil, porque, além de presidente, faz parte da Base do governo. Mas V.Ex^a há de convir que 8 projetos em regime de urgência são demais! Veja, são 8 projetos!

E nós estamos tratando de direitos dos cidadãos. Há projetos que mudam, melhor, majoram as alíquotas do ICMS. Sr. Presidente, nenhum projeto desse foi discutido em nenhuma comissão!

Qual é a imagem que o Parlamento da Bahia levará à sociedade baiana? Qual é a imagem que nós, deputados, os 63 deputados desta Casa, poderemos dizer da nossa legitimidade para representar o nosso mandato.

Nós estamos votando, hoje, aqui nesta Casa, urgência de projetos a toque de caixa que vão mexer com metade da população baiana. E nós não teremos a oportunidade, Sr. Presidente, de levar esses projetos para as comissões para que sejam debatidos, para que sejam ajustados, para que as pessoas que tenham as suas vidas comprometidas tenham oportunidade de defenderem os seus direitos.

Eu já fui deputado de governo e quando fui deputado de governo, a exemplo de V.Ex^a, fui o mais votado da Bahia. Eu sei o que é ser governo e estou aprendendo a ser Oposição. Mas, a minha maior convicção, Sr. Presidente, que eu aprendi na minha vida, é que todos os governos passam e quem concede o nosso mandato é o povo da Bahia.

E é preciso que o governador com seus 200 mil votos, da força que V.Ex^a representa hoje na Bahia, sendo a segunda maior força, porque V.Ex^a é mais forte que o vice-governador politicamente, V.Ex^a tem a tinta na caneta para não assinar muito, Sr. Presidente, V.Ex^a que é quase um governador, para que V.Ex^a use o bom senso nesta Casa e leve esses projetos, Sr. Presidente, para as comissões, para que eles sejam discutidos, para que as pessoas, Sr. Presidente, tenham direito também, todas as categorias, de se expressar, em nome da sua história política, em nome do que V.Ex^a representa para o Parlamento e para a Bahia.

Repense. Eu sei que V.Ex^a não pode fazer, quem tem que fazer é o Líder do Governo, mas o seu prestígio prescinde aos deputados governistas. Eu faço um apelo a V.Ex^a: vamos discutir esses projetos. Não irá mudar nada o rito votar hoje ou votar

quarta-feira que vem, Sr. Presidente, a urgência, não irá mudar.

Eu faço aqui um apelo a V.Ex^a, mas faço um apelo ao Líder do PT, Rosemberg e ao Líder do Governo, deputado Zé Neto. Eu imagino o constrangimento do deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Qual é a sua questão de ordem, deputado? Está encerrando o tempo.

O Sr. Sandro Régis:- Eu vou encerrar no último minuto. Tenha paciência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem 33 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a tomou dois, eu quero de volta.

Eu vejo aqui no Líder Zé Neto a sua dificuldade de olhar para os seus amigos de Feira de Santana, os servidores públicos estaduais.

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a fizesse o quorum nominal, requeresse o tempo necessário, quórum de votação para que a Assembleia não aprove esse requerimento de urgência.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, para atender esse apelo, mais uma vez emocionado, do deputado Sandro Régis, que recuperou a sua fala ali, você tem que agradecer. Eu queria pedir que marcasse os 25 minutos, chamasse todos os deputados que estão no cafezinho, os deputados que estão em seus gabinetes para que se façam presentes aqui, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de votação. Srs. Deputados, os deputados Sandro Régis e Rosemberg Pinto solicitaram quórum de votação.

Zere o painel, marque 25 minutos. Srs. Deputados, marquem as presenças. Quórum de votação. É necessária a presença de 32 Srs. Deputados. Eu peço ao deputado Sandro Régis que marque a presença. Estão faltando marcar as presenças:

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede a chamada dos Srs. Deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há 32 Srs. Deputados presentes, portanto, quórum de votação.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado contra os votos dos deputados da Oposição aqui presentes: Adolfo Viana, Luciano Ribeiro, Fábio Souto, Pedro Tavares, Sandro Régis, Leur Lomanto, Luciano Simões Filho, Soldado Prisco, Sidelvan Nóbrega, Herzem Gusmão, Pablo Barrozo, Targino Machado e Carlos Geilson. Portanto, aprovado por maioria.

Próximo requerimento. É o requerimento de urgência solicitado pelo deputado Zé Neto, Líder do governo, que leva o nº 8.591/2015 (Lê): “para tramitação do

projeto de lei 21.623/2015 que institui o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes.”

É regime de urgência para votar o projeto, deputado Sandro Régis, preste atenção ao projeto. Institui o Projeto Estadual Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da rede estadual de educação profissional.

Para encaminhar.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Sandro Régis:- Esse projeto, como todos os projetos importantes, vê-se que é uma matéria importante, mas é um projeto que não foi debatido na Casa. É um projeto que poderia ter ido para a Comissão da Educação, poderia ter sido discutido, poderia ter envolvido o Parlamento e se votar até por acordo, todo mundo, porque entendemos que pelo que V.Ex^a falou, e pela rapidez com que chegou esse projeto, que pode até ser um projeto bom, mas é um projeto que a Assembleia perde a oportunidade de discutir. Para encaminhar, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:-Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós estamos mais uma vez, e outras tantas aqui estaremos, neste atropelamento à autonomia do Poder Legislativo. Não podemos aceitar que o Legislativo seja tratado de tal forma. O projeto de lei que o governador encaminha a esta Casa, o PL nº 21.623/2015, que tem, na sua ementa: (Lê) “...institui o projeto estadual de incentivo à concessão de estágio e primeira experiência profissional a estudantes e egressos da rede estadual de educação profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia e dá outras providências”.

Podemos assim, de chofre, à primeira vista, entender que se trata de, pelo menos, uma boa intenção nesse projeto encaminhado pelo governador. Mas, não obstante isso, nós não podemos deixar de ler, apreciar e, talvez, até contribuir com melhorias, se elas fossem necessárias, a um projeto que traz no seu corpo 29 artigos. Obviamente que ele pode, sem sombra de dúvida, incorporar melhorias tanto na Comissão de Constituição e Justiça como na Comissão de Educação. Por exemplo, aqui se limita, meu caro deputado Hildécio Meireles, ao percentual mínimo de 5% e máximo de 15% o número de estagiários na administração pública.

Eu, sinceramente, não sei. Preciso saber se esse número é um número razoável, se esse número mínimo não é tão pouco ou se esse número máximo de 15% não é suficiente para prejudicar a qualificação do serviço público. Você ter 15% de estagiários no serviço público é bom ou ruim? Eu não sei. Eu sei que a ideia é boa, você poder fazer o primeiro emprego, dar condição aos estagiários e a sua

qualificação.

Então, nós não queremos aqui entrar no mérito do projeto, porque nós queremos, tanto nesse como nos demais projetos, é poder ter a condição de analisá-los, de poder entender de fato do que se trata, se é bom, se é ruim, se podemos melhorar o projeto apresentando emendas, apresentando sugestões, tirando algumas coisas e colocando outras.

Mais uma vez, a minha recomendação, o meu encaminhamento – e aqui nós estamos votando a urgência, não estamos votando o projeto, que isso fique bem claro –, para sermos coerentes com o nosso funcionamento, para sermos coerentes com aquilo que aqui defendemos, nós não podemos deixar de encaminhar o voto “não” ao pedido de urgência, e não ao projeto em si.

Nós precisamos entender que nas comissões temáticas é onde vive o Parlamento, é onde se discutem efetivamente os projetos. Aqui no Plenário, a decisão, as votações e as discussões são meramente políticas, e assim devem ser, mas nas comissões temáticas, sim, é que estaremos apreciando o corpo do projeto, o espírito, a intenção do projeto. E é a isso que me reservo, junto com a Bancada da Oposição, a querer fazê-lo, a querer analisar, a querer trabalhar.

Sei que muitos deputados aqui já estão sonhando com suas férias, mas para nós, da Oposição, isso não será problema. Se tivermos que ficar sem férias, passar janeiro e fevereiro aqui, debatendo, estudando, aprimorando os projetos, haveremos de estar. Mas queremos poder apreciar e fazer com que o Parlamento tenha o seu lugar de independência, de discussão e de construção das políticas públicas. Por isso o meu encaminhamento é o voto não, pela urgência, e não pelo projeto em si.

Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encaminhar, o deputado Augusto Castro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Srs. Deputados, Sr. Presidente, na verdade, deputado Luciano Ribeiro, a Oposição é a favor desse projeto, a questão toda é a urgência. O governo quer tocar aqui um projeto com urgência, mas é preciso respeitar o contraditório. Temos uma série de projetos que o governo mandou a esta Casa, todos com urgência, e aí é preciso, deputado Jânio Natal, que a Oposição realmente sente com o Líder do governo para poder debater de forma muito clara esses projetos todos, principalmente esse que agora está indo para votação.

A nossa intenção aqui é poder ter clareza, deputado Alex, desses projetos todos que o governo manda a esta Casa. Não dá para aprovar projetos do Executivo que venham penalizar o funcionalismo público do Estado, sem conhecer a realidade financeira do Estado.

O Estado está pregando que existe deficiência orçamentária em vários setores da administração pública. Volto a dizer: os recursos do Tribunal, conforme decisão do Supremo, não estão em pauta porque houve inconstitucionalidade. O Estado vai perder R\$ 600 milhões. Boa parte desses recursos seria para tapar o buraco do fundo de previdência dos servidores do Estado.

Então, a Bancada da Oposição nesta Casa está atenta a todos os projetos que o Executivo encaminhou a esta Casa. Temos desde o Orçamento ao projeto do primeiro emprego. Temos aqui esse absurdo que é o que trata do funcionalismo público do Estado da Bahia. É uma coisa muito delicada, porque há direitos adquiridos. O governo do Estado, quando quer sentar, senta. Mas sentimos que não há nenhuma demonstração de boa vontade por parte do governo e do secretariado em sentar com os movimentos, com os sindicatos, para poder trazer a esta Casa uma pauta mais clara. Dizer: “O Estado tem isso, vai arrecadar aquilo, podemos encaminhar até este ponto”.

Não dá para tratar de uma votação que mexe na vida de todos os funcionários públicos do Estado em apenas uma, duas, três horas. O papel nosso, da Oposição, é exatamente este: ficar vigilante, acompanhar, em defesa do patrimônio do Estado, que é o seu funcionalismo.

Então, o deputado Sandro Régis está atento, inclusive a Oposição está procurando a melhor forma, e que o governo venha apresentar proposta para acabar com essa situação constrangedora que tem gerado em todo o quadro de funcionários do Estado da Bahia, dos 417 municípios do Estado. Não vamos aceitar essa forma de o governo querer impor a esta Casa dizer “amém”. Não dá, a base do governo também sabe da responsabilidade. A maioria aqui tem voto do funcionalismo público.

Claro que é preciso ter responsabilidade também com o Orçamento do Estado. Mas volto a dizer: o governador sempre afirmou, assim como os secretários da Fazenda, do Planejamento, da Administração, que o Estado estava numa situação confortável, no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, deputado Alex Lima, V.Ex^a que preside a Comissão de Orçamento e Finanças da Casa.

O secretário Manoel Vitorino veio aqui e disse que o Estado da Bahia é o único Estado da Federação que está com as finanças em dia. Mas é preciso detalhar isso para a Oposição.

O papel da Oposição nesta Casa é justamente discutir. Acho que o debate mais apropriado é nas comissões. O governo trouxe o projeto para esta Casa a toque de caixa, na medida de urgência, querendo passar o rolo compressor. Não dá!

O nosso papel é exatamente este: debater. Esta Casa é a Casa do contraditório, onde há segmentos de representatividade das comunidades e sociedade do Estado da Bahia.

Acho que haverá a apresentação de emendas a esses projetos, mas o governo tem uma base sólida na Casa e vai querer perseguir os servidores do Estado da Bahia.

Nós, deputados de Oposição, estamos muito atentos e precisamos discutir de forma clara o que se tem e o que o governo pode chegar a propor. Dessa forma não dá.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Simões para discutir.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-noite a todos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para encaminhar o voto da minha Bancada, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ao projeto de lei que chega a esta Casa, que institui o projeto estadual de incentivo à concessão de estágio e primeira experiência profissional a estudantes e egressos da rede estadual de educação profissional, e a jovens adolescentes qualificados por programas governamentais, executados pelo Estado da Bahia.

De certo modo, esse projeto de lei encaminhado pelo governador Rui Costa, do PT, também chamado de Rui Costa de Dilma, não é de todo ruim. Não há nada de mal que seja implementada a atividade educacional dos currículos das crianças e adolescentes da Bahia.

Um projeto como este, tido como simples... Por que mais uma vez o governo do Estado deixa esta Assembleia de mãos atadas? Mais uma vez, o governo do Estado não utiliza todo potencial dos Srs. Deputados, que foram eleitos por mais de 10 milhões eleitores do Estado da Bahia, para discutir e enriquecer esse projeto de lei.

Um dos artigos desse projeto, mais especificamente o art. 6º, inciso III, incumbe a Secretaria do Desenvolvimento Econômico da articulação com o setor privado.

São do conhecimento de todos desta Casa as frentes parlamentares que foram instituídas. O deputado Eduardo Salles é o presidente, coordenador, não sei ao certo qual a nomenclatura, da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, da qual eu e o deputado Sandro Régis fazemos parte, e essa frente não está sendo ouvida. Com certeza, a ação da Frente Parlamentar do Empreendedorismo muito enriqueceria esse projeto de lei, nobre deputado Euclides Fernandes.

Mas não. O governador Rui Costa ignora a Frente Parlamentar do deputado Eduardo Salles – que é um deputado atuante, enérgico nas suas posições –, não quer ouvir as posições do deputado Eduardo Salles, que fez um evento fantástico no lançamento da Frente Parlamentar. Nunca vi um lançamento tão bem feito e tão prestigiado como foi o do deputado Eduardo Salles. O deputado Eduardo Salles, que tinha muito a contribuir para o debate do projeto de lei, foi excluído de todo o projeto.

Fala-se também aqui, no art. 4º, que caberá à Secretaria de Desenvolvimento

Rural a articulação com o terceiro setor, vinculado à agricultura familiar.

Temos aqui a deputada Fátima Nunes, que é muito ligada na região do Semiárido do nosso Estado, grande vinculação com o setor de agricultura familiar e não foi ouvida. Ela faz parte da Comissão de Desenvolvimento Regional, do deputado Alex da Piatã, que foi ignorado também.

Por que existe a Assembleia Legislativa, minhas senhoras e meus senhores? Para o debate e enriquecimento dos projetos de lei. Para que servem as comissões? As comissões servem para que as vontades do governo passem pela cabeça dos cidadãos que nós somos representantes e mandatários.

O deputado Alex da Piatã, no meu partido, faz uma grande gestão na sua comissão. É uma comissão que tem total vinculação com isto aqui. E é ignorado. Para que passar por cima da Assembleia num projeto de lei tão bom? Não se justifica passar por cima da instituição respeitada, de tantas lutas pelo nosso Estado, um projeto de lei que poderia ter sido enriquecido. Um projeto de lei que deputados do governo poderiam ter sido ouvidos. Citei alguns deputados que foram ignorados pelo governador Rui Costa. V. Ex^{as} não merecem isso. V. Ex^{as} merecem enriquecer o mandato de todos no debate e na atuação parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encaminhar, deputado Sandro Régis, pelo tempo 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero usar este projeto, deputado Euclides Fernandes, como um grande exemplo do erro desta noite. Esse projeto que, no seu teor, traz a geração de emprego e renda através do estágio para o jovem, deveria ter sido discutido na Comissão de Educação. Um projeto desse, Bobô, todo o Parlamento ganha, que é uma ação proativa deste Parlamento com a sociedade. A inabilidade do governo é tão grande que até um projeto proativo o Governo é incapaz de mandar para esta Casa, para que se encaminhe nas comissões, onde todos os parlamentares possam fazer parte.

O governo no seu rito, que os parlamentares governistas estão acostumando o governo, esqueceu que antes de V.Ex^{as} serem membros, serem deputados governistas, V.Ex^{as} também podem contribuir com sugestões para aprimoramento dos projetos. É inadmissível, que um projeto importante, que considero como um bom projeto, que não seja discutido e não passe por uma comissão nesta Casa, deputado Alex Lima e deputado Herzem Gusmão. E que seja, nesta noite, votado em regime de urgência para que sequer os parlamentares possam dar suas sugestões e contribuir positivamente com esse projeto de lei.

Esta Casa caminha por uma estrada muito perigosa. Esta Casa está abrindo mão

de legislar. Os deputados governistas estão abrindo mão de emitir suas opiniões. Mesmo que sejam favoráveis, não estão sendo a capacidade. Imagino, dentro de mim, a frustração de muitos parlamentares de primeiro mandato, que chegam a esta Casas entusiasmados, na doce ilusão de que o seu mandato poderia ser, sim, uma ferramenta de transformação da sociedade, que o seu mandato poderia ser, sim, um mecanismo de ações para ajudar a sociedade, mas, não, os deputados abrem e guardam...

(Muitos Srs. Deputados falam ao mesmo tempo)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, gostaria que preservasse a minha palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, tem um orador na tribuna.

Pode continuar, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Enquanto não houver silêncio, não falo. Desconte meu tempo, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, deputado Augusto Castro, seu líder está-se sentindo incomodado com o barulho.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) um projeto desse, um projeto bom, um projeto que o parlamento poderia fazer a quatro mãos. Imaginem os senhores, nem esse projeto o governo quer que se discuta, nem esse projeto de geração e criação de estágios o governo quer que passe pela comissão de educação. O governo quer que se vote o regime de urgência, e a bancada do amém balance a cabeça e diga “sim, senhor”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação o requerimento 8.591/2015, que requer urgência para o projeto de lei 21.623/2015.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, V.Ex^a que saiu do sertão da Bahia, homem de fibra que representa o Nordeste, que tem no seu coração a sua querida Campo Formoso, terra onde tem muitos jovens, onde, tenho certeza, tem jovens sem oportunidades que quando faz 18 anos têm de ir para São Paulo, tem de ir para os grandes centros, Sr. Presidente, quero dizer a V.Ex^a que a Oposição, assim como V.Ex^a também pensa, a Oposição, na sua leitura, entende que esse projeto pode trazer contribuição e oportunidade para os jovens da Bahia...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Então V.Ex^a vota favorável?

O Sr. Sandro Régis:- Se V.Ex^a deixar eu concluir a minha questão de ordem e não me atrapalhar, ficarei muito feliz.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Desculpe-me.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a tem que entender, a Bahia tem que entender que, nesse momento, a atitude da Oposição não é contra o projeto... V.Ex^a que está presidindo a sessão precisa prestar atenção na minha questão de ordem. Obrigado.

Nesse momento a bancada de Oposição não terá uma posição referente ao projeto, mas à forma com que o governo e a Bancada do governo estão tratando este parlamento. Neste momento, Sr. Presidente, um projeto como esse, que poderia tramitar nas comissões, que poderia ser um projeto, deputado Zé Neto, como muitos em que a Oposição votou com V.Ex^a, quando achávamos que era interessante. Muitas vezes a Oposição deu quórum para V.Ex^a quando não havia quórum na sua própria bancada. É inadmissível que seja votado um requerimento de urgência para um projeto como esse. É uma falta de respeito para com o jovem da sua terra, é uma falta de respeito para com os jovens da Bahia.

O projeto é bom, mas o desrespeito da Assembleia para com o projeto é maior. Tenho certeza de que o jovem de Antas também, nesse momento, concordam com o líder da Oposição, tenho certeza, presidente Marcelo Nilo.

Presidente, gostaria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum de votação nominal, requerendo o tempo exigido. Segundo, infelizmente, mesmo tendo a convicção de que o projeto é bom, neste momento, a Oposição votará contra, em razão da forma e o desrespeito que a Casa vem lidando com os parlamentares. Oriento a minha Bancada a votar contra esse requerimento de urgência.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

Por favor, zerem o painel e marquem o tempo de 25 minutos. Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação. Peço a V.Ex^{as} que estão nos gabinetes ou em outras dependências desta Casa para comparecerem ao Plenário e marcaram as suas presenças, pois existe uma verificação de quórum de votação.

(Verificação de quórum de votação.)

Já existe quórum.

Srs. Deputados, em votação o Requerimento de Urgência nº 8.591/2015 ao Projeto de Lei nº 21.623/2015. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos contrários dos deputados Luciano Ribeiro, Adolfo Viana, Leur Lomanto Júnior, Fábio Souto, Pablo Barrozo, Augusto Castro, Herzem Gusmão, Pedro Tavares, Sidelvan Nóbrega, Carlos Geilson, Alan Sanches e Sandro Régis. Portanto, o projeto está aprovado.

Próximo projeto. Em votação o Requerimento de Urgência nº 8.592/2015 ao Projeto de Lei nº 21.624/2015, de autoria do Poder Executivo.

Para encaminhar, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, para encaminhar.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:-Sr. Presidente, eu volto a tribuna para, mais uma vez, repetir o que nós, exaustivamente, estamos a pregar desta tribuna desde o primeiro dia em que assumimos o mandato. Estamos pregando a autonomia do Poder Legislativo. Estamos pregando o direito de poder discutir e conhecer para votar os projetos.

Lamento que, em uma tarde como hoje, o governo tenha 24 projetos de lei nesta Casa. Destes, 19 com pedido de urgência. Ou seja, vamos fechar a porta do Parlamento, colocar uma placa como Secretaria de Assuntos Legislativos, para, então, o governo governar por decreto. É isso que está acontecendo!

Uma bancada dessa, de homens e mulheres briosos, inteligentes, todos silentes. Ninguém nos dá o prazer, deputada Maria del Carmen, tão querida, tão inteligente, de vir a esta tribuna para nos permitir ouvir a sua argumentação, sempre pertinente, para demonstrar a nós e nos convencer de que estamos errados, que estamos aqui fazendo o que não se deve.

Nós viemos para este Parlamento trazidos pelo povo. Estamos numa representação popular. Podemos, ao final, votar favoravelmente ou contrário a determinados projetos, melhorá-los, apresentar emendas, apresentar argumentações, como, de fato, temos feito ao longo do tempo. Mas não podemos permitir, sob qualquer argumento, que os projetos aqui, bons ou ruins, deixem de passar pela argumentação; deixem de passar pelo debate; deixem de passar pela apreciação dos deputados e da sociedade.

O projeto para o qual se vota a urgência traz em sua ementa: “Institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômico das universidades públicas estaduais da Bahia, e dá outras providências.”

Ótimo! Excelente a ementa! Acredito que a intenção também é boa. Acredito que, no seu corpo, traz boas intenções. Mas, assim como anteriormente votamos contra sua tramitação, esse projeto, meu caro Euclides Fernandes, tem 25 artigos.

V.Ex^a, que faz um belíssimo trabalho na Comissão de Constituição e Justiça, apreciando, trazendo votos memoráveis. Eu tenho um deles guardado, um voto divergente de V.Ex^a, que pedi para guardar pela grandiosidade do mesmo, pela riqueza que V.Ex^a trouxe naquele voto. Está guardado comigo, confesso! V.Ex^a sabe disso.

Que bom seria que o deputado Paulo Rangel, também, que é um grande jurista, embora não saiba a sua formação, mas é um grande jurista na comissão, e o deputado Zé Raimundo, que não tem formação, estivessem debatendo esse projeto. São projetos bons! Por que não discuti-los? Por que nos tirar isso?

Não estou contra esse projeto. Quero poder apreciar, discutir e debater como fazemos nas comissões, para aperfeiçoá-lo, para emendá-lo, para construir a política pública ideal, nascida do confronto ou da convergência de ideias, dos contrários. É isso que aviva o Parlamento. O Parlamento é vivo assim. Mas de que adianta a Oposição falar, falar, V.Ex^{as} silentes, porque já sabem que vão votar. Talvez não tiveram também a oportunidade, e isso é o ônus de ser Governo, eu sei, reconheço, de poder sequer melhorá-lo, porque é possível melhorar. A procuradoria do Estado não pode ter o monopólio da sabedoria de entender tudo e colocar no texto da lei. Talvez tenha até a boa intenção, mas porque não a colaboração do Parlamento?

É por isso que eu recomendo, mais uma vez, a nossa Bancada, não apreciando o mérito do projeto, votar contra o seu encaminhamento em regime de urgência. Isso poderia nos enriquecer no debate, enriquecer o Parlamento e torná-lo realmente vivo. Mas nós da Oposição estaremos como estamos: de pé, à ordem e firme na defesa dos interesses do baiano.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Herzem Gusmão):- Para encaminhar o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, funcionários desta Casa, colegas da Imprensa, vocês que nos acompanham nas galerias, na *TV Assembleia*, nós, os deputados da Bancada de Oposição, estamos com uma posição coerente, em sintonia com o povo baiano e em defesa do fortalecimento da independência do Parlamento.

Esse projeto, que é exatamente o 21.624 é um bom projeto. Ele institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das universidades públicas estaduais da Bahia e dá outras providências. O projeto é bom. Ruim é o atropelamento, o encaminhamento; é o pedido de urgência; é exatamente a tentativa de neutralizar esta Casa como aconteceu hoje pela manhã. Em lugar desse projeto passar pelas comissões temáticas, hoje, o governador, de maneira deliberada... E eu diria que o presidente deputado Marcelo Nilo deveria rechaçar, porque senão o nosso querido presidente Marcelo vai ficar com dois discursos. Um é aquele no qual ele adverte e cobra a presença dos deputados nas comissões temáticas, e cobrou com veemência. O outro discurso é justamente em defesa de caminhar para uma visita no café da manhã com o governador, levando os deputados e neutralizando e anulando as reuniões das comissões temáticas. Isso é ruim para o Parlamento, isso enfraquece o próprio presidente, porque ele cobra a nossa presença e não dá o exemplo.

E vocês, deputados, colegas do governo, aos esvaziar as comissões também enfraquecem o parlamento. Não sei qual foi o deputado, parece-me que foi Augusto Castro, ele cobrou de Zé Neto, mais ou menos assim: ele quer saber o que Zé Neto,

Líder do Governo, vai falar em sua querida cidade Feira de Santana, como um pré-candidato a prefeito que vai disputar as eleições. O que ele vai explicar com relação a esse pacote de maldade que o governo e que ele vai votar a favor? Na condição de pré-candidato a prefeito que naturalmente vai apresentar o seu projeto e será, Carlos Geilson, cobrado na cidade de Feira de Santana.

Pegando o gancho do meu querido colega deputado Augusto Castro, na esteira dele quero cobrar também de dois pré-candidatos a prefeito de Vitória da Conquista, Fabrício Falcão do PCdoB. E a cobrança maior é para o ex-presidente da Adusp, professor José Raimundo Fontes, que era duro com os governos. Lembro-me de que ele chegava na Rádio Clube acompanhado de uma claque para cobrar do governo mais orçamento, e era duro, e era contundente, e hoje ele inverte a contundência em defesa do governo contra a Adusp e as universidades, ao aprovar um projeto que aniquila, e acaba de liquidar as pretensões do Ensino do Terceiro Grau do Estado Bahia.

Serão cobrados também ele e o Fabrício. Conquista haverá de saber e a região do posicionamento deles votando pelo governo, contra professores e a sociedade, aprovando o ICMS, o aumento de 1% que irá incidir, na verdade, aumentos de 20% até 30%, em determinados casos, chegando a pressionar a inflação em 30%.

Para concluir, muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares e logo depois deputado Adolfo Viana.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Deputados, deputadas aqui presentes, tribuna, Imprensa, enfim, galerias. Quero me associar aqui às palavras dos deputados Luciano Ribeiro e Herzen Gusmão. Já tenho 5 anos nesta Casa Legislativa e é impressionante que o Governo não muda a sua forma de atuar. Foge do debate, desrespeita esta Casa, deixa-a sem a devida discussão de projetos importantes, como esse que está aqui e institui o projeto Estadual de Auxílio de Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas estaduais da Bahia. Não discute. Temos a Comissão de Educação, está ali o deputado Eduardo Salles, que gosta de debater diversos assuntos – sobre o cacau, sobre Sobradinho–, por que não debater aqui sobre esse projeto importante na Comissão de Educação? Por que não passar pela Comissão de Constituição e Justiça? Por que não debater para aprimorarmos os projetos para que possamos realmente melhorá-los? Mas não, o Governo, como sempre, foge do debate, se utiliza da sua ampla maioria aqui no Parlamento estadual para passar o verdadeiro rolo compressor. Para não discutir os projetos e passar do jeito que quiser. É como eu disse, sem discussão, desrespeitando esse Parlamento.

Parece, deputado Luciano Ribeiro, infelizmente, uma extensão do governo

Estadual; parece uma secretaria de estado.

Então, essa forma é que a Oposição não aceita. Não somos contra o mérito do projeto; mas, a forma com que está sendo conduzida a sua apreciação e a sua votação, sem a devida discussão.

Não só esse projeto, mas também projetos importantes que já foram votados e serão votados hoje em regime de urgência, como o Projeto do ICMS. Ninguém discutiu esse projeto importante, um projeto que vai mais uma vez taxar a população que não aguenta mais tantos impostos, a população que tem sofrido com a crise econômica para a qual o Governo e a gestão do PT tem levado o nosso País e o nosso Estado. Poderia ter sido discutido pelas comissões. A Comissão de Finanças, estão aqui o deputado Alex Lima, estão aqui deputados que fazem parte de diversas comissões, onde esses projetos poderiam tramitar, mas não, o Governo mais uma vez passa por cima desta Casa, não discute, não quer a discussão. Esta Casa pode ajudar a aprimorar estes projetos. Fica aqui mais uma vez o meu pedido à Bancada do governo para que venha pra cá discutir, mostrar e debater estas proposições que estão aqui, a exemplo da que mexe em diversos benefícios dos servidores públicos.

Ora, meu Deus! Será que eles vão ter de pagar pela falta de gestão do governo do PT? Será que é cortando os benefícios, prejudicando os servidores públicos que se vai economizar? Será que não existem outras formas de economizar? Será que diminuir os gastos com propaganda e as diversas Secretarias - muitas só têm orçamento para pagar o pessoal - não seria uma possibilidade? Será que essa é a forma correta que o governo acha para aprovar os projetos que estão nesta Casa e mais uma vez prejudicar o servidor, que, como eu disse, recentemente já foi prejudicado no projeto do Planserv aprovado aqui sem discussão, passando o rolo compressor? Hoje, quando recebem o contracheque, eles sofrem com o valor muito mais alto do plano.

Então, fica desta tribuna novamente o meu alerta e o meu pedido à Bancada da Situação para que venha pra cá discutir, mostrar o porquê de o governo querer aprovar a toque de caixa estes projetos. Deixo à nossa Bancada do PMDB a orientação de votar contra eles. Alguns não pelo mérito, mas sim pela forma como o governo conduz querendo aprovar tudo sem discussão, a toque de caixa, passando um verdadeiro rolo compressor sem respeitar esta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores que aguardam com ansiedade o desfecho das votações desta terça-feira, eu imagino o tamanho do constrangimento dos nobres parlamentares que compõem a base do governo. Começamos esta sessão às 14h45min. O único, a única parlamentar que teve

a coragem de subir a esta tribuna hoje foi a deputada Fátima Nunes, mas não falou absolutamente nada do assunto que está sendo tratado nesta noite.

Deputado Sandro Regis, V.Ex^a que tão bem conduz a nossa Bancada da Oposição, não vejo mais sentido nenhum para esta Casa permanecer funcionando, até porque as discussões não acontecem mais neste prédio. Acontecem em cafés da manhã, nobres parlamentares. Não se discute mais nas Comissões, não se discute mais neste Plenário. As discussões são feitas no café da manhã. Aí, ficam todos convencidos de que o que está sendo feito na noite de hoje é o mais correto a se fazer. Eu conheço, porque tenho muitos amigos na base do governo. Os deputados governistas têm um posicionamento. Eu sou de oposição, tenho outro. Mas não quer dizer que não tenhamos amizade. É lógico que temos. E percebo na face de cada um deles o constrangimento que estão tendo em votar estes projetos.

O deputado Herzem Gusmão ocupou esta tribuna e chamou a atenção de dois outros colegas. É lógico, deputado Herzem, que em Vitória da Conquista os servidores públicos ficarão decepcionados com a postura dos parlamentares. Mas não será diferente de Feira de Santana, Juazeiro, Itabuna, Casa Nova, Barreiras e tantas outras cidades do Estado da Bahia.

Hoje a base governista, para servir ao governador da Bahia, na ânsia de servir ao Poder Executivo, vira as costas aos servidores públicos do nosso Estado, que ajudam a construí-lo. Provavelmente hoje será dado o primeiro passo para cortar deles direitos adquiridos ao longo de uma vida de trabalho.

É lamentável perceber que as prerrogativas desta Casa foram esquecidas, deputado Sandro Régis. Vejo, caro colega deputado Fábio Souto, na face dos deputados da base do governo um constrangimento estampado. Estampado na cara de cada um deles! Será realmente um voto de constrangimento que não acaba hoje. O constrangimento vai continuar sempre que os parlamentares encontrarem com servidores do Estado da Bahia. Vão olhar para eles e terão nas suas consciências a sensação de que os prejudicaram.

O Planserv veio em regime de urgência, e os servidores já pagam um preço altíssimo pelo aumento. Agora vem o aumento do ICMS, que vai recair também sobre o servidor do Estado da Bahia. As férias, o abono, direitos dos servidores adquiridos ao longo de uma vida, num simples café da manhã todos eles foram praticamente destruídos.

Quero saber daqueles colegas da base do governo que pretendem disputar as eleições de 2016 como irão conversar, se reunir, pedir a confiança dos servidores. Os mesmos que hoje pedem pelo amor de Deus para que não votem amanhã dirão que não contem mais com eles, porque hoje V.Ex^{as}, ao votarem, simplesmente tirarão direitos de pais e mães de família que ajudam e trabalham para que o nosso Estado possa se desenvolver.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Encerrado o encaminhamento.

Pela ordem o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, amigo, vice-presidente desta Casa, um potencial candidato a presidente, um democrata de espírito e futuro em algum partido nosso, não tenho dúvida disso, V.Ex^a há de convir que com esta quantidade de urgências até o senhor, que está presidindo a sessão, não sabe nem qual projeto será votado. Isso não é uma crítica, pois V.Ex^a é um ser humano como todos nós.

Então, quero fazer mais uma vez um apelo ao Líder Zé Neto. Não há necessidade de votarmos seis urgências na noite desta terça-feira. Deputado Carlos Geilson, V.Ex^a que tem todo respeito pelo seu conterrâneo, o Líder Zé Neto, seu amigo, embora politicamente V.Ex^as caminhem em avenidas opostas, quando pega o microfone, aquele ouvinte apaixonado pela sua voz, muitas vezes seu eleitor, lhe pergunta: “Meu amigo Carlos Geilson, o deputado Zé Neto quer ser prefeito de Feira?” O que o senhor responde?

Imagino a dificuldade do deputado Zé Neto, deputado Leur. Como ele olhará para suas indicações no Estado?

Soube que o deputado Zé Neto tem 600 indicações em Feira de Santana – 600 indicações, não é isso, deputado Carlos Geilson? Entre REDAs e cargos comissionados são 600 indicações que vão direto para V.Ex^a nesse momento. Faço aqui um apelo: vamos retirar, deputado Zé Neto, essa quantidade de urgência. Vamos conversar. Não tem necessidade, Líder, de se votar seis urgências nesta noite. Faço-lhe este apelo, mas enquanto V.Ex^a continua com esse coração duro, esse coração em que a sensibilidade caminha do outro lado de Feira de Santana, peço ao nosso presidente uma verificação de quórum nominal, que acione as campanhas e marque o tempo exigido para que, talvez, o Líder Zé Neto amoleça seu coração, a sensibilidade fale mais alto e ele reveja essa atitude que deixa o Parlamento em uma situação muito difícil com a sociedade baiana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

Por favor, marque o tempo de 25 minutos para o quórum de votação.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação. Solicito que V.Ex^as deem presença (Pausa.)

Srs. Deputados que se encontram nos seus gabinetes, no cafezinho e demais dependências desta Casa, há um pedido de verificação de quórum de votação.

Deputado Sandro, solicito a V.Ex^a, que fez o pedido de verificação de quórum, que marque sua presença.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O deputado Sandro Régis ainda não marcou a presença.

O Sr. Sandro Régis:-Tenho ainda tempo de sobra para marcar minha presença.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não, quando V.Ex^a solicita, tem de marcar a presença, senão cai o pedido.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a está nervoso? Eu estou achando que as pesquisas do deputado Elmar estão tirando V.Ex^a do sério.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Faltam somente dois deputados para conseguirmos o quórum de votação.

O Sr. Sandro Régis:- Só falta um, Sr. Presidente, porque já dei meu quórum.

(O Sr. Presidente procede-se à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, posso fazer uma questão de ordem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Estou achando que esse café não surtiu efeito, presidente! O café não foi robusto não? (Risos.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, eu cheguei atrasado e o café já estava frio.

Falta somente um deputado!

Já existe quórum de votação.

Em votação o Requerimento de Urgência nº 8.592/2015 ao Projeto de Lei nº 21. 624/2015.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado contra os votos dos seguintes deputados: Tom Araújo, Hildécio Meireles, Leur Lomanto, Fábio Souto, Pedro Tavares, Adolfo Viana, Augusto Castro, Sidelvan, Herzem, Sandro Régis, Luciano Ribeiro, Pablo, Soldado Prisco e Alan Sanches.

Portanto, foi aprovado o requerimento de urgência.

Vamos ao próximo Requerimento nº 8.593/2015 que requer urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 21.631/2015.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Fábio Souto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encaminhar, com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Caro presidente Adolfo Menezes, Srs. Deputados e

Sr^{as}. Deputadas, é inquestionável o momento em que vive o País, pois este é um momento de crise tanto em âmbito municipal, estadual e federal. Nós temos a consciência de que todas as esferas municipais, estaduais e federal têm de se reestruturar para este momento de grave crise econômica em que vive o País. Uma crise, diria, sem precedentes nos últimos 30 anos!

Mas o questionamento da Oposição é: o governo quer colocar esta conta para os servidores e o empresariado pagarem? Quanto a essa conta, o servidor público não tem condição de pagar e o empresariado não tem condição de pagar!

E nós observamos que os governos estadual e federal parecem estarem alheios à situação econômica e alheios ao sofrimento por que passa a população brasileira e o servidor público tanto federal quanto estadual.

Sem sombra de dúvida, Líder Sandro Régis, o servidor público da Bahia não tem condição de perder direitos adquiridos! O servidor público, hoje, sem sombra de dúvidas, não pode perder R\$ 1,00 sequer do pouco que ganha. E é por isso que nós fomos contra esses projetos que tiram direitos adquiridos do servidor público do Estado da Bahia!

Nós votamos, no começo do ano, aumento estadual da alíquota da gasolina. Tivemos, há 15 dias, o projeto que aumentou a contribuição paga pelo servidor público estadual ao Planserv. Isso afetou, diretamente, os funcionários estaduais.

Deputado Luciano Ribeiro, o governo, agora, encaminha, a esta Casa, um projeto que aumentará mais 1% de ICMS e esse projeto afetará a todos, inclusive, o funcionalismo público e toda a população baiana. Temos a certeza e a vivência para saber que este aumento afetará a indústria e o comércio e o mesmo será repassado aos consumidores.

Então, Sr. Presidente, a Oposição está convicta de que nada – que aumente tributos e que prejudique o servidor público de modo geral – terá o nosso apoio.

Por isso, encaminharemos contra a urgência da tramitação deste projeto de lei e, na hora da votação, votaremos contra este projeto. E, como disse, identificamos que tais projetos prejudicam os direitos adquiridos dos servidores do Estado da Bahia.

Este momento é de dificuldade na economia, porque a inflação ultrapassará mais de 10% ao ano. A nossa taxa de juros é uma das maiores do mundo!

Mas, além disso tudo, Sr. Presidente Adolfo Menezes, além das condições econômicas nada favoráveis, o pior de tudo, meus amigos deputados e minhas amigas deputadas, é a falta de perspectiva no futuro. A perspectiva, para o próximo ano, não é nada boa, pois haverá o retorno da alta da inflação de novo e aumento das taxas de juros de novo! Haverá dificuldades em todas as esferas, porque concederão aumentos de impostos nas áreas municipal, estadual e federal.

Por isso, Sr. Presidente, entendemos que o servidor público sofrerá bastante. Este momento atual e este momento em que vivemos não são momentos adequados

para o servidor público e a população baiana terem qualquer tipo de perda salarial e econômica. Como disse, estamos em um momento difícil da nossa economia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, para encaminhar, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-noite a todos.

Sr^{as} e Srs. Deputados, subo, mais uma vez, a esta tribuna para encaminhar a votação da bancada do meu PMDB contra este pedido de urgência ao Projeto de Lei nº 21.631, ou seja, a famigerada PEC nº 148 de 2015. Vamos lembrar que esta PEC ataca direitos adquiridos dos funcionários públicos estaduais.

Mas não é só isso!

Esta PEC não ataca, somente, a estabilidade econômica e a licença prêmio, como bem foi falado pelos que me antecederam.

Gostaria de lembrar que esta PEC nº 140 de 2015, também, trata, em seu artigo 2º, da extinção de uma carreira que muito tem de serviço prestado em nosso Estado.

Eis o que diz o art. 2º da PEC.

(Lê) “O artigo 140 da Constituição Estadual passa a vigorar a seguinte redação: 'A representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídico do Estado e de suas autarquias e fundações públicas competem à Procuradoria-Geral do Estado, órgão diretamente subordinado ao governador.’”

O governador Rui Costa do PT tem o objetivo de vetar, deixar de ter efeitos os seguintes artigos: (Lê) “A representação e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídico do Estado competem à Procuradoria-Geral, órgão...

§ 2º – A representação judicial e consultoria e o assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas competem as suas respectivas procuradorias, organizadas em carreira mediante vinculação técnica à Procuradoria-Geral do Estado.”

Existe uma carreira dos servidores públicos estaduais, que são os procuradores autárquicos. São procuradorias organizadas nas autarquias e fundações públicas. Por esse texto da PEC 148/2015, o governador Rui Costa quer excluir de uma vez por todas essa carreira.

Na organização do serviço público, as autarquias e fundações não existem por acaso. Eles existem para coordenar e gerir programas específicos, como o do extinto Derba, da extinta EBDA, e tantos outros órgãos. Da Bahia, são 23 hoje, eu poderia falar do Inema, da Fundação Pedro Calmon, do Sis, do Detran, do Instituto Mauá, que

também foi extinto por Rui Costa, do Ibametro, do Sudic, Ipac, Sei, Sudesb, Uefs, Uneb, Uesc, Uesb, Funceb, Fundac, Hemob, Irdeb e Fapesb.

O entendimento de Rui Costa do PT é extinguir as procuradorias de todos esses órgãos. Vamos lembrar que a Procuradoria-Geral do Estado já tem muito trabalho. E perde-se as especificidades das autarquias. Essa PEC 148/2015, deputados do PMDB, partido do qual sou Líder, também extingue a carreira de procurador autárquico, que é um desserviço para o Estado. Eles estão querendo acabar com um serviço de especialidade jurídica das autarquias e das fundações públicas do nosso Estado. Eu oriento a nossa Bancada a votar contra esse pedido de urgência para a votação da PEC 148/2015.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encaminhar, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores aqui nas Galerias, venho aqui de forma estarrecida por ver esse governo, dito do trabalhador, que na campanha eleitoral vendeu uma propaganda muito bonita a todos os servidores e ao povo da Bahia. Inclusive vários sindicatos de servidores públicos participaram da campanha eleitoral e do programa eleitoral deste governo. E agora aí está o presente para o servidor público: um pacote de maldades que vem nesta Casa desde o início do ano até agora só acabando com o servidor público e querendo jogar nas costas do servidor público uma crise e o rombo que esse mesmo partido, esse mesmo governo vem praticando no Brasil inteiro, um verdadeiro absurdo. Por que diminuem as secretarias? Por que não cortar os gastos do próprio governo? Por que não cotar os gastos em publicidade? Estamos vendo que o governo tem feito gastos em publicidade de forma absurda. Aí quer tachar o servidor público como inimigo número um do governo e da população da Bahia, ciente de que esse servidor público é o mesmo que serve ao povo da Bahia.

Por que esse governo não falou isso no período eleitoral? Agora pratica a mesma coisa que a presidenta Dilma está fazendo: um estelionato eleitoral. Por que no período eleitoral não disse que iria retirar todos esses direitos dos servidores? Nunca na história da Bahia um governo retirou todos os direitos que os servidores têm como esse governo está fazendo.

Falamos aqui desta Casa, como Bancada da Oposição, para alertar todos os servidores a respeito do que esse governo vem fazendo com a nossa Bancada e com o povo da Bahia. Não podemos permitir isso.

Hoje, o governador reuniu as associações para tentar passar um mel na boca e vem com esse prêmio por desempenho. O que deve à corporação, ele não paga, que é o compromisso firmado no último movimento reivindicatório com a nossa categoria. Até o presente momento não foi cumprido. Nós somos a única categoria de servidores

públicos do Estado da Bahia que paga para trabalhar. Nós pagamos o próprio transporte para trabalhar. O policial militar tem de ficar na beira das estradas, passando perigo, perdendo suas vidas, para trabalhar servindo ao povo da Bahia.

Que sensibilidade é essa? Quer enganar a quem com esse prêmio por desempenho? Foi convocada a nossa associação para a reunião e o meu nome foi vetado. Isso porque eu, se chegasse lá, não iria aceitar esse absurdo de querer enganar mais uma vez a nossa categoria como esse governo está enganando o povo da Bahia. Quando as pessoas irão acordar, irão despertar para esse governo, que vem cada dia mais tornando difícil a vida do servidor público e do povo da Bahia?

Vemos a Bancada da Situação, do governo, simplesmente calada. Eles nada falam e dizem que trabalham em prol dos servidores públicos, que defendem a bandeira dos servidores públicos. São trabalhadores, mas não vemos fazerem nada.

Esta Casa, infelizmente, tratando-se dessa Bancada do governo, está virando uma Casa homologadora do Executivo. Até quando o Parlamento vai suportar isso? Temos de mudar essa realidade do povo da Bahia. E vocês, servidores, que estão aí prestando atenção, prestem atenção mesmo, porque eles também apostam na amnésia nossa para que, na próxima eleição, esqueçamos. Já passaram 3 anos.

E outros sindicatos também, infelizmente, vão à campanha deles de novo para dizer que não querem voltar ao passado, para não viver a malvadeza. Malvadeza pior do que essa que estão fazendo com os servidores?! Até quando vamos suportar isso? Não estou vendo nenhum servidor ir às ruas reclamar. Nem o Sindicato dos Servidores Públicos se manifestou publicamente diante dessa situação. E aqui fica só a Bancada da Oposição, com 20 deputados, bravamente lutando para mudar essa realidade.

Temos aqui o estudo do doutor e professor de Direito Constitucional Dirley Cunha. Ele defende que os direitos constitucionais dados aos servidores não podem ser retirados. Isso é inconstitucional. E nós vamos lutar por isso até o fim. Mesmo que esse projeto seja aprovado nesta Casa, vamos entrar na Justiça para tentar barrá-lo com uma ação direta de inconstitucionalidade.

Não vamos permitir que esse absurdo que o governo vem pregando o tempo todo venha a acontecer. Primeiro, foi o Planserv; agora são direitos dos servidores. E já está dizendo que não tem recursos para dar reajuste aos servidores no ano que vem, alegando a crise. Que crise, se o governo é o mesmo, é seguimento do anterior? Se existe uma crise, foi o mesmo governo que arrombou com a Bahia. E por que esconder isso? Por que não alarmar, não falar a verdade para a população, ou seja, que eles próprios deixaram o Estado nessa situação?

Não vamos aceitar isso. Por isso, recomendo à Bancada votar contra esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encaminhar, deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa, galerias, baianos que estão nos assistindo através do Canal Assembleia, gostaria de encaminhar pela Liderança da Minoria o voto contra esse projeto, porque tira direitos adquiridos, deputado Zó, e cerceia tantos outros direitos, deputado Bobô, dos servidores públicos, que tanto defenderam, inclusive, a mudança aqui na Bahia.

Essa mudança que agora está comprovada como uma mudança maldita, uma mudança que traz para a Bahia, deputado Gika, uma tristeza muito grande.

Nós, baianos independentes, que não temos de dizer amém para o governo do Estado, podemos votar contra. E tenho certeza de que na Bancada do governo, quando for votada a urgência - alguns de vocês votam, infelizmente, até sem estudar a matéria -, votarão a favor. Mas também tenho certeza de que alguns deputados do governo acompanharão a rejeição desse projeto, porque o governador e o seu secretariado... Aliás, quase todo o secretariado não tem preparo algum para exercer cargo público, por isso que vemos absurdos sendo provocados e acontecendo no governo do Estado há 9 anos.

Criam um rombo nas contas públicas e quem vai pagar o pato, deputado Antônio Henrique, querido colega da Região Oeste? Quem vai pagar o pato são os servidores públicos, são os baianos. Porque não se gasta com segurança pública, não se gasta com saúde, não se gasta com educação, mas gasta-se com propaganda. Não há planejamento algum e não há uma obra em andamento do governo do Estado, inclusive em Salvador, onde se faz muita propaganda. Porque do governo federal e do governo estadual não há uma ajuda nas obras que estão acontecendo em Salvador.

Mas o governo do Estado vive de propaganda! E para sustentar isso tem de cortar de alguém, mas não vai cortar dos apaniguados, daquelas indicações políticas, deputado Alex, não vai cortar desses, não. Vai cortar dos servidores que estudaram, que trabalharam, que conquistaram esses direitos.

Ainda no corpo da mensagem diz que haverá uma transição. Mas essa transição não existe, porque está muito claro, se formos analisar e avaliar, que não haverá transição alguma. Os que têm o direito, os que já completaram os 10 anos terão, mas os que não completaram, que já entraram, não terão. Não existe transição alguma!

Eu gostaria de convidar algum deputado do PT, do Partido dos Trabalhadores, ou o Líder do PT, ou o Líder do governo para que viesse a esta tribuna defender e explicar o projeto, porque até agora, deputado Marquinhos, não veio ninguém. Será que os deputados não sabem o que estão votando? Creio eu que sabem. Então, convido-os a virem aqui defender. São 5 minutos só. Não atrapalha nada, só engrandece a discussão e mostra para a Bahia toda qual a posição do governo, porque a nossa já estamos mostrando. Estamos aqui e entraremos pela noite, pela madrugada

aqui, mostrando a nossa posição e obstruindo.

Há um projeto muito importante, e mais uma vez o governo do Estado quer que o servidor pague o pato, querendo aumentar o ICMS. E quem fizer comparação não vai achar comparação muito boa com os governos anteriores, porque há muito tempo não se aumenta o ICMS dessa forma, deputado Herzem.

E quem vai pagar o pato mais uma vez são os baianos. Para quê? Para cobrir os gastos que o governo do Estado faz, constantemente, com os seus filiados, os filiados do seu partido, aqueles que o seguem. Inclusive os sindicatos que os representam - porque a maioria não tem representatividade, nós todos sabemos, não iremos aqui confundir, porque há exceções - a maioria é de pelegos que têm cargos e benefícios no governo que aí está. Portanto, não têm autonomia nem autoridade para representar os servidores públicos. Mas eu tenho esperança.

Para concluir, Sr. Presidente, encaminhando o voto contrário a essa PEC. Tenho confiança que os deputados de governo se sensibilizarão, porque ganharemos tempo, convocaremos e informaremos todos os servidores públicos estaduais. E não só essas Galerias, mas esta Assembleia toda estará cercada de servidores públicos estaduais, que prestam belo serviço e que V.Ex^{as} estão querendo fazer um desfavor, desincentivando e desmerecendo o trabalho tão glorioso deles. (Palmas nas Galerias.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, nós estamos, nesta terça-feira, começando uma série de votações de diversos projetos, projetos esses que V.Ex^{as} insistem em colocar em requerimento de urgência, e que depois virão ao Plenário para serem apreciados pelos parlamentares desta Casa.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Eu quero aqui aproveitar ao escutar a voz do meu amigo Paulo Rangel, grande representante da região de Paulo Afonso, grande líder das barrancas do São Francisco, e que vou fazer um apelo a V.Ex^a.

Já apelei ao presidente, não tive capacidade, já apelei ao Líder do PT, também não consegui, já apelei ao Líder do Governo e também não obtive êxito. Faço um apelo a V.Ex^a, que é um grande Líder nesta Casa.

Deputado Paulo Rangel, tem diversos projetos aí, inclusive esse projeto que

está sendo votado em requerimento de urgência, projetos que não tinham necessidade de ter requerimentos de urgências, projetos que nós entendemos, como esse da educação, como o do estágio, que nós entendemos que são projetos bons, projetos que a Oposição votaria favorável tranquilamente, como nós votamos diversos projetos aqui e até dando quórum a vocês.

Mas, deputado Paulo Rangel, V.Ex^a acha, no mínimo racional, você colocar seis urgências nesta noite, urgências essas, deputado Paulo Rangel, sem aqui ser Oposição e Governo, projetos que chegaram na sexta-feira que não deu nem tempo das assessorias analisarem. Qual era a diferença, deputado, de se votar a urgência hoje ou até votar a própria urgência na próxima quarta, mas que desse o direito a cada parlamentar de ter conhecimento do que esteja votando.

Eu tenho certeza, pelo que eu conheço de V.Ex^a e pelo que eu pouco sei como V. Ex^a pensa, V.Ex^a está constrangido hoje. V.Ex^a não concorda, V.Ex^a é um deputado fiel ao seu governo, é um dos parlamentares mais valorosos aqui desta Casa, V.Ex^a sabe do respeito que eu tenho por V.Ex^a, porque V.Ex^a, realmente, é um homem com grande experiência, mas V.Ex^a sabe que esse não é o melhor caminho. Se votar seis requerimentos de urgência e três prioridades, sem sequer, deputado Paulo Rangel, que nenhuma comissão tenha direito de discutir, até projetos bons, a exemplo desse requerimento de urgência, a exemplo da questão da criação de novos empregos de estágios, projetos importantes que poderiam ser feitos, aqui nesta Casa, a quatro mãos.

Mas, o governo insiste na falta de diálogo, o governo insiste, deputado Paulo Rangel, por ter a sua maioria absoluta, em desrespeitar esta Casa. Eu faço um apelo a V.Ex^a que converse com o deputado Zé Neto, que dê a oportunidade dos deputados, pelo menos, de conhecerem o que estão votando hoje.

E é em cima disso, deputado Paulo Rangel, que eu peço uma verificação de quórum de votação, uma verificação nominal, que o presidente use o tempo necessário para que o deputado Paulo Rangel possa se reunir com o presidente da Casa, com o Líder Rosemberg, com o Líder Zé Neto. E eu tenho certeza que com o bom senso do deputado Paulo Rangel ele vai mostrar à Liderança do Governo que existem outros caminhos, através do diálogo, que pode se chegar ao mesmo denominador mas valorizando esse Parlamento.

Era essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Gostaria que V.Ex^a dê o tempo necessário.

E queria também, neste momento, dizer que o deputado Sandro Régis é uma pessoa fantástica, que tem feito um trabalho excelente como Líder.

Agora, queria que V.Ex^a desse o prazo regulamentar, apagasse o painel e

chamasse os Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

Por favor, solicito marcar os 25 minutos. Existe um pedido de verificação de quórum, novamente, para votação. Solicito que os Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes e em outras dependências desta Casa venham marcar as suas as presenças.

(O Sr. Presidente faz a chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. Zé Raimundo:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, deputado e professor Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, estou observando a atitude dos deputados da Oposição, em especial do deputado Herzem Gusmão, que está votando contra o projeto de auxílio aos estudantes. Ele, que há poucos instantes se referiu a minha pessoa e a Fabrício, dizendo como íamos votar. Também estou observando como ele vai votar, quero saber como eles vão votar...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido logo após a questão de ordem do seu colega, deputado...

Faltam cinco Srs. Deputados para a continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente continua a chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho ao deputado Zé Raimundo, uma das figuras mais preparadas deste Parlamento, quero dizer que até estranhei o comentário dele a respeito do nosso colega Herzem Gusmão. Falo em nome da minha Bancada.

Quero também dizer ao deputado e professor Zé Raimundo que, apesar do enorme respeito que tenho pela história de vida dele, não estamos votando contra o projeto. Estamos votando contra o requerimento de urgência, porque entendemos que esses projetos, bons ou ruins, devem ser debatidos por esta Casa. Esta Assembleia Legislativa não pode fazer a vontade do Sr. Governador, como se fosse uma mera secretaria de Estado.

Tenha certeza de que a nossa Bancada votará favoravelmente ao projeto, mas, em relação ao requerimento de urgência, estamos pontuando a forma como este Parlamento está sendo tratado, à conveniência dos senhores.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, a sessão vai cair.

Solicito que os Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes, no cafezinho ou em outras dependências compareçam ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum de votação solicitado pelo Líder Sandro Régis.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação requerimento de urgência 8.593/2015 ao projeto de lei 21.631/2015. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado contra s votos dos deputados Sandro Régis, Soldado Prisco, Sidelvan Nóbrega, Fábio Souto, Hildécio Meireles, Adolfo Viana, Luciano Ribeiro e Herzem Gusmão. Portanto, aprovado.

Requerimento 8.594/2015. Urgência para o projeto de lei 21.632/2015.

Para encaminhar, o deputado Fábio Souto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Adolfo Menezes, deputadas e deputados, venho a esta tribuna encaminhar o projeto 21.632/2015 e dizer com toda clareza que este é um bom projeto do governo e que, especificamente a este projeto, apesar de sermos contra a urgência no dia de hoje, vamos ser favoráveis por termos convicção de que é um projeto que, efetivamente, vai ajudar a população da zona rural, da zona urbana, que precisa de emprego, de condições melhores para sobreviver.

Então entendemos que este é um bom projeto e vai ter o apoio da Oposição no momento adequado da sua votação.

Mas a grande questão que indagamos hoje é a questão do funcionalismo público.

Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que peça para aumentar o som que está baixo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna que não está se fazendo ouvir.

Pois não, deputado Fábio.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Toda a nossa discussão aqui, toda a nossa preocupação é o momento que não é adequado. A população baiana, hoje, não tem condição de sofrer qualquer perda, principalmente o funcionalismo público.

Na semana passada, esta Casa já votou a questão do Planserv. Claro que os funcionários foram mais taxados, pois houve o aumento no valor da taxa em relação aos dependentes, isso é uma coisa inegável, e todo o funcionário público percebeu no final do mês. Mas a questão que eu queria chamar a atenção de todos vocês é o momento. O momento não é para pedir sacrifício nem à população brasileira, nem à população baiana, é o momento de desemprego alto, é o momento de taxas de juros alta. É um momento de inflação alta. É um momento em que a população está tendo

dificuldades, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, de pagar a conta de água, de pagar a conta de luz, de pagar as mensalidades das escolas de seus filhos.

E, aqui, eu vejo pessoas entenderem do que estou falando.

Então, nós não podemos pedir mais sacrifício aos servidores públicos, pois eles não têm nenhuma condição, neste momento, de fazer qualquer tipo de sacrifício. Nós entendemos a situação financeira em que vivem o Estado da Bahia e os demais estados também. Esta situação foi criada pela política econômica equivocada do governo federal que afeta os municípios e os estados federados e coloca o nosso País em uma das mais terríveis crises já vivida por esta Nação.

E o pior de tudo: é a falta de perspectivas futuras.

Nós tivemos o ano de 2015 péssimo! Vamos ter o ano de 2016 muito ruim em relação à economia também. Todos os indicadores já demonstram isso. Claro, os governos, deputado Rosemberg, efetivamente, precisam se reestruturar e precisam ter consciência de que é necessário diminuir os gastos e diminuir a máquina pública. Isso é uma coisa inequívoca, pois todos os governos têm de fazer, ou seja, diminuir os gastos e diminuir a máquina pública.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Mas o que não podemos fazer? Nós não podemos pedir mais sacrifícios dos servidores públicos, porque esses já estão exauridos; esses são os que, efetivamente, não podem ajudar os governos a equilibrarem as suas contas.

Mais uma vez, eu gostaria de reafirmar que o atual governo tem outras saídas e outros mecanismos para resolver os seus problemas, quais sejam, reduzir secretarias, reduzir comissionados e, efetivamente, diminuir outros gastos para melhorar a condição financeira do Estado, pois a saída não é o Estado prejudicar o funcionalismo público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, em relação à nossa posição ao projeto anterior de nº 21.624/2015, que “institui o projeto estadual de auxílio permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica”, o deputado Zé Raimundo entendeu, repito, ele entendeu a nossa posição. O projeto é bom. Isso, eu dizia. Mas, nós condenamos a pressa. Ele entendeu muito bem isso, pois tenta, apenas, confundir, porque não é fácil esta situação constrangedora para os deputados do governo.

A situação é mais constrangedora ainda para aqueles que disputarão as eleições do próximo ano e as mesmas já estão batendo à nossa porta.

Há uma matéria na imprensa – não sei se foi publicada no jornal *A Tarde* ou em um blog – de Rodrigo Aguiar. Ele destacou que 18 deputados deverão disputar as prefeituras em 2016.

E, aqui, deputado Fábio Souto, na relação, há a lista dos pré-candidatos a prefeito de Vitória da Conquista.

Quanto ao deputado Zé Raimundo, a posição dele é a pior em relação às universidades, porque ele é ex-presidente da Adusb (Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) em Vitória da Conquista. E ele terá de prestar contas, mas não a mim. Ele terá de prestar contas em Vitória da Conquista e, principalmente, prestar contas aos seus colegas universitários da Bahia na qualidade de ex-presidente da Adusb. Então, é, para ele, uma situação difícil.

Eu diria que a situação do deputado Zé Raimundo é pior do que a do deputado Fabrício do PCdoB, pois esta, também, está difícil. Na relação, vejo aqui a situação dos deputados Zé Neto, Rogério Andrade, Joseildo Ramos, Ivana Bastos e Pastor Sargento Isidório. São esses os pré-candidatos que, realmente, terão de prestar contas, não a esta Casa, mas ao povo da Bahia e, em especial, aos seus colégios eleitorais nas suas queridas cidades.

O governo encaminha outro projeto de lei nº 21.632 que institui o programa estadual de inclusão sócio-produtiva chamado Vida Melhor e dá outras providências.

Estamos na balada, realmente, realçando o tratamento que o governo dispensa a este Parlamento. Isso, sim, está incomodando. A situação é constrangedora sim. A Bahia haverá de cobrar aos governantes o momento por que passa a nossa economia e a inflação.

Como se isso não bastasse, o governo estadual manda para este Parlamento uma proposta indecente, qual seja, a de aumentar em 1% o ICMS; depois, há mais aumento de 2% para o Fundo da Pobreza. Tais aumentos elevam a inflação, criam dificuldades, pois a indústria já se manifestou; o comércio varejista já também se manifestou.

Portanto, tais aumentos penalizam a Bahia.

É muito difícil defender o indefensável. Não gostaria de estar na pele dos deputados do governo. Eu não gostaria de ter participado deste café amargo hoje de manhã, pois este foi um café que enfraquece o Parlamento e tira os deputados das comissões. Tal projeto é uma verdadeira perversidade contra a Bahia! É um pacote de ruindade, de perversidade e de maldade contra os servidores e contra a sociedade baiana! Esta é a dificuldade.

Agora, o professor Zé Raimundo teve dificuldades de assimilar, pois ele estava vendo o *WhatsApp*. Ele é um dos mais assíduos no *WhatsApp* e não prestou atenção

ou fez de conta para tentar confundir a opinião pública. Ele está contra a Bahia. Ele está contra os professores. Ele terá de se explicar, não eu.

Muito obrigado, Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encaminhar, o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, galerias, mais um projeto de lei chega a esta Casa em regime de urgência. Este é um projeto que parece ser positivo e bom, pois pretende beneficiar as populações da zona rural e da zona urbana.

Mas, deputado Rosemberg, a gente não está votando contra o mérito. Estamos votando contra a forma como vocês querem aprovar esses projetos em regime de urgência, sem que esses mesmos projetos passem pelas comissões, sem que esses mesmos projetos sejam discutidos, aprimorados, sem que esses mesmos projetos sejam mais conhecidos e estudados por grande parte dos parlamentares aqui. Por isso, votaremos contra a urgência e contra a forma.

A Oposição, aqui, deputado Rosemberg, não vota contra a Bahia. Deputado Herzem Gusmão, a posição da Oposição é muito tranquila. Votaremos a favor do servidor público!

Isso é diferente da posição da Bancada do governo que votará contra os servidores públicos, pois retirarão benefícios históricos dos servidores públicos. Com o intuito de economizar, o governo toca e mexe nos servidores públicos. Quero perguntar mais uma vez: será que eles têm de pagar pela falta de gestão do governo estadual? Será que o funcionalismo público tem de pagar esse preço, meu Deus?!

Peço desta tribuna aos deputados Rosemberg Pinto, meu dileto amigo, e Zé Neto que venham dialogar, mostrar por que o governo está tirando esses benefícios. Por que o governo está mexendo nos direitos dos servidores públicos?

Fica aqui a minha pergunta, mais uma vez, à Bancada governista. Por que os servidores serão prejudicados duplamente, terão seus benefícios alterados? E já foi votada a urgência do ICMS, que aumentará o valor de vários produtos. Como eu disse, a população não aguenta mais ser taxada, não aguenta mais pagar tantos impostos!

O governo usa seu rolo compressor sem discussão, sem passar estes projetos pelas Comissões, sem que se discuta com os servidores públicos e as entidades envolvidas! Enfim, quer passar de qualquer jeitos seus projetos aqui! Seis urgências serão votadas a toque de caixa hoje. Por que essa pressa? Por que não discutir? Por que não arranjar outra opção para economizar? Fica daqui a minha pergunta.

O governo do Estado usa de forma larga as propagandas governamentais. Por

que não diminuí-las?! Por que não reduzir as Secretarias estaduais? Há várias que só têm recursos para pagar pessoal, não têm para investimento.

Fica a minha pergunta aos Líderes governistas. Por que taxar o servidor público? Por que prejudicar os servidores públicos e a população, que não aguenta mais tantos impostos? O povo não aguenta mais tantos impostos! E é ele que sofre tanto com este outro governo que está aí, o federal, e com os aumentos da luz, do combustível, do desemprego! O governo estadual também não tem a mínima sensibilidade nesses aspectos que mencionei e só quer aumentar impostos e mexer nos direitos dos servidores públicos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação o requerimento de urgência nº 8.594/2015. É urgência ao projeto de lei nº 21.632/2015.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, não podemos, e não poderia ser diferente, votar nesta noite sem debater projetos tão importantes, uns bons e outros ruins. Principalmente estamos a discutir o proceder da prática costumeira do governo de votar sem qualquer discussão aqui.

Não posso aceitar. Toda a Bancada da Oposição se sente incomodada em votar um projeto sem que os deputados da base governista estejam presentes para nos ouvir. Acho que eles deviam prestigiar os seus colegas oposicionistas, que estão cumprindo o seu papel regimental, estão aqui para poder debater, convidando ao debate, convidando a todos para que possamos analisar estes projetos.

Mas, sobretudo, todos deveremos assistir juntos àquilo que é a negação total da essência do Parlamento, a possibilidade de aprimorar, discutir, analisar e assim formar um convencimento sobre o voto sim ou não.

Esse açodamento em votar projetos dessa forma causa inclusive algumas confusões nos próprios deputados, imagine na população! Vejam o equívoco que houve aqui há poucos instantes. Conheço o deputado Zé Raimundo, sei que não fez por maldade, mas o fez pela confusão tamanha que se estabelece em votações tão atropeladas. Imaginar que o deputado Herzem Gusmão teria votado contra um determinado projeto quando aqui nem sequer ele está sendo votado?! Estamos votando o proceder.

Então, volto a repetir que conheço bem o deputado Zé Raimundo e sei que não o fez por maldade. Ele até reconheceu que não o fez, mas fez por esse atropelamento. São tantos projetos! Se perguntarem a qualquer um de nós agora quais foram os

projetos apreciados neste instante, ninguém saberá. São poucos que lembram, Uns lembraram de uns, outros não. Isso não pode, isso não é certo, isso não é correto!

Gostaria de que todos nós deputados estivéssemos nesta noite aqui, que nem começou ainda. E sequer chegamos ao principal dos projetos, em que se vai apreciar o mérito. Estamos apenas analisando o proceder deles.

Por isso, gostaria de pedir ao Sr. Presidente - entramos na fase de votação - que convidasse os deputados e marcasse o tempo necessário. V.Ex^a como presidente o faz muito bem. Então, que pudesse verificar duma forma que sei que é correta para permitir que esta Casa funcione e os deputados estejam aqui para discutir.

Que a verificação de quórum seja nominal para a votação nominal, para que possamos então dar prosseguimento a estas votações que reputo de muita importância. Embora muitos achem que o governador tem de agir desse jeito, da maneira que está sendo, S.Ex^a está legislando por decreto, já que a Casa é uma nulidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

Solicito que marquem os 25 minutos regimentais.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, deputado Luciano Ribeiro, ouvi atentamente a argumentação da sua questão de ordem. Aqui tenho convicção do que o deputado Zé Raimundo, um parlamentar querido entre nós, falou com relação ao deputado Herzem. Da mesma maneira que V.Ex^a cobrou ao deputado Zé Raimundo, estávamos discutindo só a urgência, e não o conteúdo. Ele respondeu porque o deputado Herzem, na sua intervenção, falou que os deputados Fabrício e o Zé Raimundo teriam de dar explicações para se votar um destes projetos. Estou dizendo que o argumento dos dois foi exatamente idêntico, ou seja, entendo ser necessário que isso valha para todo mundo. Estamos discutindo o requerimento de urgência neste Plenário. Não estamos discutindo o mérito das questões. Vamos discutir isso logo depois.

Quero aproveitar este momento, Sr. Presidente, e chamar todos os deputados que estão no cafezinho, jantando ou nos seus gabinetes, a se fazerem presentes, atendendo assim a solicitação do deputado Luciano Ribeiro, para que possamos dar quórum de votação para votarmos esse requerimento de urgência e estarmos aptos a debater o conteúdo dos projetos na próxima quarta-feira. Obviamente iremos debater todas as questões em relação ao projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, existe novamente um pedido de verificação de quórum de votação. V.Ex^{as} que estão nos restaurantes, nos gabinetes, no cafezinho, em outras dependências desta Casa, solicito a presença no

plenário para que possamos votar o requerimento de urgência.

O Sr. Luciano Ribeiro: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- É apenas para dizer que até que enfim as galerias ficaram vazias e os deputados da base governista voltaram a falar. O deputado Rosemberg Pinto começou a debater o projeto, provando que à noite os debates serão bons, porque não haverá ninguém nas galerias. Estou satisfeito com essa decisão dos deputados. Galerias vazias, os deputados abrem a boca.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Querido, não me furto ao debate. Não gosto, às vezes, de ser desrespeitado, e não faço isso com nenhum colega aqui, não acho justo. E nem trago ninguém aqui, nunca trouxe ninguém aqui para vaiar meus colegas. Uma grande parte das pessoas que vêm aqui para vaiar os colegas são funcionários da Casa. Não faço isso com nenhum colega.

Pedi à minha bancada que não interferisse mais pois não posso aceitar que os meus colegas sejam desrespeitados por algumas pessoas que, às vezes, são pagas para vir vaiar os deputados.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, acho que a colocação do deputado Rosemberg Pinto é de extrema desmoralização ao parlamento. V.Ex^a diz que não trás. Se V.Ex^a não traz e alguém vem aqui pago, é porque alguém traz, é porque algum deputado traz para desrespeitar os colegas. A colocação foi bem... Acho que é de extrema gravidade o que o deputado Rosemberg Pinto diz, sugerindo que nós estivéssemos pagando pessoas para vir aqui desmoralizar os colegas. Nós preservamos... A Bancada de Oposição tem feito isso com muito critério, fazendo debates fortes e incisivos, mas extremamente respeitosos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Luciano Ribeiro, eu acredito que o deputado...

O Sr. Luciano Ribeiro:- O meu tempo ainda não terminou!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a ainda tem todo o tempo.

Eu acredito que o deputado...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu também quero acreditar nisso! Eu queria que ele

refizesse a conversa dele, as palavras que ele disse! Nós sempre tratamos os colegas com extrema urbanidade, com extremo respeito, embora isso não impeça que o debate seja sempre forte e frontal. O debate é sempre respeitoso! Jamais a Bancada de Oposição faria isso. Essa sugestão – acredito que tenha sido até uma infelicidade do deputado Rosemberg Pinto – é de extrema gravidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada Luiza Maia, deputado Alex Lima, deputado Vando, deputado Jurandy Oliveira, deputado Carlos Ubaldino, deputado Robinho, deputado Robério Oliveira, existe um pedido de verificação de quórum de votação. Falta apenas um deputado! Srs. Deputados, a sessão vai cair!

(Continua – verificação de quórum de votação.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, quero pedir a V.Ex^a que chame o deputado Adolfo Viana, que está aqui ao lado e quer tanto o debate, para que pudéssemos formalizar os 32 Srs. Deputados, bem como os deputados Alan Castro, Alan Sanches, que acaba de passar aqui, e Augusto Castro para darem as suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- A deputada Luiza Maia apareceu!

O Sr. Rosemberg Pinto:- A deputada Luiza Maia chega aqui, às 20h40min, para abrilhantar esse debate.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação o Requerimento nº 8.594/2015, que requer a urgência para o Projeto de Lei nº 21.632/2015. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos contra dos deputados Sandro Régis, Líder, Fábio Souto, Pedro Tavares, Adolfo Viana, Soldado Prisco, Luciano Ribeiro, Pablo Barrozo, Herzem Gusmão, Leur Lomanto Júnior e Sidelvan Nóbrega. Portanto, o projeto está aprovado.

O próximo requerimento é o de nº 8.595/2015, que requer a urgência para o Projeto de Lei nº 21.634/2015. Não há ninguém para encaminhar?

O Sr. Luciano Ribeiro:- O deputado Adolfo Viana encaminhará.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encaminhar o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados, gostaria de saber qual é o projeto que estamos encaminhando, porque são 24 projetos. Os deputados, aqui, sabem? Quero saber? Sabe, deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- É o projeto nº 61.634, deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Qual é o projeto, Sr. Presidente? Porque os deputados da Base não sabem. Se alguém souber, levante a mão, por favor, que darei a oportunidade.

Qual é deputada, Luiza Maia?

A Sr^a Luiza Maia:- É o da sua avó.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Da minha avó, deputada? Minha avó é falecida. Quero respeito com a minha avó.

Deputada Luiza Maia, com todo respeito que tenho por V.Ex^a, quero dizer-lhe uma coisa: a sua Base está aqui para servir ao governo e V.Ex^a está liderando. Mas V.Ex^a não sabe nem no que está votando. Quero ver como a senhora vai olhar para suas colegas professoras. Quero ver o que a senhora vai dizer em Camaçari.

Sr. Presidente, garanta a minha palavra.

A deputada Luiza Maia, quando falei dos professores, descontrolou-se.

A Sr^a Luiza Maia:- Quem está descontrolado é V. Ex^a.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputada Fátima Nunes, a senhora, minha conterrânea, uma das deputadas que mais admiro neste Parlamento, teve a coragem de vir à tribuna quando estavam todos os parlamentares esperando que V.Ex^a desse uma palavra em defesa do governo que representa. Mas V.Ex^a foi tratar de um assunto que não tinha, absolutamente, nada a ver com o tema da Ordem do Dia.

A Sr^a Fátima Nunes:- A saúde é prioridade.

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^a, hoje, juntamente com sua Bancada, vira as costas para os servidores do Estado da Bahia. Corta direitos adquiridos.

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a não tem autoridade para falar sobre a minha Bancada.

O Sr. ADOLFO VIANA:- A deputada Luiza Maia, que está à minha direita, se permitir que eu faça o meu pronunciamento, quero saber o que ela vai dizer aos professores e professoras e aos funcionários públicos da Cidade de Camaçari.

Acho que ela vai começar dizendo assim: “Eu fui chamada para um café da manhã e fui convencida pelo governo do Estado a votar nesse pacote”.

Eu gostaria de saber quais foram os argumentos que o governo usou para convencer V.Ex^as? Se V.Ex^as apresentarem os argumentos, nós, da Oposição, de repente, acabamos também convencidos. Que argumentos foram esses?

Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a garantisse a minha palavra. A deputada Luiza Maia insiste...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Onde está a deputada Luiza Maia?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Acabou de sair.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V. Ex^a pode continuar.

O Sr. ADOLFO VIANA:- A deputada Fátima Nunes é mais elegante.

A Sr^a Fátima Nunes:- Aqui não tem inocente não, deputado.

Aqui é o meu lugar.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu quero que V.Ex^a permaneça aqui.

V.Ex^a é uma grande deputada, uma guerreira.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Adolfo Viana, nos seus 2 minutos restantes.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ainda tenho 2 minutos?

A deputada Luiza Maia, em tom de brincadeira, tentou tirar-me da linha do meu discurso. Já a deputada, minha amiga, minha conterrânea, Fátima Nunes subiu à tribuna hoje, mas não conseguiu dizer nada com nada. Quando viu os servidores nas Galerias, engasgou. Tentou defender o governo, dizer por que ia votar! Mas, realmente, deputada, é muito difícil!

Hoje, V.Ex^{as} não irão votar com a consciência. Hoje, V.Ex^{as} irão servir ao governo, mostrar que fazem parte de uma Bancada subserviente, que serve ao governo em detrimento de garantir direitos adquiridos ao longo de uma vida de trabalho por parte dos servidores.

Vejo, aqui, alguns colegas, e não vou citar nomes, em respeito a este momento de dor, vejo o constrangimento de alguns amigos parlamentares da Base do governo, tendo que dar esse voto, tendo que dar presença, tendo que olhar para cada servidor desta Casa, e cada servidor do Estado da Bahia que terão seus direitos cortados.

É, deputada Luiza Maia, eu quero ver o discurso que a senhora vai fazer para dez mil servidores da cidade de Camaçari. Vai ser bem difícil para a senhora olhar no olho deles. Assim como para a deputada Fátima Nunes, que é uma lutadora, uma guerreira, tem a minha admiração, mas que hoje está perdendo a admiração dos servidores públicos do Estado da Bahia, porque ela vai votar juntamente com a Base do governo para cortar direitos adquiridos ao longo de uma vida, deputado Adolfo Menezes, de luta e de trabalho.

Então, finalizo meu pronunciamento pedindo: ainda há tempo para que V. Ex^{as} façam uma reflexão, retirem esse projeto, para que a gente tenha a condição de dialogar com os servidores da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, deputada Luiza Maia, sobre esse projeto que agora se pretende votar, mesmo com a deputada Luiza Maia dizendo que

enjoou dos nossos discursos...

A Sr^a Luiza Maia:- (fora do microfone) Ninguém aguenta mais.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Ninguém aguenta, deputada, mas é preciso que se agunte. Talvez tenha sido esse o propósito de encaminhar tantos projetos. V.Ex^a, que é defensora dos oprimidos, das minorias, que é defensora de tantas causas nobres, faz uma desfeita dessa com essa minoria que está aqui discursando e diz que ninguém aguenta mais o nosso discurso. O nosso discurso é consistente, deputada. Nós estamos lutando pela autonomia do Parlamento.

A Sr^a Luiza Maia:- (fora do microfone.) É demagogia, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Onde estamos fazendo demagogia, em quais circunstâncias? V.Ex^a poderia usar a tribuna. V.Ex^a, enquanto a galeria esteve cheia e a Imprensa estava presente, esteve silente. Eu cobrei isso o tempo todo, que a Base do Governo subisse aqui e nos contrapusesse, contrapusesse os nossos argumentos. V.Ex^a está dizendo que nós estamos aqui fazendo demagogia. Mas em que V.Ex^a? Inclusive, eu cedo meu tempo para V.Ex^a vir aqui dizer qual demagogia estamos fazendo.

Primeiro, quero dizer a V.Ex^a que tenho uma vida pública e pessoal honrada. Jamais fiz política com demagogia. Construí a minha vida sem padrinho político, toda na Oposição. Jamais cedi aos encantos do poder – se V.Ex^a quer conhecer a minha história política –, jamais!

Imagine um prefeito de uma cidade do Sudoeste da Bahia, um caatingueiro que esteve, durante seus oito anos, na Oposição a um governo que tinha 90% da aprovação popular. Estive contra por convicção, a mesma convicção que tenho aqui agora. Jamais o poder me seduziu, jamais esse prefeito que fui da minha pequena e querida Caculé cedeu. Nem por isso, deputada, cedi aos encantos e deixei de ser um prefeito digno. Ao contrário, recebi diversas premiações, inclusive, entregues pela mão do Exm^o Sr. Presidente da República, à época, Luiz Inácio Lula da Silva. Invariavelmente, a Secretaria Geral da Presidência da República passou a me convocar, a pagar minhas diárias e passagens para o Brasil afora, para ser palestrante em nome da Presidência da República, apresentando as minhas políticas inovadoras no meu pequeno e querido município de Caculé.

Jamais esta história foi de demagogia. Jamais esta história será de demagogia. Quem tem uma história como esta, deputada, merece o respeito de V.Ex^a, o respeito que sempre devotei a este Parlamento e aos colegas. Esse não é um debate que se constrói, não é um debate que essa Casa merece. Aqui não se faz demagogia, aqui tem, sim, um deputado independente e, modéstia a parte, corajoso, não só no Parlamento, como no executivo. V.Ex^a bem sabe, esteve na prefeitura, sabe e deve saber o quanto é difícil para um prefeito de uma cidade pequena ser oposição, e fui com dignidade e muito êxito.

Portanto, a demagogia qual V.Ex^a quer falar, a mim não pega. Talvez V.Ex^a esteja olhando no espelho para falar sobre a sua própria personalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não Foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação o requerimento de urgência nº 8.595/2015, ao projeto de lei nº 21.634/2015.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel e em seguida Sandro Régis.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, vou fazer uma colocação e nem devia entrar nesse...

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, esse presidente não tem o poder de adivinhar, mas como eu estou tolerante nesta noite, vou atendê-los.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra deputado Herzem Gusmão, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da Imprensa. Acho que cabe o comentário para esclarecer as colocações do nobre colega deputado Rosemberg Pinto. Veja só deputado, hoje , antes de iniciar a sessão, e aí sou testemunha, fui procurado pelos representantes das ADs, porque eles tinham sido barrados, sem ter acesso a esta Casa. Eu imediatamente procurei o Líder Sandro Régis, que recebeu inclusive uma comissão, ligou para o coronel e liberou imediatamente o acesso. Como havia várias tendências hoje aqui, os professores se contentaram porque somente existem 70 lugares nas galerias. Então, fizeram rodízio e foi permitido, graças a intervenção do deputado Sandro Régis, que ficassem aqui no salão anexo.

Hoje presenciamos esta Casa recebendo os servidores. Nós às vezes nos sentimos aqui isolados sem a presença do público, das pessoas nas galerias; e hoje esta Casa estava engalanada, bonita, enfeitada. Eu diria que a Casa do povo é uma Casa do debate e eu diria que o deputado Rosemberg estimula bastante o debate. Mas gostaria que ele compreendesse que não houve nenhuma interferência nossa no sentido de usar um expediente negativo para contratar quem quer que seja para aplaudir ou vaiar os deputados.

Portanto, nós estamos apenas apresentando essa justificativa em relação ao que aconteceu hoje.

Esse projeto de nº 21.634, outro pedido de urgência. Entendemos que não só estamos nos posicionando contrários ao pedido de urgência, já expliquei, à forma de atropelar as comissões temáticas, oportunidade do debate para uma compreensão do

que a gente vai votar. O primeiro discurso de hoje foi da deputada Luísa Maia, foi a primeira fala e ela confessou aqui que não tinha ainda formada opinião para votar. Vinte e quatro projetos, uma PEC, duas laudas e meia. Nós entendemos que nem os deputados da Situação, muito menos da Oposição, tiveram tempo de debruçar-se, de analisar o projeto, até porque a oportunidade foi usurpada. A oportunidade do debate para esclarecimento foi usurpada.

Temos esse projeto do Poder Executivo que institui a taxa de prestação de serviço nas áreas dos distritos industriais – e aí eu vou falar pelo distrito industrial dos Imborés, em Vitória da Conquista. Lembro-me de que no ano passado o ex-presidente da FIEB fez uma crítica em Vitória da Conquista, na imprensa, de que faltava em Vitória da Conquista – e não fui eu – força política para defender os interesses da indústria, de um distrito industrial que dá uma contribuição ao PIB de Vitória da Conquista, o 6º maior da Bahia, de 18%.

Um distrito industrial esquecido, abandonado, onde falta iluminação, não tem manutenção, não tem coleta, não tem segurança. Os industriais compraram e entregaram à a polícia uma viatura, porque o governo nem sequer uma disponibilizou para o trabalho de segurança em uma área de muito conflito.

Portanto, quando o governo manda para esta Casa um projeto tão importante, nós não temos – e também os deputados da Situação – oportunidade de debater para poder votar com convicção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, meus colegas, queria dividir com vocês, para relaxar um pouco, uma notícia que caiu agora em minha mão... Deus é muito bom comigo: meu filho acabou de passar no vestibular de Medicina. (Palmas.) Dezenove anos, uma graça, na guerra que está hoje a Medicina. Muito obrigado. Deus é muito bom comigo, e com todos vocês.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, eu solicito que V.Ex^a suspenda a sessão por 30 minutos, pois é um fato realmente muito importante, para que nós possamos comemorar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Há outros fatos importantes. No final de semana, suspenderei.

Com a palavra o deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-noite a todos os amigos e amigas, deputados e deputadas estaduais. Venho a esta tribuna, mais uma vez, para encaminhar a minha Bancada, do PMDB, para votarmos contrariamente ao projeto de nº 21.634/2015, que tem como ementa a instituição de taxa de prestação de serviço nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela Sudic e CIS e cria o fundo

estadual de manutenção das áreas industriais da Sudic e Funedic.

O objetivo do governo do Estado com esse projeto de lei é criar mais um peso, mais uma dificuldade para as empresas instaladas no nosso Estado. Criação de uma taxa de R\$ 0,50 por m² do terreno que pertence a cada uma das empresas. Está aí demonstrado claramente que o governo do Estado não responde às demandas da nossa grande Bahia. Eu gostaria de saber se o Cofic foi ouvido na confecção desse projeto de lei. Eu gostaria de saber se os empresários, que vão ser os maiores influenciados por essa medida, foram ouvidos em algum momento e se eles concordam com essa medida do governo do Estado.

Está aí: mais uma vez o governo do Estado passa por cima do trabalho das comissões: da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, na qual os empresários, através dos seus representantes aqui na Assembleia, poderiam ter sido ouvidos. Ninguém sabe se foram. A discussão não vai acontecer, porque a discussão do projeto de urgência está acontecendo agora, aqui no Plenário, e fica aí.

O que entendo desse projeto de lei – e espero que os meus correligionários do PMDB me acompanhem nessa votação contrária – é de que está aqui um grande exemplo da falência da administração pública do governo petista no Estado da Bahia, taxando e tornando cada dia mais difícil a vida do empresariado do nosso Estado. Já não basta a falta de credibilidade que tomou conta do nosso País. Surge agora mais uma taxa específica de melhoria da infraestrutura local das indústrias, que não deixa de ser mais um peso para os coitados dos empresários, que tanto sofrem com a elevação das taxas do nosso Estado.

Não concordo com esse projeto de lei. Penso que ele poderá ser melhorado no trânsito das comissões. Portanto, faço um requerimento ao Líder do governo para que retire o pedido de urgência e retorne o projeto de lei para as comissões, de onde nunca deveria ter saído sem uma ampla discussão.

Faço esse pleito também aos deputados do governo. Vamos pensar que a Assembleia Legislativa tem que trabalhar por inteiro, as comissões são importantes, não são necessários tantos pedidos de urgência. Se os empresários concordarem com essas taxas, quem somos nós, deputados da Oposição, para não concordar? Entretanto, gostaria de ouvir as entidades empresariais, os empresários que realmente terão seus orçamentos influenciados por essa taxa que, com fé em Deus, não será aprovada por esta Casa.

Vamos todos juntos, a Bancada do PMDB – faço aqui um pleito ao meu deputado Alex da Piatã para que não vote contra os empresários. V.Ex^a é empresário no município de Conceição do Coité. Não vote contra sua classe, vote pelo bem da Bahia, vote pela prosperidade, vote contra o imposto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, para encaminhar, o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, quero dizer que V.Ex^a, presidindo hoje esta sessão polêmica, faz o oposto do que é a vontade do governo. V.Ex^a é um democrata, V.Ex^a está respeitando o direito da Minoria.

Quero até aproveitar este momento para parabenizá-lo. Quem faz o bem recebe o bem: está aí, seu o filho hoje foi agraciado com a entrada em uma universidade para ser futuramente um médico e cuidar da vida do povo brasileiro.

Mas, voltando ao assunto desta noite, quero dizer que neste momento se discutem diversos projetos em regime de urgência. Reconheço que os discursos dos deputados da Oposição estão cansativos. A nossa insistência é para tentar sensibilizar, mas os deputados governistas não percebem que nesta nossa luta todos ganham, porque é a valorização e respeito ao Parlamento.

O governador chama V.Ex^{as} hoje para tomar café. Não se discute...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Estava bom o café.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para alguns, viu deputado, porque outros estão tristes, por sinal.

V.Ex^a dizem “amém” e sequer discutem... Vou citar um exemplo: meu amigo pessoal, deputado Fabrício Falcão. Com todo respeito ao deputado Herzem Gusmão, o deputado Fabrício Falcão, lá em Conquista, o PT o massacra. Ele, que tinha 14 mil votos, só tinha o REDA da merendeira, foi e pediu o rompimento com o governo municipal do PT. Entregou seus cargos – imagine a situação desse cidadão – e foi para o embate com o PT. Lá em Conquista o PT já lhe persegue. Chega um projeto desse, mas Conquista é uma cidade altamente politizada, com uma população altamente qualificada intelectualmente, o pobre do Fabrício Falcão, que não tem nem mais um REDA de merendeira em Conquista vai e vota contra o servidor público!

Eu darei um conselho ao deputado Fabrício Falcão: que ele esqueça de ser candidato a prefeito porque o PT lhe quer como candidato a vereador. Porque não é possível submeter o deputado Fabrício Falcão, pré-candidato a prefeito da cidade de Vitória da Conquista, a tanta malvadeza! O deputado Fabrício Falcão não terá mais condições!

O deputado Zé Raimundo pode votar nesse projeto, porque todos os cargos são dele. O deputado Zé Raimundo tem a máquina governamental, tem a máquina política para tentar suprir esse voto, que, tenho certeza, fará com que ele passe alguns anos sem botar o pé na Universidade. O deputado Fabrício Falcão tinha uma merendeira, perdeu. O prefeito botou todos os secretários dele para fora da prefeitura, e o voto de opinião foi embora agora.

Eu quero dizer, deputado Fabrício Falcão, que o PT quer lhe ver como

vereador, esqueça sua campanha para prefeito, porque o que o PT está fazendo com V.Ex^a não se faz ao pior inimigo.

Finalizando o meu discurso, Sr. Presidente, quero mais uma vez parabenizá-lo pelo seu filho e pela sua grande postura nesta noite, que, infelizmente, envergonha o povo da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação o Requerimento de nº 8.595/2015, que pede urgência para o projeto de lei nº 21.634/2015.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Zé Neto está aqui concordando comigo, dizendo “graças a Deus sou o Líder do governo”. Então, tem os cargos em Feira de Santana.

Concordo com V.Ex^a, deputado Zé Neto, para o deputado Fabrício Falcão imagine tem o professor Zé Raimundo, dono de todos os cargos de Conquista. Tem o nosso companheiro de Bancada deputado Herzem Gusmão, líder absoluto em todas as pesquisas, e com discurso do anti-PT. Porque Conquista é uma cidade anti-PT: ganhou Paulo Souto, ganhou Aécio... O povo de Conquista é um povo esclarecido. E o deputado Fabrício Falcão é aquele companheiro do PT, diário, mesmo sendo maltrato pelo prefeito Guilherme lá, defendendo o PT, levando a bandeira do governador Rui Costa, da presidente Dilma a cada eleição. Imagine! Ivana, isso pode servir para V.Ex^a também. Imagine V.Ex^a deputado Fabrício Falcão, com 15 mil votos em Conquista! Sai a relação de cargos: uma merendeira na escola, e com salário atrasado! Não bastando isso, a perseguição do governo municipal em cima do pobre. O prefeito de Guilherme maltratando, Zé Raimundo, aqui, abraçando e indo para o lado, derrubando o rapaz, e aquela perseguição com Fabrício, e perseguição daqui. E Fabrício vai e rompe com o prefeito, esperando, o pobre do Fabrício, que fosse a segunda alternativa do governo lá em Conquista.

Se o PT não vai-se inviabilizar nessa crise institucional Fabrício é a solução. E o governo vem, agora, e lança um pacote de maldades. O deputado Herzem Gusmão, que de bobo não tem nada, que tem uma voz forte naquela cidade, vai relatar na sua cidade natal os deputados que foram a favor dos servidores públicos, os que foram a favor do povo da Bahia e aqueles que foram a favor do PT e deram as costas aos servidores e ao cidadão baiano.

Herzem está tranquilo, por quê? Herzem o voto é anti-PT, é o voto da Oposição. Então, Herzem está muito forte, está muito bem.

Zé Raimundo, se for o candidato do Guilherme, é o voto da máquina. Mesmo com o desgaste todo do PT, mesmo com o povo de Conquista decepcionado com o modelo de gestão do PT na Bahia e no Brasil, o Prof. Zé Raimundo é um nome forte. E o pobre do Fabrício, nem cargo político e nem voto de opinião.

Deputado Fabrício Falcão, quero ser solidário a V.Ex^a, que é meu amigo, mesmo, tendo o deputado Herzem Gusmão na minha Bancada, como grande parlamentar, não concordo com aquilo que o PT faz com V.Ex^a esta noite. Eu não concordo!

E em cima disso, Sr. Presidente, V.Ex^a que está feliz hoje, está tolerante, com esse grande presente que recebe - fruto da criação e dos ensinamentos que, como pai de família, soube orientar seus filhos no caminho do bem -, com a aprovação, hoje, de um filho na universidade, no curso de Medicina, que não é fácil, muito concorrida. E eu acompanhei as suas viagens para Recife e outros estados. V.Ex^a, como pai muito presente, e um exemplar pai de família, quero que V.Ex^a me conceda uma verificação de quórum de votação nominal, acionando o tempo necessário para que, mais uma vez, o deputado Zé Neto tenha tempo de refletir sobre o que ele faz hoje, que os deputados governistas... havia até deputado aqui que falava como líder e hoje sumiu! Está todo mundo constrangido com esse papel que o deputado Zé Neto faz hoje com os deputados do governo.

Que o deputado Zé Neto passe a ter sensibilidade e repense que o caminho do discurso, deputado Nelson Leal, o caminho do diálogo é muito melhor do que o caminho da ditadura, do que o caminho da força, do que o caminho que o governo implanta por ter maioria nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação. A V.Ex^{as} que estão no restaurante, nos gabinetes ou em outras dependências desta Casa, solicitamos a presença para a votação, pedido feito pelo Líder Sandro Régis.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, queria, primeiro, reforçar o convite para que os deputados se façam presentes aqui, para que possamos fazer a continuidade da sessão e, obviamente, da votação. E dizer que, aqui, deputado Herzem, quando levantei o questionamento em relação aos debates aqui, na Casa, falando, inclusive, da presença das pessoas aqui, que adoro quando esta Casa está cheia. Não há servidores aqui.

Agora, venho de uma formação, da minha família, de respeitar as pessoas; fui dirigente sindical durante 20 e tantos anos, e fui um dirigente sindical duro e dos maiores enfrentamentos aqui, e fui proibido de entrar nesta Casa, mas nunca desrespeitei os meus adversários, nunca fiz qualquer tipo de construção de

constrangimento. E, na realidade, isso é de formação, de educação. A minha família me educou muito para respeitar as pessoas. Agora, confesso que quando vejo o Plenário se manifestar da forma que se manifesta e se diz que é servidor público, fico constrangido. E foi nesse sentido que falei aqui.

Mas acho salutar que as pessoas venham aqui e defendam seus interesses. Converso com todas as pessoas que procuram o meu gabinete. Ontem, estiveram lá servidores da Defensoria Pública, e nós debatemos sobre o projeto. E, aqui, tudo que fizemos hoje, de lado a lado, foi discutir urgências, não discutimos conteúdo. Estamos discutindo urgência. O debate, aqui, é sobre se deve ou não ter urgência. O conteúdo, vamos debater depois. Então, parece-me parece que há uma inversão dessas questões.

Então, não tenho nada contra, e quando levantei a questão em relação ao deputado Zé Raimundo foi apenas porque valia o mesmo critério dos dois lados.

Mas quero reforçar aqui, Sr. Presidente, e convidar todos os Srs. Deputados, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Ângela Souza, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Fabrício Falcão, Luciano Simões Filho, do PMDB - que divide o governo federal com o Partido dos Trabalhadores e deve se orgulhar bastante por isso -, Luciano Ribeiro, Leur Lomanto Júnior, Jurandy Oliveira, Jânio Natal, Hildécio Meireles, Herzem Gusmão, Gika, Marcell Moraes - que cuida muito dos animais, visitou a Fenagro para ver o problema que houve lá. Uns dizem que morreu e outros dizem que assassinaram, está uma confusão doida aquele negócio -, deputado Marcelo Nilo, Neuza Cadore, Pablo Barrozo... ou seja, queria que V.Ex^a convocasse, fizesse soar as campainhas e chamasse todos os deputados, para que pudéssemos dar o quórum de votação para discutir o Orçamento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Continua a verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, existe novamente um pedido de verificação de quórum para votação. É necessária a presença de 32 Srs. Deputados.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O deputado Sandro Régis pediu a verificação do quórum e , além de não ter dado presença no painel, ele não está aqui, então não faz sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado Sandro Régis saiu, então cai a questão de ordem.

Em votação o requerimento nº 8.595/2015, que requer urgência para o projeto de lei nº 21.634/2015.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Com os votos contrários dos deputados Herzem Gusmão, Pedro Tavares, Hildécio, Luciano Ribeiro, Fábio Souto, Soldado Prisco, Pablo Barrozo, Sidelvan

Nóbrega, Adolfo Viana, Alan Sanches, Tom Araújo e Leur Lomanto Júnior.

Portanto aprovado.

Próximo requerimento é prioridade.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Art. 175, § Único. Eu gostaria que V. Exa, de acordo com o § Único do Art. 175... Aliás, me desculpe, não é esse, não.

É o § 1º do art. 165. Já que tenho dúvida do resultado da votação, pediria que V. Exa fizesse uma verificação de votação para que possa tirar minha dúvida.

O Sr. Paulo Rangel:- Não existe dúvida , presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro :- O art. 165, § 1º...

O Sr. Paulo Rangel:- Quem pediu a questão de ordem saiu...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Paulo Rangel, acho que V. Exa está falando uma coisa e eu estou falando outra. É dúvida da votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não, tinha número suficiente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não é o quórum, eu quero que V. Exa tire minha dúvida, cumpra o art. 165, § 1º.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O número de pessoas votantes?

(O deputado Zé Neto fala com o orador fora do microfone.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- A votação... O deputado Paulo Rangel o confundiu . Eu estou pedindo outra coisa aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Luciano, qual é a dúvida? Não estou entendendo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Se V. Ex^a... Me perdoe... É o § ° do art. 165...

O Sr. Sandro Régis:- O deputado Luciano Ribeiro está correto regimentalmente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu leio, eu leio. O art. 165 diz o seguinte...Pelo processo simbólico, V. Ex^a fez uma votação simbólica. O § 1º diz que se o deputado tiver dúvida quanto ao resultado proclamado pedirá imediatamente a verificação de votação, que será deferida. Não é que poderá. "...não podendo haver ingresso de deputados no Plenário nessa fase."

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado, como eu só estava colocando em votação e estava registrando os votos contra...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Na outra votação eu não tive dúvida; nessa eu tenho... Peço a V. Exa que não permita mais que deputados... Como Alex Lima entrou no

Plenário. Que não permita que os que estavam fora... como o deputado presidente Marcelo Nilo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V. Ex^a quer que seja votado novamente?

O Sr. Luciano Ribeiro:- O deputado Marcelo Nilo não pode participar, ele não estava presente. Os deputados que entraram depois que eu pedi também não podem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só um segundinho. Eu estava atento. V. Ex^a tem todo o direito de pedir uma verificação, vai para o computador.

O Sr. Luciano Ribeiro:- É isso. Exatamente! E os deputados que estavam fora não participam.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpe. Quando o deputado... Então não votaria ninguém da Oposição, porque os deputados da Oposição não deram nem frequência.

O Sr. Luciano Ribeiro: - Já tinha restabelecido o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está restabelecido para votar, vota quem estiver presente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não, Excelência. Que é isso?!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou falar, depois V. Ex^a fala. Primeiro, se V. Ex^a está questionando, a votação vai para o computador. E vota no computador quem estiver presente nesse momento.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Quem estiver presente na sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Neste momento...

O Sr. Luciano Ribeiro:- O artigo está dizendo que não pode entrar mais no recinto...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não existe isso aqui, porque...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Então...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ouça-me só um pouco...

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) não podendo haver ingresso... Paciência, eu não sei ler...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ouça-me, V.Ex^a é um homem educado. V.Ex^a vai falar.

Primeiro, quando se pede quórum...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Já havia passado essa fase...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor, V.Ex^a não pode discutir com o presidente. Estou lhe fazendo um apelo. Não estou conseguindo fazer um raciocínio. Depois V.Ex^a fala. Quer falar primeiro? Eu ouço V.Ex^a.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Então, vou falar. Primeiro, já havia passado a fase da verificação de quórum, restabeleceu-se o quórum, o painel voltou a mostrar as presenças. O presidente colocou em votação simbólica. Eu fiquei em dúvida sobre a votação. Eu usei a prerrogativa de pedir que fosse feita verificação de votação, e o artigo do Regimento diz que os deputados que não estiverem dentro do recinto do Plenário, está bem... a letra é da lei...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) o que não estiver no recinto não pode ter ingresso ao Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já tinha votado...

O Sr. Paulo Rangel:- Já tinha votado...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, vamos ouvir o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Zé Raimundo, V.Ex^a está atrapalhando meu raciocínio. Está na lei, vou ler para que o deputado Zé Raimundo e V.Ex^a possam entender.

Pelo processo simbólico, o presidente, ao anunciar a votação, convidará os deputados favoráveis à proposição a permanecerem sentados e proclamará o resultado. Claro que tem de haver a votação. Eu só posso pedir a verificação depois de haver a votação, deputado Zé Raimundo. V.Ex^a, deputado Adolfo, pediu uma votação simbólica, nós não nos manifestamos. O parágrafo 1º diz o seguinte: depois de proclamado o resultado, aqui está claro, se algum deputado tiver dúvida... É o meu caso, tenho dúvida. Artigo 165, parágrafo 1º: se algum deputado tiver dúvida quanto ao resultado proclamado – “resultado proclamado”, é letra da lei –, pedirá imediatamente – foi o que eu fiz – verificação de votação – o que estou fazendo –, que será deferida, não é “poderá”, é “será deferida”, o português é claro. E mais, não pode haver ingresso de deputado ao Plenário nessa fase.

Se eu estiver errado, paciência. Essa é a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, deputado, eu ouvi V.Ex^a atentamente. Depois do computador, ficou acertado que mesmo o deputado presente não conta, inclusive foi um pleito de um deputado da Oposição. O deputado aqui presente que não marcar no computador não conta quando pede verificação de quórum...

O Sr. Sandro Régis:- Quando é nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não conta. Se for no raciocínio de V.Ex^a, deputado Sandro Régis, na hora em que se encerrar a votação, o quórum, só vai votar um deputado que pediu quórum. Ou seja, quem não pediu quórum... Agora, quando se restabelece o computador, todos os deputados, isso, inclusive, para atender um pleito

da Oposição... Deputado, me ouça, senão eu perco meu raciocínio. Quando eu vou tentar explicar, V.Ex^a... Veja bem: os deputados da Oposição fizeram aqui um pleito, quando nós colocamos o computador, para que, mesmo um deputado aqui presente, eu o vendo, não se registre o quórum dele. Eu aceitei. Passou a ser regra geral. Se eu for atender o pleito de V.Ex^a, o que vai ocorrer? Só vai votar aquele deputado que pediu quórum. Por analogia, nós acertamos que voltam todos os presentes no computador, consequentemente, todos podem votar.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Foi o que houve...

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deixe-me ajudar. Deputado Luciano, este debate mais uma vez ilustra... Eu acho que V.Ex^a teria razão se, quando foi escrito esse Regimento, não tivesse ocorrido a presença do Plenário eletrônico, a marcação eletrônica. Por conta dessa situação, por diversas vezes se está atropelando o que está escrito. E isso devido ao processo eletrônico de colher votos, presença, etc., etc. Razão, mais uma vez, que assiste àquela demanda – que, parece-me, já está esquecida de novo – da história de ver a comissão que se colocou.

Então, mais uma vez chamo a atenção. Acho que V.Ex^a teria toda a razão se não houvesse o processo de verificação eletrônica. O problema todo é esse.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encerrar esse assunto, vou repetir. Repetirei para ficar bem claro.

Por solicitação dos deputados da Oposição, mesmo o deputado estando aqui presente, o presidente vendo, se não registrar presença no computador, não conta. Pronto.

Se fosse para atender o pleito de V.Ex^a, somente deputado da Oposição poderia votar. Como, por analogia, nós acertamos que volta o computador, ou seja, volta a presença de todos, portanto, todos têm o direito de votar. Se V.Ex^a não concordou com o resultado, que é um direito de V.Ex^a, aí se leva para o computador...

Deputado, eu não estou entendendo V.Ex^a.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Exatamente, V.Ex^a não está entendendo, aí eu concordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É um negócio tão óbvio.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pra mim está óbvio o que, para V.Ex^a, está óbvio em sentido contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas V.Ex^a está citando o Regimento, e foi acertado...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deixe eu tentar, mais uma vez, aclarar meu

pensamento.

Veja que, no conceito, estou correto. Até o presidente da comissão e os outros concordam. Agora, o que precisamos aqui é visualizar as fases do proceder, as fases do procedimento. No momento – e aí foi acordado, como V.Ex^a está dizendo, e eu estou respeitando – em que se pede quórum, mesmo que o deputado esteja presente, não conta. O.k. Mas no momento em que se restabeleceu o quórum, volta toda a presença. Ou seja, restabeleceu-se o quórum, voltou a presença, voltou à normalidade, tanto é assim que se procedeu ao processo de votação, e aí contou o voto de todos.

O que esse artigo quer é não deixar dúvida quanto à votação. Aí se poderia dizer: “Não, mas eu conto daqui de cima.” A votação simbólica existe, mas ela tem de ser confirmada – é isso que esse artigo quer – se um deputado quiser. Tanto é que não deixa à presidência a opção, pois está dito será, e não poderá. Ou seja, o deputado quer a verificação da votação que ele teve dúvida no resultado. Não é na composição de quórum, porque é uma fase que já passou.

Essa é minha colocação, Excelência. E eu respeito, como sempre, as decisões de V.Ex^a. Mas quero somente fazer a minha colocação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou repetir para ficar muito claro. Primeiro: foi acertado que a presença nominal não vale. Ou seja, a presença física no Plenário não vale, o que vale é o computador. Foi acertado também, por pleito da Oposição – tendo em vista que só um da Oposição deu quórum, porque foi ele quem pediu verificação de quórum –, que na hora da votação, volta para o computador e se esquece a presença física.

V.Ex^a tem todo o direito de dizer: “Olha, foi simbólico, e está aprovado”. V.Ex^a discordou, é um direito seu. Aí volta para o computador, porque o presidente daqui tem o poder de contar. Ele contou e foi aprovado...

O Sr. Luciano Ribeiro:- O que eu pedi foi só isso, a verificação.

Quer ver como estou certo, só para colocar uma pá de cal sobre isso? Quantos votaram contra e a favor?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Todos que estavam com as presenças marcadas no computador, os que deram presença.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não é presença, não, Excelência, é votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a agora foi de uma felicidade ímpar, pois me trouxe todo o argumento, me ouça: quando vai votar, todos que estão marcadas as presenças serão SIM. Ouçam. Em tese. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Em tese, só um segundinho. Em tese. Eu estou achando um negócio tão fácil. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em tese, 60 votaram SIM, aí os

deputados de Oposição votaram contra, registra os deputados de Oposição, em tese os outros todos votaram SIM.

O Sr. Luciano Ribeiro:- É isso que eu quero saber, nominal, quantos votaram SIM e quantos votaram NÃO.

É isso que eu estou querendo, a verificação, é só isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem direito, vai para o computador. Se V.Ex^a quiser eu boto no computador.

O Sr. Luciano Ribeiro:- É isso que eu estou pedindo, é exatamente isso que eu estou pedindo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou botar no computador, eu estou dizendo a V.Ex^a desde o início que eu vou botar no computador.

O Sr. Paulo Rangel:- Não pode, já votou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele citou um artigo aqui que ele tem o direito de discordar. Aí vai para o computador.

Aliás, deputado Luciano Ribeiro, todas as vezes que um deputado me pede que coloque no computador eu coloco. Vou botar no computador.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem. Só uma questão simples, é só para acomodar. Deputado Luciano, Sr. Presidente, na verdade, primeiro que não houve nenhuma má fé e nenhum objetivo de burlar nada do nosso presidente em exercício na hora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele fez tudo correto.

O Sr. Zé Neto:- Tudo correto. Outra, eu quero, com todo o respeito que tenho ao deputado Luciano, e até é compreensível a preocupação dele, mas ele quando alegou já tinha sido anunciada a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, desculpa aí, o deputado Luciano Ribeiro citou imediatamente o artigo, só um segundinho, nós temos o regimento aqui, mesmo o presidente anunciando o resultado, qualquer deputado, conforme o artigo 165, parágrafo 1º, tem direito de discordar. Aí vai para o computador.

O Sr. Sandro Régis:- Você não entendeu, Marcelo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, veja bem, deputado, desculpe, V.Ex^a queria apenas que votasse as pessoas que estivessem aqui presentes. V.Ex^a falou diversas vezes, que inclusive não poderiam entrar no plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Só para esclarecer, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, só um minutinho, o que eu queria efetivamente também isso, porque na complementação diz que no momento que botar no computador outros deputados não podem ingressar no plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro que podem. Mas, computador é

obrigado pelo pleito de V.Ex^{as}. Desculpa aí, me permita, deputado. Se V.Ex^a quiser, a partir de agora eu defiro. Ou seja, quem não der presença, não vota. Deputado Luciano Ribeiro, só um segundinho, o que eu estou fazendo é para atender à Oposição, porque só a Oposição dá quórum e quando os deputados entram a gente volta o computador para todos votarem. O que eu discordo de V.Ex^a é que V.Ex^a diz que só vai votar quem estava no momento presente. Aí vai jogar tudo para fora para atender à Oposição. Ou seja, isso aí eu estou consciente.

Então, vou atender V.Ex^a, o deputado Adolfo fez correto, vamos para o computador. Pronto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- O deputado Adolfo foi extremamente correto. Em nenhum momento eu aqui discordei da postura do deputado Adolfo. Não foi nada disso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, deputado. Eu estava entendendo que V.Ex^a disse que só votariam aquelas pessoas que estavam no momento da votação.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos votar no computador. Srs. Deputados, quem quer aprovar o requerimento vota SIM, quem quer reprovar vota NÃO. Em votação. Vou esperar 15 minutos por conta dessa discussão toda.

Diretor de computação, já pode votar? Vejam bem, marque 25 minutos para encaminhar SIM. Os deputados que queiram acompanhar o Líder do Governo votam SIM, os que queiram acompanhar o Líder da Oposição votam NÃO.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, continuo com dúvida. Queria que V. Ex^a me esclarecesse. A questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro – não conhecia esse artigo –, e o que estou entendendo ao ler o artigo, aqui.

O deputado Adolfo Menezes, reafirmo aqui, foi perfeito na condução dos trabalhos.

Mas o que o Artigo 165 diz é o seguinte. Vamos supor que não tivéssemos solicitado uma verificação de quórum. Poderiam estar presentes no Plenário 20 deputados, ou 15 ou 5, ou qualquer número.

Aí fizemos a contagem dos contrários. Poderiam os contrários, não sei se fomos 15 ou 14. Poderíamos ser um número maior do que os que eram a favor. E, em momento algum, foi revelado por parte do presidente quantos foram favoráveis. Nós não sabemos.

Quer dizer, até pressuponho que eram maioria naquele momento. Mas caso não fosse, não tem nada a ver com o Plenário.

O Artigo 165 é claro. “Se algum deputado tiver dúvida quanto ao resultado proclamado, pedirá imediatamente a verificação de votação...” É o que? Saber quantos foram favoráveis e quantos foram contra, “(...) que será deferida, não podendo haver ingresso de deputados em Plenário nesta fase.” Que é justamente para saber quem foi contra, e quem foi a favor, sem misturar com os que não votaram.

V. Ex^a, por exemplo, estava ausente. Chegou depois da votação. Então, do jeito que estamos procedendo, estamos contando um voto favorável. Todos aqueles que não foram contra, foram favoráveis.

Então, não tem nada a ver com Plenário. Esse tipo de votação pode acontecer perfeitamente. O que precisa ser feito é: tantos contrários e tantos favoráveis...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo, primeiro vou explicar a V.Ex^a o seguinte: Antes do computador, eu, como presidente, contava os votos e só podia votar quem estava aqui presente. Concorde, não era assim? V.Ex^a foi depois do computador, não? Mas no início era o seguinte, em votação, um, dois, três, quatro, tantos favoráveis e tantos contra. Depois do computador, os Srs. Deputados da Oposição me fizeram dois pleitos, e deferi. Primeiro, só marca a presença registrando no computador. Na hora da votação, mesmo um único deputado da Oposição registrando a presença teria direito a votar. Porque voltam todos, eu não posso voltar só os da oposição.

Por exemplo, se eu estivesse no cafezinho na hora da votação, mas meu nome no computador já estava apto a votar. Só não poderão votar os três deputados que estão ausentes. O presidente diz: “Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.” Em tese estão presentes todos os 60. Porque se volta o quórum, a pedido de V.Ex^a, tem que voltar para todos. Não posso voltar só uma parte. Em tese, os 60 estão presentes. Permaneçam como se encontram, quem se movimentar, levantar a mão, é considerado contrário.

Agora, se o deputado pede, como o deputado Luciano Ribeiro corretamente citou o artigo e não concordou com o resultado, verifica-se no computador. A próxima votação será no computador. Pronto!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, na realidade, se não criarmos regras para isso, depois discutiremos o tempo todo. Na realidade, a verificação de quórum era simbólica, para todos os efeitos estariam fora daqui. Só havia um presente. Não faz sentido. Teria que voltar tudo.

O Sr. Alan Sanches:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, ouvi atentamente a questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro que a princípio estava coberto de razão. Esse artigo em que

foi solicitada a verificação de quórum não tinha questionamentos. No início foi pelo caminho de V.Ex^a. Mas V.Ex^a também foi muito brilhante em sua resposta. Hoje, do jeito que a votação está sendo feita e que vem sendo feita ao longo desses anos, V.Ex^a está correto, é o computador. A partir do momento que volta, volta tudo. Caso seja solicitada esse tipo de verificação de quórum, por esse Art. 165, aí teria que ser feito de outra forma, com a presença física da pessoa.

Isso só foi levantado porque na hora que o deputado Sandro tinha solicitado a questão de ordem, se ausentou para ir ao toalete. Daí ficou esse questionamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo com V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado

O Sr. Adolfo Viana: - Serei breve, Sr. Presidente, só para finalizarmos o assunto. Hipoteticamente, vamos imaginar que estivesse na presidência um deputado de oposição, se ele colocasse: “Os Srs. Deputados que são favoráveis, se manifestem.” Nesse caso, a Bancada do governo se manifestava.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Seria rejeitado.

O Sr. Adolfo Viana: - Mas aí é que está a fragilidade do processo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Sim, querido, mas se o presidente da sessão diz: “Os Srs. Deputados que são favoráveis, levantem-se.”

O Sr. Adolfo Viana: - V.Ex^a não está errado. É a forma como está sendo trabalhado. Mas perceba que a depender de quem estiver na presidência, se for um deputado governista, conduzirá a votação da maneira particular dele. E interfere diretamente no resultado da votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Mas V.Ex^a tem toda a razão.

Vamos supor que o presidente corretamente diga: “Os Srs. Deputados que aprovam, levantem-se. Os que reprovam, permaneçam como se encontram.” Só vai contar os que reprovam aqueles que se levantarem. Em tese, todos os outros aprovariam.

O Sr. Adolfo Viana:- Só para concluir, eu queria pedir a V.Ex^a, que é um deputado que quando está na presidência é imparcial, porque quando se senta na cadeira de presidente age com imparcialidade...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro, tem que ser.

O Sr. Adolfo Viana:- Com a vantagem de estar num partido que faz parte da base do governo, naturalmente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A pessoa pode ajudar a sua base sem sair do Regimento.

O Sr. Adolfo Viana:- Exatamente. E quando V.Ex^a senta na cadeira de

presidente, reconheço que age como presidente da Casa e que não tem lado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu queria solicitar a V.Ex^a que, quando fosse fazer as votações, colocasse os que reprovam e os que aprovam...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí, deputado, eu estaria beneficiando, em tese, a Minoria. Veja bem, eu atendi V.Ex^a em dois pleitos corretos, no sentido de ser no computador, mas nesse pleito agora, infelizmente, não posso atender, não.

Resultado da votação. Sim, 32; não, 14. Aprovado.

Veja bem, deputado, qualquer parlamentar quando me pede para botar no computador, eu coloco. V.Ex^{as} não pediram ao deputado Adolfo. Aí vamos ser muito claros.

Agora o requerimento de prioridade.

Requer, nos termos do artigo...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, querido.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nós tivemos até agora os procedimentos de urgência, e neles nos é permitido, assim como diz o Regimento Interno, nos inscrevermos para encaminhar a votação. E os requerimentos de prioridade, para minha surpresa – se houver ignorância da minha parte, eu peço desculpas aos pares – a Mesa não disponibilizou a inscrição para o encaminhamento dessa votação de prioridade, sob o argumento de que não é possível encaminhar as prioridades.

Eu quero fazer uma questão de ordem discordando dessa posição. E aí V.Ex^a, como sempre sábio e conhecedor do Regimento, vai definir. Porque entendo que a prioridade está num patamar inferior à urgência. A urgência é mais rápida e muda muito o processo, mas a prioridade só diminui os prazos e a tramitação. Tanto é que em projetos como este que nós vamos analisar agora, que é o das metas fiscais, projetos orçamentários, não cabe a urgência, só cabe a prioridade, porque são projetos mais complexos.

Daí eu entendo que o encaminhamento da votação... A prioridade diz que deve ser uma solicitação do deputado e votada pelo Plenário. Eu não posso entender que possa haver uma votação em Plenário sem que seja encaminhada, sem que haja o encaminhamento dessa votação. Isso é que eu não posso entender e não sei onde está no Regimento Interno. Procurei, confesso que vasculhei. Algum deputado me disse: “Não, é porque lá nas prerrogativas dos Líderes está dito que o Líder terá a prerrogativa de encaminhar nos processos de urgência”, e não fala de prioridade.

Ora, quero entender que eu tenho prerrogativa de encaminhar, e aí só os Líderes encaminham no de urgência. Já no de prioridade eu penso que é o contrário. A prioridade diminui os prazos, mas não só os Líderes podem encaminhar. Todos

podem, porque é um processo normal de votação, na minha opinião. V.Ex^a, se me ouvir, vai tomar... Eu sei que V.Ex^a está me ouvindo. Eu estou querendo colocar a minha posição. Estou dizendo que eu não posso entender que em qualquer votação nesta Casa sejamos impedidos de encaminhar a votação. Isso é o que eu não consigo entender e não posso concordar.

Por isso a minha questão de ordem é para que seja restabelecida a ordem no sentido de que se abra as inscrições para que os deputados, que assim o queiram, além dos Líderes e representantes dos Blocos, possam encaminhar a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meu querido amigo deputado Luciano Ribeiro, eu adoro debater com V.Ex^a até porque eu aprendo, mas há assuntos que não dá nem para debater porque V.Ex^a é advogado. Eu não estou dizendo que é certo ou errado, eu tenho de seguir o Regimento.

(Lê) “ART. 33 – São prerrogativas do Líder:

(...)

III – encaminhar, pelo período de 05 (cinco) minutos, a votação sobre o requerimento de urgência.”

Se fosse para ter prioridade, estaria, aqui também, deputado.

Então, é um negócio tão óbvio!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Para V.Ex^a pode parecer óbvio, talvez pelo costume da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, neste caso não é costume não, deputado. Sobre requerimento de urgência não tem prioridade; não se encaminha prioridade.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Um minutinho.

Eu não estou, aqui, discutindo as prerrogativas do Líder. Eu estou discutindo o projeto em regime de requerimento de prioridade. Se se procurar em requerimento de prioridade, em nenhum momento vai-se dizer que no encaminhamento da votação do requerimento de prioridade...

O que eu disse aqui não foi que o Líder pode encaminhar como na urgência. Acho ao contrário, ou seja, não só o Líder, mas todos os deputados podem com o tempo reduzido. A urgência precede à prioridade.

É este o meu entendimento.

Tanto é assim que projetos mais complexos como este, que estão em regime de prioridade, não cabe a urgência e só cabe a prioridade. Quanto à prioridade, está, lá, dizendo ser a primazia...

Eu não estou discutindo prerrogativa de Líder, porque eu, aqui, não quero que só o Líder encaminhe e, sim, todos os deputados.

A prioridade é a primazia que se concede a determinada proposição, a fim de assegurá-la rápida tramitação, ou seja, que ela tenha prioridade sobre as demais. Em algum lugar, aqui, diz, no Regimento Interno, que ela, inclusive, é votada depois da urgência; como esse foi feito, pois a urgência, inclusive, precede às prioridades.

Este é o meu entendimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, vou tirar a questão de ordem de V.Ex^a, porque a Oposição está em regime de obstrução – o que é normal e natural – e eu só posso seguir o Regimento, porque, também, não posso ir de encontro ao estabelecido no Regimento Interno da Casa.

E, para encaminhar somente urgência, conforme art. 33, III, do Regimento Interno desta Casa, indefiro a questão de ordem de V.Ex^a, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Se V.Ex^a permitir, já que eu não posso encaminhar, V.Ex^a, após ler o projeto que será votado, eu quero, ao menos, orientar a minha bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vai poder sim. A orientação de V.Ex^a é, sempre, um prazer e uma honra.

Há o requerimento nº 8.598/2015 do deputado Zé Neto que requer, nos termos do art.181 do Regimento Interno da Casa, prioridade para a tramitação do Projeto de Lei nº 21.620/2015, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.190 de 11 de julho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, na forma que indica.

Só para vocês terem uma ideia, o deputado Zé Neto gostaria de votar a urgência. E, como cita a Lei de Diretrizes Orçamentária, não se pode votar a urgência. Por isso, nós retiramos. Nós podemos votar prioridade.

Em votação.

Para encaminhar um dos dois.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não. Os Líderes podem encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não pode.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Os Líderes?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, ninguém pode encaminhar.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não é para encaminhar; é para orientar a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Líder da Oposição fala por todos, porque, senão, todos vão encaminhar. Um dos dois fala. V.Ex^a cede para o seu...

O Sr. Sandro Régis:- Não. Eu vou falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, com a palavra o deputado Sandro Régis para encaminhar o voto à sua Bancada.

O Sr. Sandro Régis:- Primeiro, eu quero formular a minha questão de ordem, pois V.Ex^a entrou em processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estamos em votação.

V.Ex^a, agora, tem o direito de encaminhar o voto à sua Bancada de Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Marquem 5 minutos.

Como V.Ex^a, deputado Sandro Régis, encaminha o voto à sua Bancada?

O Sr. Sandro Régis:- Eu quero aqui dizer a V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aliás, não é para encaminhar, a pergunta é: como V.Ex^a, deputado Sandro Régis, recomenda o voto à sua Bancada?

O Sr. Sandro Régis:- Eu quero, aqui, dizer a V.Ex^a que este projeto é uma verdadeira pedalada fiscal. O governo tenta modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para não cair e apontar os seus desmandos no exercício financeiro do Estado.

A Bancada de Oposição quer, mais uma vez, aqui, registrar a sua preocupação. Sr. Presidente, isso, aqui, é uma peça que deveria ir para a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa com o objetivo de ser discutida por diversos parlamentares capacitados, deputado Hildécio, a fim de que esta Casa tivesse conhecimento do que se está votando.

(O Sr. Adolfo Viana manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, primeiro, ao seu Líder. Estou atendendo ao seu Líder, ao seu liderado, pois tenho de dar atenção a seu liderado.

O Sr. Sandro Régis:- Não, Sr. Presidente, não!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É porque estou com um ouvido em V.Ex^a e outro ouvido no deputado Adolfo Viana.

O Sr. Sandro Régis:- Quero dizer a V.Ex^a que, hoje, V.Ex^a se esqueceu, aliás, esqueceu não, porque não é V.Ex^a quem determina. Mas V.Ex^a, hoje, como grande guardião desta Casa parlamentar, não poderia permitir certos exageros que a Bancada do governo comete nesta terça-feira.

Isso, aqui, é um projeto de lei, deputado Zé Neto, e o mesmo tinha de, no mínimo, ir para a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa! Só este projeto de lei, a ser votado, deputado Zé Neto, contém as mudanças das metas fiscais do governo Rui Costa!

(O Sr. Rosemberg Pinto manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. Sandro Régis:- É verdade, deputado Rosemberg! Isso não é brincadeira não! Isso é uma coisa, extremamente importante. Este mesmo projeto, no Congresso Nacional, foi discutido pelos parlamentares! Isso, aqui, é uma verdadeira pedalada

fiscal ou para se evitar a pedalada fiscal! E V.Ex^{as}., mais uma vez, trazem um projeto deste, Líder, sem deixar ninguém discutir?!

Realmente, esta Casa, hoje, brincou de Parlamento. Nós todos brincamos de ser deputados!

Quero encaminhar, Sr. Presidente, contra e, absolutamente, contra a prioridade deste projeto de lei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o requerimento.

O Sr. Sandro Régis:- E deve ser marcada através do painel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer no painel? V.Ex^a será atendido.

Mas a regra, aqui, é básica, deputado Sandro Régis, qual seja, será no painel. Não posso negar um pedido de V.Ex^a.

Votaremos no painel.

O deputado Zé Neto recomenda, à sua bancada, votar sim.

O deputado Sandro Régis recomenda, à sua bancada, votar não.

Em votação.

Quem quer aprovar o requerimento de prioridade vota sim.

(Procede-se à votação do requerimento pelos Srs. Deputados.)

Faltam votar alguns Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou encerrar a votação!

Votação encerrada.

Passaremos ao resultado da votação.

Foi aprovado com 30 votos “sim” e 11 votos “não”.

Vamos ao próximo requerimento de prioridade.

O deputado Zé Neto, através do Requerimento nº 8.597/2015, requer, nos termos do art. 81 do Regimento Interno desta Casa, prioridade para a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional nº 148/2015, de autoria do Poder Executivo, que “modifica o regime de concessão da vantagem pessoal em razão do exercício de cargo de provimento temporário e revoga o art. 39, o inciso XXVIII do art. 41 e o § 2º do art. 140, todos da Constituição Estadual e dá outras providências.

Em votação.

Como recomenda o voto à sua bancada, nobre Líder da Oposição, Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, sendo PEC, tem de ser uma votação qualificada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. É prioridade.

O Sr. Sandro Régis:- Mas tem de ser.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. É prioridade. Não estamos votando a emenda. Estamos votando se o Plenário concorda com a prioridade. Não é emenda à Constituição Estadual, ou seja, não é PEC.

Deputado, como recomenda o voto à sua bancada, nobre Líder da Oposição, Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, PEC é PEC. Como está no Regimento? Eu quero ver o artigo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a era quem deveria dizer o contrário. Não estamos votando a PEC. Estamos votando a prioridade da PEC.

O Sr. Sandro Régis:- Votaremos a prioridade de quê, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A prioridade da PEC.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, a prioridade da PEC é a PEC.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro que não. É preliminar.

O Sr. Sandro Régis:- Quero, mais uma vez, encaminhar aqui. Acho que os deputados do governo, que estão votando nessa PEC, estão votando contra cada cidadão deste aqui. (Muitas Palmas.)

Esta PEC, do jeito que está hoje, qual seja, a prioridade que estão votando, V.Ex^{as} estão votando contra cada servidor da Assembleia. O que V.Ex^{as} estão votando é a prioridade da PEC.

Deputado Rosemberg Pinto, estão todos muito satisfeitos com vocês. Os servidores desta Casa estão muito felizes com vocês. Vocês votam a prioridade de uma PEC que prejudica todos os servidores desta Casa.

Deputada Luiza Maia, pergunte, ali, qual é o entendimento dos servidores. Pergunte qual é o entendimento do servidor público. Pergunte a Geraldo e a Carlinhos qual é o entendimento deles? Olhem o sorriso dos servidores para vocês! É o presente de Natal que vocês darão aos servidores!

Sr. Presidente, eis o nosso encaminhamento: não à prioridade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação a prioridade nº 8.597/2015.

O deputado Zé Neto, como recomenda o voto à sua bancada?

O Sr. Zé Neto:- Recomendo sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Zé Neto recomenda votar sim.

O deputado Sandro Régis recomenda votar não.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem só meu querido amigo e deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, a votação será aberta, não é? Todos teremos acesso aos votos?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro.

O Sr. Adolfo Viana:- Será impresso, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro. V.Ex^a quer entrar na justiça?

O Sr. Adolfo Viana:- Não. É para saber quem votou contra ou a favor dos servidores.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aqui, a votação é aberta. Não existe votação secreta aqui!

(O Sr. Presidente procede à votação.)

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação.

Resultado: “sim”, 33; “não”, 12. Portanto, foi aprovada.

Srs. Deputados, o último projeto da noite é o do Orçamento, de número 21.530/2015, que os nobres parlamentares já debateram, já discutiram nas comissões. **(Parecer do Deputado Nelson Leal publicado no DL de 26/11/2015)**

Agora votaremos em 1º turno o projeto de lei nº 21.530/2015, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, deputado Carlos Geilson.

Não está. Não. Só pode substituir com os 2 presentes.

Deputado Leur, cede para o deputado Hildécio?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como ele não cedeu, deputado Hildécio, V.Ex^a fala depois. Talvez seja a disputa do PMDB, por isso ele não cedeu.

Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de 20 minutos. Depois, o deputado Hildécio.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, peço desculpas ao deputado Hildécio, mas ainda tenho um compromisso na noite de hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, mais uma vez a Assembleia Legislativa da Bahia vive um dia triste na sua história. Infelizmente o governo do Estado continua insistindo neste modelo, querendo passar um rolo compressor na Bancada da Oposição ao trazer para esta Casa Legislativa mais de 20 projetos, sendo

que só hoje foram votados aqui sete urgências, se não me engano, Sr. Presidente, e projetos que mexem diretamente com a vida da sociedade baiana.

Aqui analisamos e combatemos cada uma dessas urgências. Dentre as urgências que foram votadas, deputado Sandro Régis, algumas delas foram felizes, e a Oposição tem boa vontade, inclusive, em votar, mas não dessa forma.

Eu não entendo a falta de planejamento por parte da Bancada governista que deixa o findar do ano para enviar a esta Casa uma quantidade enorme de projeto de lei, sem deixar sequer os parlamentares terem a oportunidade de discutir cada um desses projetos nas comissões temáticas. Ora, para que existem, então, as comissões temáticas?

O que está ocorrendo nesta Casa Legislativa é muito grave. As comissões temáticas desta Casa são um verdadeiro faz de conta. Aqui, mais uma vez, assistimos a um filme que eu assisto desde o meu primeiro mandato. O governo insiste em mandar os projetos em regime de urgência sem dar qualquer oportunidade para que os Srs. Parlamentares possam se aprofundar no que será votado, e o governo usa da sua ampla maioria para poder aprovar os projetos do seu interesse.

Hoje, aqui, contamos com a presença de diversos servidores públicos do Estado da Bahia que vieram justamente cobrar isso. O governo traz a esta Casa um projeto que vai ferir os direitos dos servidores do Estado da Bahia, e sequer dá oportunidade para que os parlamentares, deputado Bobô, tanto do governo quanto da Oposição, possam debater e buscar soluções que não venham a ferir, a afrontar os direitos dos servidores públicos do Estado da Bahia.

E é isso que a Oposição vem cobrando insistentemente na sessão de hoje, para que o Líder do governo, deputado Zé Neto, aja com bom senso e retire esses projetos. Vamos debater um a um...

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- V.Ex^a está inscrito, deputado Sandro Régis.

Vamos chamar os servidores a esta Casa e fazer uma ampla mesa de discussão e de debate, para que possamos encontrar soluções que não venham a massacrar o tão sofrido servidor público do Estado da Bahia.

Paralelamente a esse projeto, Sr. Presidente, o governo aprova a urgência e a prioridade, nesta Casa, do Projeto de Lei nº 21.621/2015, que diz respeito ao aumento da alíquota de ICMS no Estado da Bahia, buscando copiar o modelo que vem sendo executado pelo governo federal. O governo federal que já vem, ao longo deste ano, massacrando o bolso do consumidor brasileiro, justamente por conta de, no ano passado, ter realizado um verdadeiro desequilíbrio nas contas do governo federal. Quem vem pagando por isso é o consumidor brasileiro. É aumento de energia, aumento de combustível, aumento de impostos, e a população brasileira é quem vem sofrendo.

Aqui, na Bahia, não está sendo diferente. O governo tenta agora colocar este projeto que aumenta o ICMS de diversos itens, justamente para penalizar a população baiana. Ou seja, a população, mais uma vez, paga um preço caro pela falta de competência, de equilíbrio e de planejamento do governo do Estado. O governo do Estado que, no ano passado, na ânsia de poder ganhar as eleições, gastou de forma desenfreada os recursos públicos do Estado da Bahia.

Quem não se lembra quantas ordens de serviço foram espalhadas pelo Estado da Bahia? Hoje, temos diversas obras completamente paralisadas, são verdadeiros elefantes brancos espalhados em todo o Estado da Bahia.

O Sr. Tom Araújo:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR: Concedo o aparte ao deputado Tom Araújo.

O Sr. Tom Araújo:- Deputado Leur Lomanto Júnior, ouvi atentamente o pronunciamento de V.Exª, na tarde desta terça-feira, quando estavam aqui presentes diversos servidores públicos estaduais nas Galerias Paulo Jackson, que fazia um chamamento e tentava, inclusive, de forma veemente fazer com que os parlamentares desta Casa voltassem as atenções aos servidores públicos estaduais, que estão perdendo benefícios conquistados, ao longo de vários anos, por meio de várias disputas e de vários embates políticos.

Inclusive, percebemos que o PT muda com uma facilidade muito grande de bandeira. Quando o PT estava na Oposição fazia política, fazia debates políticos com os servidores, com os sindicatos, e, hoje, percebemos que, assim como eles fizeram aqui, virando as costas para os deputados de governo, principalmente para os deputados do PT, os deputados que vão votar a favor do governo e contra os servidores estão virando as costas para aqueles que realmente lhe deram a mão um dia.

Eu ouvi atentamente no pronunciamento de V. Exª aquela canção que vou inclusive pedir que V. Exª pronuncie o trecho novamente para que possa apreciar e relembrar aos colegas de que realmente não se paga...

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”. Essa música ficou caracterizada, marcada no PT da Bahia.

O Sr. Tom Araújo:- Quero agradecer a V. Exª por relembrar aos nobres deputados aqui presentes, principalmente aos deputados de governo.

Quero inclusive relembrar um fato ocorrido: na época do acordo feito para o aumento do servidor público, principalmente os servidores da área de educação, o governo assinou um termo, e aqueles professores vieram para cá e cantaram essa canção por diversas vezes. Eles foram traídos, mas o governo teve inclusive o perdão da população que continuou votando no PT. Mas chega um momento em que a população cansa de dar a mão tantas vezes e ser traída.

Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento e pelas defesas que tem feito desta tribuna.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao nosso pronunciamento, deputado Tom Araújo.

V. Ex^a tem total razão no aparte que faz nesse momento.

Ao longo de sua história, o PT mostrou que quando era Oposição era uma coisa, bastou assumir o governo rasgou completamente suas bandeiras. O PT que sempre foi defensor intransigente da ética na política, da coerência, bastou entrar no governo e estamos assistindo o que está acontecendo no governo federal.

O PT sempre procurou mostrar que era um partido diferente, mas ao assumir o poder mostrou que também tem os mesmos defeitos que muitos partidos têm. É claro que em todos os partidos há os bons e os maus. Na política, também, há os bons e os maus.

Em várias profissões há os bons e os maus, os bons médicos, os maus médicos. Mas para aquele que tinha um discurso em defesa... Podemos citar como exemplo esse projeto que vem tirar direitos adquiridos do funcionalismo públicos. O PT sempre fez um discurso muito forte em defesa do funcionalismo, e hoje, bastou ser governo e precisar realmente fazer uns reajustes na sua conta, imediato ele preferiu atingir e tirar do funcionalismo público do Estado da Bahia.

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Ouço com alegria o meu querido amigo, companheiro de partido, o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Meu querido deputado e colega Leur Lomanto Júnior da nossa vizinha Vitória da Conquista e Jequié.

O deputado fez uma explanação mostrando que, verdadeiramente, o governo mandou um pacote de maldades para esta Casa, e que penaliza não só o servidor, mas setores produtivos e a sociedade.

Esse orçamento, deputado, que haverá de ser aprovado pela maioria, pelos deputados do governo, tenho uma desconfiança enorme porque o dinheiro, os recursos do PT, eu diria, são virtuais.

Eu me lembro em março quando cheguei a esta Casa, o secretário da Fazenda, Manoel Vitória, divulgou, falou da saúde financeira do Estado, e disse que o Estado tinha guardado R\$ 4,6 bilhões. Não se confirmou esses R\$ 4,6 bilhões, e o governo mandou tomar US\$ 400 milhões sem explicar, sem anunciar a finalidade dos recursos.

Até no orçamento impositivo o governo penaliza os aliados.

O Diário Oficial, deputado, de sábado, 28 de novembro de 2015, mostrando que do ano passado, das emendas impositivas do orçamento, somente um deputado do governo teve direito a minguados R\$24 mil. Está aqui no Diário Oficial do dia 28,

somente o deputado Roberto Carlos conseguiu R\$24 mil.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Esses R\$24 mil foram aplicados em que, deputado Herzem Gusmão?

O Sr. Herzem Gusmão:- A emenda do deputado não diz. Roberto Carlos, de R\$1,2 milhão que ele teria direito, foi liberado apenas R\$24,5 mil.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Não dá nem para pagar o salário de um jogador do Juazeiro, deputado.

O Sr. Herzem Gusmão:- Então, deputado, para fechar não dá para a gente acreditar no orçamento do governo, nos recursos do governo, nas propostas do governo.

Muito obrigado por ter concedido o aparte, deputado Leur.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Eu agradeço, deputado Herzem Gusmão, pelo aparte de V. Ex.^a e o incorporo ao meu discurso.

Ouçõ com muita alegria o aparte do nosso Líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Leur, V. Ex.^a, que é um parlamentar que está em seu terceiro mandato nesta Casa, um parlamentar que vem de uma tradição na política da Bahia de todos os segmentos, traz aqui uma discussão, nesta noite, já às 22h27min, que reflete o que é o PT e a forma do PT governar. A população brasileira já começa a perceber que existem dois PTs: o PT antes do governo e o PT depois do governo.

Quando é que você iria imaginar que os deputados do PT, deputado Adolfo Viana, que faziam piquetes, que iludiam o servidor público estadual, que faziam do servidor público estadual a sua bandeira, que faziam um discurso, deputado Hildécio, com o contracheques na mão, iriam trazer para esta Casa hoje e votar a prioridade de uma PEC que retira conquistas desse servidor ao longo de sua carreira. É muito triste!

E muito pior é ver os deputados, os parlamentares não terem nem a responsabilidade de saber o que estão votando. Eu desafio aqui se 30% sabe o que foi votado hoje. A única coisa que eles sabem é sobre a orientação que o governador deu no café da manhã. Mas como o governador elegeu todos, eles têm realmente que fazer isso.

Quero parabenizar V. Ex.^a, deputado Leur, e dizer que estamos aqui hoje sem ter ninguém na galeria. Estamos aqui hoje por entendermos que não é certa a forma como o parlamento vem conduzindo seus ritos processuais.

É inadmissível numa noite se votar seis urgências e duas prioridades. Então, nós iremos obstruir até o último deputado nosso, para mostrar aos deputados do governo e ao governo que existem dois Parlamentos: o Parlamento do lado de cá, que defende a independência; o Parlamento do lado de lá, que é a favor da subserviência ao governo do Estado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Agradeço deputado Sandro, e incorporo o aparte de V. Ex.^a.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que a Assembleia vive um dia ruim em sua história. Como foi dito, seis projetos foram aprovados em regime de urgência, sem a menor discussão, sem o menor debate. Não falo simplesmente como Oposição, isso é ruim para o Parlamento como um todo. Como o deputado Sandro falou muito bem, a maioria dos parlamentares sequer sabem o que foi votado na noite de hoje.

Então, mais uma vez, finalizo dizendo que foi um triste dia para o Parlamento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Obrigado deputado.

Para discutir, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Questão de ordem do deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Presidente, gostaria de solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- V.Ex.^a será atendido.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, peço o tempo de 15 minutos, para que os deputados se desloquem até o Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- V.Ex.^a será atendido. Srs. Deputados que se encontram nesse recinto, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Marquem 15 minutos.

Srs. Deputados que se encontram na sala do cafezinho, na biblioteca preparando projeto surpresa, deputados que se encontram no restaurante, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos nobres colegas deputados.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para a continuidade da presente sessão)

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- V.Ex.^a será atendido. Peço apenas que

espere eu finalizar a chamada nominal dos deputados.

O Sr. Herzem Gusmão:- Pois não, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente retoma a chamada nominal para a continuidade da presente sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Deputado Herzem Gusmão, proceda à sua questão de ordem, por favor.

O Sr. Herzem Gusmão:- Aproveitando, presidente, para fazer um comentário em relação à fala hoje do nosso colega médico Dr. Alan, em que ele manifestou preocupação quando nós divulgamos aqui que o jornal *A Tarde*, edição de domingo, destacou a manchete “Saúde fecha cerco e evita desperdício de R\$ 300 milhões.”

Como nós estamos debatendo o Orçamento e observando o pacote de maldades do governo que penaliza o servidor e dificulta o avanço das nossas universidades, o Dr. Alan entendeu que a retirada destes R\$ 300 milhões fez com que faltasse tudo na saúde. Na verdade, nós entendemos e compreendemos que o secretário anunciou que era desperdício. Portanto, dinheiro jogado fora!

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Já temos quórum.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana, para discutir.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje nós não tivemos a oportunidade de debater com os deputados governistas. Mas tivemos a condição de conservar com os servidores desta Casa e outros que nos visitaram. Se eu estivesse no lugar dos servidores do Estado da Bahia, não estaria menos preocupado do que eles estão.

O que sabemos é que o governo quer aumentar 1% do ICMS. Ele já aumentou o Planserv dos servidores. E, quando nós estávamos a alertar aqui desta Assembleia que aquele projeto de reajuste do plano votado também em regime de urgência iria afetar demais o funcionalismo público estadual baiano, muitos ignoraram. Mas agora, neste mês, os servidores sentiram o peso da conta que ficou o Planserv.

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a está inscrito, deputado.

Muitos deles terão de sair do plano porque a conta no final do mês não fecha. Quem é que vai pagar o preço do aumento do ICMS? Todos os baianos, inclusive os servidores! Os mesmos servidores, deputado Herzem, pelos quais nós da Oposição, no início do ano, aqui brigamos para que tivessem um aumento justo. Não tiveram. O governo estadual baiano está dando um péssimo tratamento ao funcionalismo público, que está perdendo o poder aquisitivo. A conta no final do mês já não fecha, como fechava antes deste pacote de maldades que o Executivo encaminhou para esta Assembleia, o qual dificultará ainda mais a vida dos servidores públicos, que ajudam

a construir o Estado da Bahia.

Mais cedo, algumas funcionárias da Casa perguntaram se o projeto as afetaria diretamente. Todas responderam que sim.

Deputado Zé Neto, gostaria que V.Ex^a se colocasse no lugar dos servidores, o senhor que lidera a bancada do governo há mais ou menos cinco anos, o tempo em que estou neste Legislativo. É um deputado qualificado, atencioso, bom amigo e que tem a condição de retirar o projeto e reabrir o diálogo, para que amanhã os servidores não lhe deem o mesmo tratamento que estão dando hoje.

V.Ex^{as} dão as costas aos funcionários públicos da Bahia. Não tenho dúvida de que eles não terão memória curta. Os senhores, que tanto foram favorecidos por essa categoria, agora lhe viram as costas.

O deputado Leur Lomanto cantou a música: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.” Tenho certeza de que os deputados do governo irão lembrar dela, porque é assim que conseguimos, no mínimo, ser solidários aos servidores, tentando chamar a atenção dos parlamentares governistas para que tenham a sensibilidade de saber que estão tirando de pais e mães de família as condições que eles têm hoje, as quais já não são as melhores e serão ainda mais dificultadas.

Com prazer, concedo o aparte ao deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Nobre deputado Adolfo Viana, são notórias e claras as iniciativas do Poder Executivo. Que eu não chamaria somente de maldades, pois acrescento, para adjetivar de novo, que são perversas também.

Desde o início do ano o governo do Estado começou a promover medidas perversas para com o funcionalismo público da Bahia, haja vista o percentual concedido como reajuste à categoria, com índice abaixo da inflação e parcelado. Mas tem uma coisa que precisamos reconhecer e chamar a atenção dos funcionários públicos estaduais baianos. Queria ter tido a oportunidade de falar isto quando as Galerias estavam cheias.

Eles estão dominados! Não existe mais sindicato, não existe mais liderança sindical! Os sindicatos, em geral, são extensões do próprio governo baiano. E muitas destas medias têm o acordo dos sindicatos dos funcionários públicos. Portanto, o governo sozinho não é o culpado. O próprio funcionário tem também sua parcela de culpa, porque não tem se articulado para defender suas causas, seus interesses.

Sendo assim, nesta oportunidade em que nós, deputados da Oposição, temos de foma aguerrida, defendendo os interesses do funcionalismo público. É necessário que também eles comecem a articular-se, a renovar os seus sindicatos, porque medidas ainda piores do que essas poderão vir pela frente.

Portanto, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Eu estava aqui a tarde inteira ouvindo os nossos líderes e vice-líderes, contestando as iniciativas do governo do Estado, mas quero em particular parabenizar o seu pronunciamento que, de fato,

encaixa-se exatamente com o pensamento de toda a Bancada de Oposição.

Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço ao deputado Hildécio Meireles e o incorporo ao meu pronunciamento. Deputado Hildécio, V.Ex^a foi muito feliz nas suas colocações. Daqui a pouco ouvirei com prazer o deputado Herzem Gusmão.

Fazendo uma reflexão do dia de hoje, o que podemos perceber é um verdadeiro constrangimento, constrangimento esse causado por um café da manhã. Os deputados foram convidados a um café da manhã. Lá os argumentos foram utilizados, foram todos convencidos. Estão aqui a tarde toda, o início desta noite, todos para votar neste pacote que chegou a esta Casa. E aí a reflexão que podemos fazer aqui hoje é de que nenhum argumento, nenhum deputado da base do governo veio a esta tribuna para defender esse “pacote de bondades” que o governo encaminhou a esta Casa. Nenhum! Agora, imagino eu que no café da amanhã o governo deve ter preparado uma ampla explicação e deve ter convencido os deputados governistas a se fazerem presentes e votarem contra os servidores.

Fico a me perguntar, deputado Hildécio, que argumentos foram esses? Eu gostaria também de ser convencido. Que argumentos foram esses? Onde estão esses argumentos? Direitos adquiridos durante uma vida serão cortados por parte da Bancada da Maioria do governo. É bom que fique claro: não é a Assembleia Legislativa que está indo contra os interesses e direitos adquiridos dos funcionários públicos. A Bancada de Oposição está cumprindo com o seu papel, justamente buscando compreender quais motivos esses deputados têm para neste projeto. Os motivos devem ter sido dados no café da manhã. Mas eu particularmente não fui convidado para esse café da manhã, e tenho certeza, deputado Pablo Barrozo, que nenhum parlamentar da Bancada da Oposição foi também. Mas lá estavam todos os parlamentares da base do governo. E, aí, a curiosidade é muito grande para saber o que foi dito neste café, que argumentos foram esses. Não consigo compreender.

Vejo aqui, no semblante dos servidores da Casa tristeza de não terem, por parte deste governo, um reconhecimento pelos serviços prestados. É lamentável perceber que aqueles que ajudam a construir o Estado da Bahia dia a dia, dia após dia, não têm o reconhecimento daqueles que governam.

Vale lembrar, deputado Herzem Gusmão, que uma boa parte dos servidores do Estado da Bahia apostavam e apostaram que este governo, sim, seria o melhor para os baianos. É uma pena que fizeram uma escolha equivocada e só hoje irão perceber o valor que o governo do Estado dá aos funcionários públicos do nosso Estado.

Ouçó com prazer o nobre deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Adolfo Menezes, obrigado pela sua gentileza, mas no início da sua explanação, deputado, V.Ex^a falou do Planserv. Como nós advertimos aqui! E eu diria que em duas direções, e nós acertamos. O governo na verdade queria a exclusão, e ele está conseguido, porque agora, quando o servidor

recebe o contracheque ele não tem outra alternativa: bater retirada, fica desamparado. É um governo perverso, eles não têm pena do servidor.

Além da exclusão – quero invocar o testemunho do deputado Alan, que é médico e sabe disso –, o nosso SUS está mal avaliado. A presidente Dilma Rousseff não gostou quando viu a última avaliação – isso foi há 1 ano e meio ou 2 – do SUS do Brasil, que era 5,48. Um desastre!

A nota do SUS – vou chegar à questão dos desequilíbrios – da Bahia foi 5,3. E eu me lembro de que em Vitória da Conquista, que o PT de lá prega que tem a melhor saúde do Brasil, que é referência, o SUS é também mal avaliado, com apenas 5,1. Ou seja, abaixo dos níveis nacional e estadual.

E aí estou querendo ouvir também, quem sabe, o Dr. Alan. Ora, se nós temos um SUS mal avaliado, deputado Adolfo, pelo menos quem está amparado pelo Planserv acaba gerando um equilíbrio. O Planserv é muito bem posicionado, muito bem avaliado, muito bem-conceituado e tem uma grande aceitação nos hospitais e na iniciativa privada.

O que o governo fez foi exclusão, eliminando o servidor e sobrecarregando o SUS. O funcionário público vai para o SUS. Lá em Conquista tem um hospital que é apelidado “o corredor da morte”! É o que o governo está fazendo, tendo o aval dos deputados governistas, meu querido deputado Adolfo.

Muito obrigado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Herzem Gusmão, agradeço o seu aparte e o incorporo. V.Ex^a é um deputado aguerrido, lutador, chegou há mais ou menos 1 ano a esta Casa. Nunca vi outro deputado, dos 63, defender tanto uma cidade como V.Ex^a defende Vitória da Conquista. E tenho certeza de que ao retornar para a sua Vitória da Conquista receberá um abraço carinhoso de centenas de funcionários públicos, porque reconhecerão que V.Ex^a foi um deputado implacável na defesa dos interesses dos servidores do Estado da Bahia.

Tenho certeza de que aqueles que se dizem representantes de Vitória da Conquista não estão tendo neste momento o mesmo empenho que V.Ex^a está tendo em defesa do funcionalismo público da Bahia e, conseqüentemente, da sua querida Vitória da Conquista. Parabéns, Excelência, pelo belíssimo mandato que vem fazendo nesta Assembleia Legislativa.

Mas, deputado Alan, volto a tratar deste pacote de projetos encaminhados a esta Casa. Vejo aqui o deputado Joseildo Ramos, presidente da CCJ, que tão bem preside esta sessão neste momento. A CCJ é, com certeza, a comissão que mais atua neste Parlamento, justamente porque todos os projetos passam por ela. V.Ex^a, deputado Joseildo, está a perceber que o seu governo, que o governo do PT encaminha projetos a esta Casa dispensando que eles passem pelas comissões.

É realmente lamentável, triste. Fico com a esperança, deputado Pablo, de que de uma vez por todas o atual governo que aí está esqueça essa prática nada saudável

para a convivência entre os Poderes. Nós somos, sim, um Poder independente, mas neste momento estamos agindo como um Poder subserviente, um Poder que envergonha a todos os baianos. É muito triste ver a maioria dos parlamentares desta Casa passar mais de 10 horas sentados, de cabeça baixa, sem poder dar uma palavra, deputado Sandro Régis, porque eles mesmos reconhecem que não têm o que dizer. Olham para os funcionários públicos com um constrangimento absoluto, porque depois do café da manhã de hoje foram convencidos de que devem passar o rolo compressor por cima dos servidores. O mesmo rolo compressor que o Executivo passou para fazer as mudanças do Planserv, deputado Alan Sanches, V.Ex^a que é um médico brilhante, lutou tanto para que esse aumento do Planserv não acontecesse e, agora, também luta para garantir os direitos dos servidores. V.Ex^a está de parabéns.

Os deputados da nossa Bancada da Oposição, no meu modo de entender, hoje, ganham ainda mais o respeito dos servidores públicos do Estado da Bahia, justamente porque estão de consciência tranquila, consciência mais do que tranquila. Viemos aqui e expusemos os nossos pontos de vista. Não somos teleguiados como muitos estão sendo no início de noite de hoje. Vejo, e volto a dizer sempre, que é perceptível no semblante dos nossos colegas a dor que eles estão tendo neste momento de terem que votar contra aquilo que acreditam para servir ao governo. Deputado Zé Neto, V.Ex^a que é Líder, encaminha e sua Bancada lhe serve.

Eu, deputado Alan Sanches, não agiria dessa maneira e sei que muitos deputados da Base do governo já se retiraram, uns dizendo que têm outros compromissos, que não podem ficar, mas não é nada disso, deputado Alan, é o constrangimento. Não vão conseguir, na hora, apertar o Sim, o Sim que acaba com direitos dos servidores.

Vejo, aqui, uns saindo para o jantar, outro indo para casa. Não sei, deputado Zé Neto, se sua Bancada irá lhe atender, mas, se vier a atender V.Ex^a, vier a atender a esse pacote de maldades do Poder Executivo, passarão muito tempo tendo que cumprimentar os servidores deste Estado e ouvir deles as consequências que estão criando na vida pessoal de cada servidor do Estado da Bahia.

Se já está difícil enfrentar a crise em que o PT nos colocou, imagine com a diminuição dos direitos adquiridos, deputado Alan Sanches. Deputado Marquinhos Viana, será um prejuízo incalculável, e tenho certeza que V.Ex^a, que participou desse café da manhã de hoje, junto com a Bancada governista, está desconfortável para votar nesse projeto. Se não está desconfortável hoje estará desconfortável amanhã, ao andar pela Governadoria e pelas secretarias do Estado, quando for cumprimentado por servidores. V.Ex^a pode ter certeza que no coração deles não terá mais um sentimento positivo, porque V.Ex^{as}, hoje, estão prejudicando frontalmente os direitos adquiridos dos servidores do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinhos Viana):- Com a palavra, para discutir, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinhos Viana):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado Pablo Barrozo, além de ser o Vice-Líder da Oposição, é um deputado que se reuniu diversas vezes com os servidores, com os segmentos, com os delegados e se preparou fazer essa defesa, e nada mais justo do que os parlamentares que compõem essa Assembleia se façam presentes para ouvirem o pronunciamento do deputado Pablo Barrozo. Eu tenho certeza de que ele tem o poder de usar argumentos que podem fazer alguns deputados mudarem de ideia, até porque eu não sei quais foram os argumentos que foram utilizados no café da manhã.

Mas, de repente, o deputado Pablo Barrozo tem argumentos tão sólidos e tão fortes que podem fazer a sua base mudar de ideia. Por esse motivo, peço uma verificação de quórum a V. Ex^a justamente para que V. Ex^a possa convocar aqueles que não se fazem presentes para se fazerem e ouvirem o grande deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

Não tem meia hora ainda...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Não tem meia hora que pediram verificação de quórum.

O Sr. Zé Neto:- Pediu às 10h36min.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, não tem meia?! Tem 40 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Eu acabei de chegar aqui...

O Sr. Zé Neto: - Eu tive o cuidado de marcar...

O Sr. Adolfo Viana:- Se V. Ex^a não estava presente, V. Ex^a não pode saber. Mas tem 40 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Não tem problema nenhum. Deputado Luciano, não tem problema nenhum. Eu marquei aqui 10h36min. Não vamos ficar nesse puxa e estica, porque não precisa...

O Sr. Adolfo Viana:- Será que o Líder do governo é quem vai deferir ou indeferir minha questão de ordem...

O Sr. Zé Neto: - Eu marquei 10h36min, são 23 horas, tem 24 minutos que eles pediram...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinhos Viana):- Não tem 30 minutos que fizeram

uma questão de ordem. Há um acordo...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V. Ex^a deferiu minha questão de ordem?

O Sr. Zé Neto:- Pediu no início da fala do deputado...

O Sr. Adolfo Viana:- Leur Lomanto, foi o primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Só um minuto, para eu esclarecer aqui. O deputado Adolfo Viana, que é um deputado realmente exemplar, que conhece o Regimento da Casa, não pode fugir dos acordos. (ininteligível) ... antes de 30 minutos, fica impossível a cada cinco ou dez minutos pedirem verificação de quórum. Eu queria pedir a V. Ex^a, perante um acordo que foi feito aqui, para esperar dar os 30 minutos.

O Sr. Adolfo Viana: - Sr. Presidente, cada parlamentar que sob e à tribuna tem 20 minutos para discutir. Quem subiu foi o deputado Leur Lomanto quando foi feito. Depois eu falei por mais 20, o que já dá 40 minutos, e mais o deputado Pablo Barrozo. Se eu estiver errado, V. Ex^a me corrija. Só se eu estiver errado. Na minha conta, já tem 40 minutos. V. Ex^a que é um deputado coerente e justo vai saber avaliar se eu tenho razão ou não. O nobre Líder do governo pediu para que marcasse o tempo...

O Sr. Zé Neto:- Não tinha como porque quando o nosso amigo Leur saiu, foi pedido... E das duas uma: ou ele falou 30 minutos, ou, então... Não tem como... Aí o Leur Lomanto pediu, foi o tempo de chegar... E V. Ex^a entrou e falou...

O Sr. Adolfo Viana:- Pediu e aí Leur falou.

O Sr. Zé Neto:- Não, na saída dele, V. Ex^a entrou e falou.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V. Ex^a, Viana da parte rica...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Zé Neto acaba de me falar aqui que o pessoal está jantando. Vamos suspender a sessão para acabarem de jantar e quando acabarem de jantar, voltamos porque o assunto é importantíssimo. Não dá para ficarmos aqui discutindo um assunto sério como esse e o Plenário vazio.

Tem 20 minutos, deputado Sandro?

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Não tem, não tem não!

O Sr. Adolfo Viana: - Então, se não tem, eu vou confiar na palavra do Líder Zé Neto e vou retirar a minha questão de ordem. Mas quem vai perder com isso são os deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Ninguém perde, nós temos a noite toda para discutir...

O Sr. Adolfo Viana: - Eu acato a decisão de V. Ex^a, só quero dizer que quem vai perder com isso são os parlamentares que não estão presentes e não vão poder ouvir o deputado Pablo, e aí vão perder de serem convencidos. Não estão aceitando o

contraditório. Foram convencidos hoje no café da manhã e não estão aceitando o contraditório. Mas eu vou ficar com a consciência aqui de V. Ex^a e do deputado Zé Neto que afirmam que só tem 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Esse debate aqui é muito bom e a população está vendo que esta Casa está fazendo realmente o seu papel, que é discutir os projetos oriundos do Poder Executivo.

O Sr. Sandro Régis: - Sr. Presidente, aproveite, bata uma selfie e mande para o povo de Barra da Estiva, porque V. Ex^a está combinando com a presidência. Olhe o sorriso de V. Ex^a, eu sinto que V. Ex^a está de olho na cadeira do deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Substituir o presidente Marcelo Nilo é meio difícil.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo para discutir. Sei que Barreiras está nos assistindo nesse horário. Aqueles grandes eleitores, com quase 10 mil votos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Boa-noite, presidente, amigos e amigas deputados. Isso só me faz ver que estou sendo reconhecido pelo trabalho lá no oeste. Mas, felizmente, a minha maior votação foi aqui na capital, em Salvador, que sou representante e que muito me orgulha. Tive o apoio do prefeito ACM Neto, o melhor prefeito do Brasil, e que é reconhecidamente um político competente, correto, coerente, trabalhador, moderno e que não foge da palavra. Diferente da presidente Dilma, diferente do governador Rui, do PT, que hoje presta um desserviço para a sua história, para a história do seu partido, que nos últimos anos têm sido escrita com manchetes vergonhosas. Manchetes policiaiscasas, digamos assim.

Gostaria, inclusive, presidente, de considerar isso como um debate, porque o que vemos nesta Casa hoje é um monólogo. Vi mais cedo aqui o absurdo e faço questão de questionar e discordar do presidente Marcelo Nilo, que, no encaminhamento da prioridade de uma PEC, disse que a prioridade de uma PEC não é uma PEC.

O deputado Luciano Ribeiro fez uma intervenção e mostrou através do artigo 65, salvo engano, que ele tinha o direito, conforme o artigo, de fazer a verificação, porque teve dúvidas. Mais uma vez, o artigo e o Regimento desta Casa não foram respeitados.

Mas, como nós vivemos aqui infelizmente sob a égide e sob as vontades do governador do Estado, Rui, do PT, esta Casa se curva às suas vontades. Nós, deputados, deixamos de ter o direito de decidir sobre as leis que regulam o nosso Estado, dando esse direito ao governador. Esse direito monocrático, esse direito quase que ditatorial com que o presidente Marcelo Nilo e a Bancada de Governo, com o trator, com o rolo compressor, passa por cima do Regimento desta Casa, passa por cima de qualquer ordem e critério de bom senso. Infelizmente, estamos aqui, mais

uma vez, os deputados de Oposição, a falar por algo em que acreditamos. E, infelizmente, V. Ex^{as} estão preocupadas com o que foi dito no café da manhã hoje.

Esperava que o governador Rui Costa fizesse uma reunião de trabalho e explicasse para os deputados de Governo, para os deputados de Oposição e para toda a sociedade baiana o que ele quer, além de “pagar o pato” de uma administração falida, que vem há 9 anos botando nosso Estado pobre. E pobre até no debate, que é o que acontece nesta Casa.

Estamos aqui há 9 anos e a segurança pública do Estado, abandonada. Estamos aqui há 9 anos com os baianos sofrendo. Todos que vivem e convivem em Barra da Estiva, em Conquista, em Feira, aqui em Salvador...

Em Itaguaçu da Bahia, meu querido deputado Reinaldo, todos, sem exceção, sabem que na Bahia não temos paz de espírito, porque a segurança pública se perdeu. Os desmandos acontecem, o crime organizado tomou conta e o governador gosta de aparecer na foto como um homem democrático.... Infelizmente não consigo reconhecê-lo como governador, até por que vejo que ele foi eleito... Até hoje não consigo gravar a fisionomia dele, porque pouco o conheço, não conheço a história e infelizmente não consigo gravar a fisionomia do governador do Estado da Bahia. Mas sei, e o conheço pelos projetos que encaminha para esta Casa, e os projetos que encaminha para esta Casa são projetos maléficos para o progresso, maléficos para o desenvolvimento e maléficos para o bom andamento do nosso Estado, que vive na segurança, na saúde e na educação, prioritariamente, deputado Herzem, abandonados.

Um governador que elege o pacto pela educação como sua principal bandeira, foi a propaganda, ele esteve aqui para dizer a todos nós baianos, para dizer aos deputados. Em contraponto, enquanto elege o pacto pela educação como sua principal bandeira, bandeira esta que você olha e não vê nada, não vê nenhuma ação do governo efetiva, e aí gostaria que algum deputado do governo viesse aqui dizer uma ação efetiva, porque eu prometo, porque eu não uso essa tribuna para falar, gostaria, deputada Maria Del Carmen se quisesse se pronunciar, gostaria muito de ouvi-la. E no contraponto que elege o pacto pela educação como sua principal bandeira, faz uma redução dos investimentos nas universidades que estão combalidas, estão sucateadas, estão abandonadas as universidades estaduais.

O que o governo do Estado do PT faz é apenas tentar tapar o buraco de 8 anos bancando os seus apaniguados, bancando os seus queridinhos do MST, bancando os seus queridinhos sindicalizados, bancando aquela turma que nunca trabalhou na vida, só fez baderna, a maioria em sindicato, diga-se a verdade, e que está hoje, aqui, dizendo que representa o povo baiano. Se representasse o povo baiano ouviria as vozes das ruas. Mas não representa.

Infelizmente o governo do PT está aí para nos desonrar, nos desmerecer, e aqui como deputado de Oposição fico bem à vontade, porque não aceito a forma desse partido fazer político, eu não aceito essa mentira contada mil vezes para tentar virar verdade, e eu não aceito esse governo da propaganda da espuma, que gasta 86

milhões até o mês de novembro em segurança pública e em saúde gasta 40, a metade.

Eu gostaria que os deputados de governo que estão aqui presentes esclarecessem isso, que gasta 86 milhões em propaganda e gasta 40 em educação. Isso são dados, deputado Marquinhos, V.Ex^a que vive numa região sofrida e que não recebe benefício nenhum do governo do Estado, e que tem que carregar esse problema nas costas, defendendo um governo despreparado e incompetente. Mas V.Ex^a, como a maioria da Casa, sabe que os dias desse governo estão contados. E mais uma prova disso é hoje, porque os servidores públicos haverão de reconhecer quem realmente estava do lado deles. O deputado Sandro Régis, nosso Líder, lembrou muito bem: a grande maioria dos funcionários desta Casa faz parte desses, porque perderão direitos também, e quando sentirem, deputado Herzem, no bolso, como sentiram no contracheque este mês por causa do Planserv, irão, verdadeiramente, reconhecer.

Eu ando de cabeça erguida, como todos os deputados de Oposição andam de cabeça erguida aqui pela Casa, e os servidores nos puxam pelo braço para pedirem ajuda, para demonstrarem a sua revolta e mostram, e vemos nos olhos dessas pessoas o quanto elas estão revoltadas. Nós entendemos o ódio nacional que é reverberado pelas ruas de todas as formas, de uma forma infeliz e de forma feliz pela população. Tem pessoas que fazem isso de forma infeliz, é verdade. Mas eu entendo o ódio dessas pessoas porque foram traídas, foram envolvidas, entraram num balaio de gato com uma mentira deslavada de uma senhora que deveria zelar por sua história. Entraram numa mentira deslavada, contada por um senhor que tinha uma história de vida bonita, até o ponto que mostrou que a intenção dele era, realmente, se beneficiar, beneficiar sua família e um projeto de poder para o país. Enquanto isso vemos absurdos acontecerem aqui e colegas nossos virem aqui a defender, até tratar de Venezuela, de Bolívia.

E até entendo essa defesa do PT por Venezuela, porque quando o ex-presidente..., o ex-presidente, não sei se é Lula, Lula, o ex-presidente Lula, é porque eu esqueço o nome, porque é tão irrelevante que às vezes a gente até esquece, o ex-presidente Lula, antes de seu primeiro mandato era bancado por esses países, países esses que são fortalecidos pelo narcotráfico, que são fortalecidos pelo trabalho escravo, que são fortalecidos por todas as formas ditatoriais de se fazer política, aqui e na América do Sul, país muito mais subdesenvolvido, muito mais desinformado que o nosso. E esses países eram os países que bancavam Lula.

Hoje, qualquer petista de alto escalão tem que defender esses países, porque foram eles que pagaram as contas de eleições do PT que fizeram eles, assim como nós pagamos contas hoje de Cuba, da Venezuela, desses favorezinhos que o governo do PT federal presta, que não são, nada mais, nada menos, do que pagando favor feito por eles próprios.

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Concedo o aparte ao nobre deputado Alan

Sanchez, com muito prazer.

O Sr. Alan Sanchez:- Deputado Pablo Barrozo, eu estava aqui atentamente aprendendo com o seu discurso, inclusive com suas caminhadas na América, inclusive na América, Venezuela, América do Sul, quando nós sabemos que são governos, hoje, para mim falidos, quando a gente vê que a pessoa tem que ter o número da identidade, aquele número só pode ir no supermercado naquele dia, você só pode abastecer o carro naquele dia. Ou seja, as pessoas começarem a achar que um governo desse, um governo de recessão, é democrático e bom para a população, eu não sei mais o que pensar.

Mas, eu vejo que hoje com essa presença dos servidores aqui, o que faltou, realmente, no projeto do Planserv, deputado Pablo, quando não perceberam, começaram a dizer que era uma besteira, que não pegava em quase nenhum dos servidores, e agora estão percebendo que pegou em praticamente todos, quando acometeu e comprometeu o contracheque de toda a maioria dos servidores.

O que eu acredito, e o que os servidores vão estar acompanhando, o que deve ser feito, é a mobilização. Mas, quando a gente fala em mobilização de servidor é greve. Quando se faz, vai ser a única forma de barrar, porque nós sabemos que a Oposição, com seus 21 deputados, não terá condição. A gente vai levar, vai obstruir, vai chamar a atenção da mídia, vai chamar a atenção da sociedade, dizer o absurdo que está sendo feito com os servidores, mas precisa de uma mobilização também da categoria, precisa da mobilização também dos servidores, não só para vir aqui, mas tem que fazer uma grande manifestação contra esse governo do arrocha, esse governo ruim, que, realmente, vai pegar esse nome, não tenho dúvida disso, que a partir de agora começa a ser chamado de governo Ruim Costa.

O Sr. Herzem Gusmão; Um aparte, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- () Eu incorporo as palavras do nobre deputado Alan Sanchez, agradeço a participação e concedo o aparte ao deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Pablo, obrigado por ceder o aparte.

Acompanhando a sua bela explanação, as críticas de V.Ex^a, me fez lembrar de um grande líder inglês, antes do início, portanto, da Segunda Guerra Mundial. Veja como está atual a frase dele, antes da Segunda Guerra Mundial, quando o deputado Pablo faz alusão ao chavismo, ao fracasso do governo da Venezuela, à ditadura venezuelana, e que contou com o aval ou com o silêncio da omissão do PT.

E antes da Segunda Guerra Mundial, o Líder, quando ele estava naquela reunião para decidir o combate a Hitler, as três potências, Estados Unidos, com Roosevelt, Stalin, foi algo bom que ele fez pelo planeta, e ao lado do inglês, Churchill, ele dizia ali, naquela mesa, que o socialismo é o Evangelho da inveja, o credo da ignorância e a filosofia do fracasso. É o que nós estamos vendo ainda desse saudosismo do socialismo é o evangelho da inveja, o credo é da ignorância e a

filosofia, do fracasso. É o que estamos vendo ainda desse saudosismo, do socialismo albanês, cubano e etc. Muito obrigado, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Deputado, agradeço a participação e incorporo ao meu discurso o seu aparte, porque vejo que hoje podemos ver que a raiz desse partido que governo hoje o país, o Estado é uma raiz que apodreceu. Nós vemos nos atos contínuos do governo federal e do governo do Estado, a falta de sensibilidade.

Quando o homem perde a sensibilidade, sobretudo o ser político, perde o respeito, porque perde, inclusive, o norte, perde a linha e o governo, hoje, tanto o federal quanto o estadual, estão perdidos. O estadual sempre foi um governo manco, porque sempre se elegeu nas costas da popularidade do governo federal e através do bolsa-família. Mas, não vamos discutir aqui essa eleição, porque todos sabemos dessa história.

Mas, quero aqui mostrar e relatar o governo que nós temos, o governo que traz para cá projetos de lei, um governo manco, fraco, um governo que se fala num momento de crise econômica, e vem aqui aumentar ICMS para aumentar sua arrecadação, inclusive ICMS sobre o plástico. Tudo que for embalado vai aumentar o preço. E a culpa, deputado Marquinho, é dos deputados que votarem a favor do aumento de ICMS.

E aqui, com todo respeito, com certeza V.Ex^{as} terão peso nessa decisão e os servidores estarão atentos à decisão de V.Ex^{as}, porque quem muito abaixa...A regra é assim, quem muito abaixa e todos sabem o que essa regra diz. E V.Ex^{as} passaram o ano todo aqui a pão, esmola e não viram na base dos seus municípios, nenhuma forma, nenhum reconhecimento de trabalho, porque esse governo do Estado é fraco, e nunca levou nada, deputado Gika, a Serrinha.

Esse governo do Estado está tratando vocês a pão e água. Agora, finalizando o ano, quer no chicote que se aprove essas medidas de forma urgente, sem discutir, porque, deputado Marquinho, V.Ex^a que é um estudioso da história contemporânea e da história antiga, conhece muito bem Maquiavel, e Maquiavel dizia que o mal tinha que ser feito de vez. O bem aos poucos, mas o mal de vez e o deputado Zé Neto, que pelo que vi, incorporou Maquiavel, junto com o governador Rui Costa, está aqui a rir de um assunto tão sério, dos servidores públicos do Estado da Bahia, dos defensores, e dos policiais militares, Prisco, que recebem um salário desse tamanho, que prestam um serviço para nós, que garantem estarmos aqui em sociedade convivendo, mas infelizmente, não são reconhecidos, porque o governador só faz persegui-los.

V.Ex^a é um vitorioso, está aqui resistindo e nós estaremos aqui um dia comemorando a Bahia, estando na mão de pessoas que olham nos olhos dos baianos e não baixam a cabeça. Assim como os deputados que votarem a favor do aumento do ICMS, a favor da mudança da redução, da meta fiscal para o governo dar a pedalada e acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal que nada mais é que a conquista de que se cumpra a lei e que se tenha um Estado honesto...

Infelizmente, o assunto é sério e o deputado Alex Lima até risada deu. Eu gostaria, se V.Ex^a quiser usar a tribuna, porque passei a tarde e a noite toda aqui e não vi V.Ex^a, além do sorriso, falando nenhum minuto sobre os servidores públicos estaduais. Não vi aqui nenhum minuto V.Ex^a vir aqui a público para falar sobre os servidores públicos.

Se V.Ex^a quer usar, porque eu passei a tarde e a noite aqui e não vi V.Ex^a falando nem um minuto sobre os servidores públicos estaduais. Só vi o sorriso. Se V.Ex^a quer fazer uso, faça uso. Se V.Ex^a quer ser respeitado, respeite quem está na tribuna falando. Porque não estou aqui, às 23h30m, para ouvir risada em meio a esse assunto tão sério dos servidores estaduais.

Então se V.Ex^a quiser o aparte está concedido. Mas estou vendo que V.Ex^a se cala mais uma vez, diante dos desmandos do governo do Estado e dos projetos de lei que estão aí a envergonhar todos os baianos. Porque V.Ex^a mais uma vez não prestou atenção e não pode se convencer pelos dados que para cá trouxe.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente. Mas gostaria que V.Ex^a levasse em conta que fui interrompido por uma brincadeira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, V.Ex^a fica muito bem aí. Eu acompanho suas andanças pelo interior, V.Ex^a está trabalhando tanto que parece que vai ser candidato a deputado federal. Já estou profetizando. Mas, Sr. Presidente, nós que estamos nesta noite de batalha de votação do primeiro turno do Orçamento, mas também do pacote de maldades que o governo Rui “Maquiavel” Costa encaminhou aqui para a nossa Assembleia Legislativa.

Vejo os colegas que ainda não se preocuparam, mas que se vão preocupar quando a mobilização dos servidores acontecer e chegar até aqui. Tenho certeza absoluta que o governo Rui Costa voltará atrás com relação às novas medidas de estabilização econômica dos servidores.

Sr. Presidente, pelo adiantado da hora e pelo respeito aos colegas da Oposição, gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para dar continuidade a esta sessão.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, que seja dado o tempo regulamentar para que os Srs. Deputados se desloquem para o plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Acato a sua solicitação.

Que seja marcado o tempo regulamentar.

Há uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Solicito aos Srs. Deputados que estejam no cafezinho, restaurante, compareçam ao plenário para marcar a presença.

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente quem pediu a V.Ex^a que a verificação de quórum fosse nominal?

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- O Líder do governo.

O Sr. Sandro Régis: - Não escutei, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Mas está gravado nos Anais desta Casa.

Há uma verificação de quórum, solicitada pelo deputado Alan Sanches, para a continuidade da presente sessão. Solicito aos Srs. Deputados que estejam no cafezinho, restaurante, que compareçam ao plenário para marcar a presença.

O Sr. Zé Neto: - Há uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Solicito aos Srs. Deputados que estejam no cafezinho, restaurante, compareçam ao plenário para marcar presença. Nós temos apenas 11 deputadas e deputados em Plenário. Sr. Presidente, neste momento, aproveitando que temos um espaço de tempo para falar, queria apenas lembrar como informação que para o Executivo não haverá, praticamente, nenhuma mudança com relação aos direitos dos trabalhadores, especialmente licença e pagamento indenizado de férias, pois, desde 2010, com um Decreto do governador Jaques Wagner, o Estado já não comprava férias e nem indenizava licenças remuneradas e isso não mudou. Então, praticamente, não houve nenhuma perda de direitos.

O outro aspecto que eu queria lembrar é que ouvi a Oposição falando muito sobre a questão da perda de direitos. A Oposição esqueceu que entre 96 e 97, no governo Fernando Henrique, foi que, em nível nacional, os servidores perderam não só quinquênio, anuênio, mas também perderam licença. Então foi exatamente nos anos de 96 e 97, ao comando do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que o Brasil e os trabalhadores perderam, realmente, muitos direitos.

Neste momento, queremos salientar que com relação à questão da estabilidade discutiremos ainda uma forma de transição. Isso está combinado com a Bancada do governo, inclusive, disse há pouco à Oposição que se tiverem alguma opinião que possa colaborar no sentido de aprimorar a regra, que nós também, como sempre fizemos, claro hoje temos uma disputada natural do processo democrático, mas tenho certeza de que quando a Oposição traz algum adendo ou alguma situação que possa ser apreciada por nós e que possa acrescentar, aprimorar, os nossos projetos, claro que nós vamos, sim, ouvir a Oposição.

Então é um processo que está caminhando para um desfecho que, do meu ponto de vista, vai chegar a um denominador adequado, e vamos, até semana que vem, debatendo um pouco mais sobre essa situação da transição com relação à estabilidade. Lembrando que apenas dois estados no Brasil têm estabilidade. Hoje, nós estamos aqui a discutir, mas apenas dois Estados têm estabilidade.

Não queremos fazer outra coisa senão ajustar as contas do Estado, manter o pagamento dos salários, manter o pagamento dos 13ºs de todas as categorias e manter as contas do Estado da Bahia em dia.

Ontem, foi dada uma notícia com relação ao Rio de Janeiro que tem um Orçamento que é mais do que o dobro, porque a Bahia tem um Orçamento de 41 bilhões e o Rio de Janeiro de 92 bilhões. É mais do que o dobro de um orçamento que, hoje, atende a 16 milhões de habitantes e a Bahia tem 15 milhões. E, ontem, o Rio de Janeiro anunciou que dividirá o pagamento de salários e não há ainda segurança sobre o pagamento do 13º dos servidores cariocas.

Então essa é uma situação que deve, sim, preocupar a todos e não se trata apenas de uma situação de governo, mas uma situação que diz respeito ao Estado, à nossa economia e ao conjunto de ações que devem ser defendidas por esta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Nobre Líder, o quórum foi restabelecido. Há número para continuar a presente sessão. Antes, porém, vou conceder uma questão de ordem ao deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Agradeço a gentileza de V.Ex^a, presidente.

Estou atentamente ouvindo a explanação do Líder Zé Neto. Foi assim com o Planserv, que não ia ter problema, que ia ser uma maravilha. Quando o servidor recebeu o contracheque, tomou um grande susto. Assim será com o “pacote da maldade”. Os efeitos virão, não temos nenhuma dúvida.

Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra, para discutir, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, eu já estive aqui nesta tribuna e era, exatamente, às 15 horas. De lá pra cá, fiquei, aqui no Plenário, atento aos pronunciamentos dos nossos Líderes e Vice-Líderes que estavam encaminhando a votação dos regimes de urgências como também as prioridades em dois projetos.

Meu caro deputado e nosso grande Líder Sandro Régis, durante este período, eu pude fazer uma reflexão acerca da maioria dos projetos de lei, aqui apreciados em regime de urgência, assim como os 2 projetos de lei apreciados em suas prioridades, como de resto, ou seja, a maioria dos projetos passados por esta Casa no decorrer deste ano.

Eu pude perceber, deputado Herzem Gusmão, que a maioria deles gira em

torno de duas palavras: dinheiro e Orçamento.

Esta é a grande realidade.

Vejam, falar em Orçamento é, exatamente, a matéria em tela, qual seja, o projeto de lei que nós estamos, neste momento, discutindo. Estamos a apreciar o Orçamento que o Poder Executivo apresentou a esta Casa para o ano de 2016.

Mas eu acho importante ressaltar alguns pontos. Antes de se falar no Orçamento de 2016, que é o projeto de lei que nós estamos aqui apreciando, acho, extremamente, necessário, meu caro deputado Alex Lima, nobre presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, retroagirmos, pelo menos, ao de 2014.

Aí, nós vamos entender e perceber, de forma clara, a situação financeira para a qual a Bahia caminha, pois ela não é somente causa da crise econômica mundial ou da crise econômica do País, nem mesmo da crise política, nem mesmo da crise moral pela qual passa o País. Ela, também, tem a sua característica e a sua causa própria.

Queiramos ou não, houve, no passado como ainda há no presente, uma gastança descontrolada do dinheiro público.

Eu falei, aqui, no primeiro semestre que nós, políticos, nós, do Poder Legislativo, do Poder Executivo, aliás, a política nacional, de um modo geral, melhor, os políticos devem ficar mais atentos e observar a qualidade do gasto do dinheiro público.

Durante o primeiro quadrimestre deste ano, eu tive a oportunidade de participar da primeira apresentação do Exmº Sr. Secretário da Fazenda, Manoel Vitório, a quem eu reputo uma pessoa de bem, educada, gentil. Isso facilitou a relação com toda a bancada, sobretudo de Oposição, pelo respeito e pela consideração que nós aprendemos a ter por ele.

Mas eu fiz um questionamento ao secretário Manoel Vitório àquela época sobre os gastos do governo passado que foram embarrigados e empurrados para o Orçamento deste ano de 2015.

Eu percebi que, ali, eles tinham usado de um artifício, nas áreas financeira e contábil do Estado, para atingir a meta fiscal definida para o ano passado. Na verdade, ali foi feita uma química e, aliás, tal química foi para as manchetes dos jornais, inclusive, jornais de circulação nacional.

O Estado da Bahia foi um dos poucos do País a atingir a meta fiscal quando, na verdade e a rigor, a história não foi bem esta. Houve gastos excessivos e descontrolados por parte do governo do Estado da Bahia sobretudo nos anos de 2013 e 2014. Tais gastos excessivos e descontrolados trouxeram e levaram a essas consequências de dificuldades pelas quais o Estado já começa a passar e vai piorar ainda mais!

Então, V.Ex^{as} e o meu caro deputado Sandro Régis, vejam constar no balanço

do governo, melhor, no balanço do exercício passado, como superavit primário o valor de R\$ 1,130 bilhão. Contudo, houve mais despesas durante os exercícios anteriores, que são aquelas averiguadas no exercício seguinte, que não foram contabilizadas no exercício no qual, de fato, ocorreram as despesas. Isso tudo deu algo em torno de R\$ 1,6 bilhão, ou seja, esse valor foi trazido para o Orçamento deste ano de 2015! E este governo já liquidou quase a totalidade deste valor!

Então, evidente e verdadeiramente, não houve superavit primário no ano passado! No ano passado, houve, sim, um deficit primário de, aproximadamente, R\$ 500 milhões. A partir daí, este governo, governo de continuidade ao anterior, sofre as consequências dos seus próprios atos no que diz respeito às questões financeiras e orçamentárias do governo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Quero dar um aparte ao nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nobre deputado Hildécio Meireles, V.Ex^a, com maestria, sobe a esta tribuna e trata de um tema, extremamente, técnico e de difícil compreensão aos leigos daquilo que se chama Orçamento.

Sinceramente estou, não surpreso, mas encantado com a explanação de V.Ex^a a respeito das situações fiscal e financeira do Estado da Bahia e da gestão que, ora, está aí.

Lamentavelmente, o governo do PT, durante a sua vida inteira, fala em orçamento participativo e, contudo, tal fala não se tem traduzido, na prática, para aquilo que compõe o seu discurso.

Estamos vendo este Orçamento maquiado como V.Ex^a está expondo, com maestria, através de uma demonstração impecável, que a gestão fiscal do Estado não tem existido ao longo do tempo. E, aí, as consequências estão sendo danosas para este ano.

Daí, as consequências são essas a que estamos assistindo como, por exemplo, o aumento da carga tributária através dos aumentos das alíquotas do ICMS. E tudo isso virá nas costas dos servidores e do povo baiano para se dividir a conta de um Estado mal gerido!

Por isso, quero parabenizar V.Ex^a pela excelente explanação nesta noite.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Hildécio, gostaria que V.Ex^a, quando tivesse oportunidade, me concedesse um aparte também.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Deputado Luciano Ribeiro, agradeço e incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento.

O Sr. Herzem Gusmão:- Gostaria, também, deputado, de solicitar um aparte.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Meu caro deputado Fábio Souto, o deputado Herzem já tinha solicitado antes. Então, logo em seguida, eu passo a palavra para V.Ex^a.

Com a palavra o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Hildécio Meireles, meu colega de partido, em relação à maquiagem e aos números do mês de março, que a gente não esquece com a presença do secretário Manoel Vítório, a Bahia tinha R\$ 4,6 bilhões guardados, repito, R\$ 4,6 bilhões guardados.

Ora, deu para entender o que aconteceu no momento em que o governador Wagner estava indo para Brasília, pois o Brasil, quebrado e a Bahia, também. Mas ele, Wagner, precisava chegar a Brasília com a fama de um grande gestor ao comprovar ter deixado, nos cofres públicos do Estado da Bahia, a quantia de R\$ 4,6 bilhões! Esta maquiagem foi uma plataforma política para Wagner, pois o seu sonho era o de ser candidato à Presidência da República.

Mas, logo e rapidamente, nós sentimos que a realidade da Bahia era outra.

Havia uma maquiagem nas contas, e o Estado estava quebrado, como estamos observando, deputado, com a chegada desse pacote de maldades que o governador mandou para esta Casa. Portanto está aí mais um dado importante do dinheiro virtual do PT, da irreabilidade do governo.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Herzem Gusmão.

Com a palavra deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a, com seu conhecimento, como deputado que estuda profundamente os temas que debate nesta Casa, como auditor fiscal, como deputado que se aprofunda sempre nos termos, coloca com muita clareza aqui para todos nós a gravidade da situação fiscal do Estado da Bahia. V.Ex^a deu uma verdadeira aula sobre essa questão fiscal, demonstrando o que é discurso e o que é realidade.

No último ano, o governo aumentou a alíquota da gasolina, dos combustíveis, aumentou a participação dos servidores público no Planserv; agora, com essa PEC, tira vários direitos dos servidores públicos. A realidade é esta, é o que está no papel.

O que vemos é o Estado, que pode reduzir os custos da máquina, reduzindo secretarias, cargos comissionados, escolhendo os servidores públicos para pagarem essa conta.

V.Ex^a está de parabéns pela profundidade que faz no seu pronunciamento aqui. Nós da Oposição estamos muito bem amparados com um técnico do seu conhecimento, que sempre aborda os temas de orçamento com muita tranquilidade e muito conhecimento, deixando as coisas bastante claras para os deputados desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Pois não, deputado Fábio Souto. Logo te darei o aparte, meu querido amigo deputado Joseildo Ramos. Vou concluir meu raciocínio na continuidade do raciocínio dos deputados Luciano, Fábio e Herzem Gusmão.

Nesse período houve duas coisas antagônicas que temos que considerar: de um lado, o desejo insano do governo em arrecadar, em obter mais créditos através de financiamento, seja interno e externo; do outro lado, as maldades, as retenções, o índice menor do que a inflação para corrigir o salário de funcionário, o ônus para o funcionário público do projeto de lei do Planserv, os projetos de lei que apreciamos e votamos as urgências, o projeto de lei do ICMS – que também onera a economia baiana de modo geral.

Li uma coisa interessante de um pensador dessa área que dizia: “Os países organizados, na crise, reduzem a carga tributária. No Brasil é o contrário: aumenta-se a carga tributária na ilusão de que aumentará a arrecadação”. Na verdade, quando se aumenta a carga tributária, aumenta-se a informalidade do outro lado, aumenta-se a sonegação, aumenta-se o contrabando e conseqüentemente se diminui a arrecadação tributária, se diminui a possibilidade do Poder Executivo conseguir mais recurso.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Na sua frente tem o deputado Joseildo.

Chegamos, também, ao projeto de lei de ajuste da meta fiscal para 2015. Perguntei para o secretário da Fazenda, no primeiro semestre, qual era o artifício que ele usaria para fechar o exercício da forma legal como manda a lei de responsabilidade fiscal. Naquela ocasião, ele não respondeu. Hoje, está aqui a resposta, ajuste da meta fiscal. O governo sai de uma meta de aproximadamente 890 milhões positivo para um ajuste de aproximadamente 1 bilhão e 250 milhões negativo.

Eu quero em rápidas palavras, meu caro Luciano, que V.Ex^a pegue como exemplo o seu orçamento doméstico. V.Ex^a diz: eu vou receber X e tenho de despesa Y. O que sobrar, V.Ex^a define uma meta: eu preciso economizar 10 milhões de reais para os meus débitos, juros, financiamento da casa própria e financiamento de veículo. Se V.Ex^a conseguir de fato economizar o que definiu como meta, V.Ex^a atinge, senão quer dizer que não está conseguindo pagar a dívida e nem também os juros daquela dívida. Portanto, está aí hoje a resposta do secretário. É esse artifício que é uma ilegalidade, é uma desobediência à lei de responsabilidade fiscal.

Quero passar a palavra ao nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:-Agradeço de imediato o aparte que V.Ex^a me concede. Estou usando este breve espaço do seu discurso para contextualizar algumas questões que acho que comporta bem em parte do discurso de V.Ex^a. Por exemplo, dos 27 estados, inclusive o Distrito Federal, 18 unidades federativas estão com

contingenciamento severo. Desses alguns nesta semana, a exemplo do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte começaram a parcelar os salários de servidores estaduais. Primeiro, começou com Rio Grande do Sul. O PIB do Paraná, do Rio Grande do Sul, São Paulo com dificuldades, extrapolou agora o limite de gasto com pessoal. Pernambuco está entre os 18. A Bahia ainda não está. Medidas preventivas virão nesse sentido. Darei apenas um exemplo que V.Ex^a, que é uma pessoa preocupada vem originariamente do fisco, só para ilustrar uma questão de que existem distorções que precisam ser resolvidas. Por exemplo, está muito longe na Bahia de se permitir e se fazer a fiscalização necessária para fruição ou até pagamento em pecúnia de licença prêmio.

No Poder Judiciário, ano passado, teve um saque de licença prêmio em pecúnia de um funcionário que foi mais de 800 mil reais na Bahia. São casos que não são normais e que precisamos tomar providências. Isso não é normal. Alguém pode dizer: é direito. Direito distorcido. É justo com restante do funcionário público? Porque isso está no topo da pirâmide de quem decide no funcionalismo público estadual. Então, há situações que é preciso pesar para que efetivamente isso não fique sem fazer parte das discussões. Apenas isso que eu queria pontuar.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputado Joseildo. Com a palavra, deputado Zé Neto. Sr. Presidente, depois, eu preciso concluir.

O Sr. Zé Neto:- Só duas questões. O primeiro V.Ex^a colocou o que está se fazendo é um ajuste exatamente para conciliar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. E outra situação, temos um equívoco brasileiro, acho que é muito um engodo que fomos engolindo há muitas décadas de que aqui se cobra mais imposto do que lá fora. É mentira. Aqui, se cobra mais imposto nada.

Aqui os cidadãos comuns, a classe média e os consumidores pagam mais impostos, entre aspas. Lá fora, as fortunas...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. Zé Neto:- (...) aqueles que têm seus lucros pagam muito mais impostos, e aqui são protegidos por uma política, infelizmente, adotada há muitos e muitos anos, que protege aqueles que têm fortunas. V.Ex^a tem visto como são tratados os jogadores de futebol, os grandes milionários da música, lá fora não tem conversa. Aqui no Brasil basta abrir uma corporaçãozinha ou, como vejo, fazer uma loading, escondem seus patrimônios e quase não pagam nada. Nós, como servidores públicos, podem ter certeza que estamos pagando mais imposto de renda do que muitos milionários que escondem suas fortunas. Isso não mudará tão cedo se nós, da política, não abrirmos os olhos para o que acontece no Brasil há décadas.

Acho que isso não é de um nem de outro partido, isso é de uma consciência que tem de ser tomada por quem de fato está na vida pública, que somos nós, de todos os partidos, para que essa país faça o que a Europa faz há muito tempo. Com certeza lá os impostos são muito mais vultosos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Concordo, deputado Zé Neto - para concluir, Sr. Presidente – mas essa bandeira de tributar as grandes fortunas sempre foi do Partido dos Trabalhadores, que está no poder há praticamente 13 anos, portanto, acho que ninguém melhor do que o Partido dos Trabalhadores. Concordo com V.Ex^a, as grandes fortunas têm de ser tributadas, sim, concordo, mas está nas mãos do partido.

Deputado Joseildo Ramos, concordo que medidas preventivas têm de ser adotadas, mas têm de ser todas. Esse governo já conseguiu...

PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) há mais do que o governo passado, 23% a mais só com pessoal.

PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Para concluir, Sr. Presidente, é preciso que de fato medidas sejam adotadas, sobretudo medidas justas e até específicas, como no caso que V.Ex^a falou. Tenho de me reportar à Bahia. O problema do Rio de Janeiro ou de São Paulo é outra coisa. Tenho de me reportar à Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para discutir, o nobre deputado Tom Araújo pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Terça-feira está indo embora, praticamente já se inicia a quarta-feira, e nós, aqui, travando uma batalha em defesa dos servidores públicos do Estado. Praticamente não ouvimos os deputados de governo defenderem o governo ou simplesmente dizerem por que estão acompanhando o projeto de lei apresentando pelo governo, essa PEC, para retirar as conquistas de anos e anos que os servidores tiveram.

Tenho a dizer desta tribuna que não consigo entender como um governo que diz estar com as contas públicas em dia, como ouvi atentamente o deputado Hildécio Meireles - V.Ex^a inclusive faz jus ao título de deputado destaque 2015 que recebeu da Imprensa, quero parabenizá-lo – que falou com muita propriedade e com muita lucidez, e ponderou que, inclusive, o governo não deveria estar recorrendo a empréstimos para tentar sanear as contas públicas ou até mesmo penalizar os servidores públicos. Tudo é uma questão de prioridade, é uma questão do governo decidir onde cortar.

O PT, que já vemos governando o nosso país há algum tempo, demonstra que a capacidade administrativa que tem é uma coisa extremamente falida. Eles não conseguem cortar na própria carne, porque querem beneficiar e continuar mantendo a estrutura política. O PT tem uma estrutura política de projeto de poder e não de projeto de governo. E é isso que assistimos a cada dia! O País está praticamente

acabado, arrasado. Não encaramos esse posicionamento do PT. Essas medidas que o PT adota não deveriam fazer com que o funcionário viesse a ser penalizado da forma como está sendo.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO:- Deputado Fábio Souto, só um minuto para eu concluir o meu raciocínio.

Há pouco mais de quatro meses, passamos aqui 30 horas fazendo obstrução a uma autorização de empréstimo de R\$ 1 bilhão e 600 milhões que o governo estava solicitando, e eu me pergunto: para que pedir autorização à Assembleia Legislativa para tomar recursos financeiros e não ter a capacidade de demonstrar a destinação desses recursos?. E pouco tempo depois vir com um pacote de última hora? Todos nós fomos surpreendidos com essa PEC do governo. O que se estava discutindo era o PPA e o Orçamento de 2016, mas, de uma hora para a outra, o governador encaminha para esta Casa um projeto tirando benefícios.

Vimos, aqui, hoje...

O Sr. Adolfo Menezes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO:- Só um minuto, deputado Adolfo Menezes.

Assistimos os servidores públicos estaduais virarem as costas para este Plenário, e muitos deputados do governo foram incapazes de subir nesta tribuna para explicar até mesmo a dificuldade que o governo está tendo. Eles foram incapazes de chegar, aqui, e tentar uma alternativa para, pelo menos, imaginarmos que os deputados de governo não estão votando somente para atender ao seu chefe.

Quando ouvi vários deputados tratarem essa questão que o governo está impondo à Assembleia.... Isso é praticamente uma imposição, porque tudo o que o governo manda para cá é aprovado. Mesmo que a gente faça obstrução durante 10, 12, 20 horas com certeza será aprovado, porque o governo tem ampla maioria nesta Assembleia. Basta uma conversa!

O governador marcou um café da manhã hoje, chamou os deputados e disse: Olha, eu preciso aprovar, tirar os benefícios dos servidores, porque o governo do Estado está com muita dificuldade. Tudo é uma questão de prioridade. Por que se gasta tanto com propaganda? Por que penaliza os servidores públicos do nosso Estado para ajustar contas? É melhor gastar o dinheiro de maneira responsável, não irresponsável.

Concedo um aparte ao deputado Fábio Souto. Depois concederei aos deputados Herzem Gusmão, Adolfo Menezes e Pablo Barrozo.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Tom Araújo, eu lhe agradeço pelo aparte.

Há pouco conversava com os deputados Hildécio e Luciano, e fizemos uma reflexão. Imagine este ano, não é? Este ano o Brasil terá uma inflação, deputado Sandro Régis, de mais ou menos 10,5% – é o que está previsto –, e o funcionalismo

público teve um aumento de 6,3%, se não me engano, que foi dado parcelado. Esses 6,3% viram 5% de aumento real. Então, só aí vocês observam a corrosão, a perda que o funcionalismo público não só da Bahia, mas de vários Estados e do governo federal teve. Somado a isso ainda tivemos o projeto do Planserv, que esta Casa votou há 15 dias. Ficou claro no último contra-cheque que os funcionários perderam e muito com esse acréscimo, sobretudo nos dependentes do Planserv, que aumentou significativamente.

Essa PEC vem tirar direitos adquiridos do funcionalismo e o ICMS também. Ninguém se engane, deputado Tom. V. Ex^a, que é deputado, mas é comerciante, também, sabe que o empresariado não vai ficar sem repassar esse aumento. Eles terão um acréscimo de 1% no ICMS e vão repassar. Isso vai gerar inflação, mais desemprego. Enfim, eu concordo.

Hildécio Meireles falou uma coisa importantíssima: o governo tem que rever essa política econômica, porque talvez a receita esteja errada. A economia, agora, precisa de incentivos, que o governo tire tributos, tire impostos. Mas ele está colocando mais. A perspectiva, infelizmente, é de nossa economia sofrer ainda mais no ano que vem.

Eram essas as observações que queria fazer e agregar ao belo pronunciamento de V. Ex^a.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Agradeço o aparte do deputado Fábio Souto e o incorporo ao meu discurso.

Concedo um aparte ao deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Obrigado, deputado Tom Araújo, por sua gentileza.

Deputado, esse café, hoje pela manhã, foi um café mágico! Extraordinária a capacidade do governador para convencer os deputados governistas.

Eu vejo, aqui, deputado Tom Araújo, duas laudas e meia de projetos. São 25 projetos e 15 em regime de urgência. A ponto da deputada Luiza Maia, que foi a primeira a falar hoje - ou ontem -, reconhecer que saiu de lá sem condição de assimilar.

Claro que não votamos projeto algum, mas já sabemos qual é o sentimento, o porquê da Bancada de Governo não estar participando, debatendo. Vejo, aqui, 25 projetos, 15 em regime de urgência, uma PEC e os deputados saíram. Tenho quase certeza de que convencidos a votar e aprovar o pacote de maldades do governo.

Claro que a sinalização, deputado Tom Araújo, com toda clareza, pelo que estamos sentindo - e por isso estamos trabalhando na obstrução, para tentar impedir - é que a Bancada do Governo vai, mais uma vez, premiar e transformar esta Casa numa secretaria avançada. É impressionante você enviar tantos projetos e não permitir que a Casa venha a debater, para que os deputados tomem conhecimento, realmente, de cada projeto a ser votado.

Muito obrigado, deputado Tom Araújo.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Agradeço o aparte do deputado Herzem Gusmão. V. Ex^a é um deputado atuante, foi candidato a prefeito, por diversas vezes, em Vitória da Conquista. Tenho certeza que Vitória da Conquista presta atenção ao mandato que V. Ex^a exerce nesta Casa, contribuindo tanto para a nossa Bahia, fazendo, inclusive, um apelo. Esse apelo, tenho certeza, é um apelo pela discussão, para que o governo do Estado possa discernir. Para que todos nós possamos entender o que verdadeiramente esse governo quer.

De uma hora para outra o governo toma um empréstimo de R\$ 1 bilhão e 600 milhões por dificuldades. Depois, temos na pauta a discussão do PPA e o orçamento do Estado. E de uma hora para outra o governo, simplesmente, manda para cá uma PEC para tirar benefícios dos servidores. Esse R\$ 1 bilhão e 600 milhões que foi autorizado por esta Casa, não sabemos, verdadeiramente, a destinação que o governo dará a esses recursos.

Neste final de semana, estive no município de Valente e passei na estrada que liga Riachão do Jacuípe a Conceição do Coité. Na estrada, as pessoas podem até sentar-se para jogar dominó, porque leva em torno de 9, 10 horas para passar um carro, porque é intransitável.

E eu me pergunto: qual é a prioridade do governo? Quais são as prioridades? Não fecha contas, gasta de maneira irresponsável o recurso público, não presta contas à população, e agora vem para cá para simplesmente dizer: não, precisamos fechar contas. Outros Estados têm uma situação difícil, a Bahia ainda não está numa situação difícil. Ou seja, aquele discurso, aquela defesa de que a Bahia cuidava bem dos seus recursos públicos, de que fazia uma gestão otimizada, cadê? Caiu por terra de uma hora para outra?

Quero conceder um aparte ao nobre amigo, deputado Adolfo Meneses, a quem estimo muito, lá do município de Campo Formoso.

O Sr. Adolfo Menezes:- Caro deputado Tom, estamos assistindo hoje, aqui, um ato desde o início do governo de Rui Costa. A meu ver, o problema que o Brasil está atravessando neste momento, são políticas de vários governos – e eu não quero discutir quem começou, quem errou mais – de fazer o que o Brasil não tinha capacidade.

O governador Rui Costa está tomando a coragem de acabar com alguns privilégios, como há pouco foi falado aqui, de casos dignos de sair no Fantástico, de alguns, aqui no governo, que receberem um contracheque de R\$800 mil. Tenho certeza de que 99% dos servidores públicos não recebem esses contracheques, longe disso.

Estamos vendo aí o governador do Rio de Janeiro, com o dobro do orçamento da Bahia, R\$92 bilhões, com uma área territorial infinitamente menor, com 1 milhão a mais só de habitantes – aqui são 15 milhões; lá, 16 milhões –, dividindo salário;

governo do PMDB. O Rio Grande do Sul, até então era um estado rico, há meses o Brasil vem assistindo o parcelamento, que já está embolando, dos salários. Os funcionários fizeram greve e não tem jeito.

Então o governador, desde o início do seu governo, talvez por ser o braço direito do governador Wagner, conhecia a máquina e sabia onde poderia ser atacado. Tenho certeza de que o governador não quer prejudicar ninguém, mas também tenho certeza de que ele não quer ficar na história da Bahia como o único governador – pelo menos dos que, no meu tempo de política, eu tenha conhecimento – que não pagou os salários dos funcionários públicos. A Bahia estaria caminhando para ser o 18º a não pagar o salário dos funcionários.

Então, o governador Rui Costa, quando modificou o Planserv, um dos melhores planos do Brasil, sabia o que estava fazendo, não queria prejudicar os funcionários. Agora não é justo, Srs. Deputados, que aqui nesta Casa, como no Estado, se nomeie um funcionário com um salário de R\$800, o menor salário, que ele tenha 15 filhos e, no outro dia, os 15 filhos e netos passem a ter direito aos melhores hospitais, às melhores clínicas da Bahia.

(O Sr. Alan Sanches se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Adolfo Menezes:- Alguém paga, deputado Alan. Alguém paga. Não é à toa que, no final do governo Paulo Souto, era necessário R\$400 milhões para complementar o pagamento dos pensionistas e aposentados. O governador Rui Costa vai precisar agora, no final de 2015, de R\$3 bilhões. Vocês imaginem esse montante em hospitais, em estradas, na educação. Então, não tem milagre. Esse é o problema do país. Não tem milagre, vai quebrar todos os Estados irão quebrar. O governador só está se antecipando para não figurar como o único governador – de meu conhecimento, pelo menos – que atrasou, que não pôde pagar o salário dentro do mês. E é isso que ocorrerá em dezessete estados ricos do país, do Sul, do Sudeste e do Nordeste, como o Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe, Rio grande do Norte e vários outros que não preciso citar.

Será que os outros governadores querem prejudicar os funcionários públicos? Tenho certeza que não.

Então, é o problema do Brasil, deputado Tom. Agora há pouco, o deputado Alex da Piatã estava comigo e com outros deputados, aqui na sala do cafezinho, assistindo na Globo News à notícia de um juiz federal, afastado por ter cometido um crime, e que, durante os 10 anos do seu afastamento, recebia salário. Então, isso é normal no país.

É por isso que há essa desordem, essa quebradeira geral; porque os políticos – não quero discutir quais – não tiveram a coragem de tomar as medidas necessárias. E todos que fazem as leis sabem, lá em Brasília.

Deputado Alan está aqui me desconcentrando, então, essa é a minha opinião. Muito obrigado pelo aparte, aqui, nesta noite.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Deputado Adolfo Menezes, incorporo o aparte de V.Ex^a, discordando, somente, com relação a um contracheque de R\$800 mil. Isto não é a regra, essa é a exceção. Concedi o aparte a V.Ex^a, mas, quanto ao contracheque de R\$800 mil, tenho certeza de que é uma exceção, não é uma regra.

Então, como é que de uma exceção você faz uma regra para que todos os servidores públicos do Estado paguem a conta? Esse contrassenso é um absurdo e não pode ser um parâmetro para que a gente chegue aqui e vote retirando os benefícios que os servidores públicos conquistaram ao longo do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Ainda tenho 23 segundos.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Para concluir, quero conceder um aparte ao deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Tom, eu gostaria de parabenizá-lo por este discurso sensato. Como sempre, o deputado Marquinho Viana está agoniado. Parece que essa cadeira está lhe fazendo mal, Sr. Presidente.

Mas quero parabenizá-lo pelo discurso sincera. Passo a palavra ao deputado Tom, porque, pelo que vejo, o deputado Marquinho está de olho no café da manhã.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Eu Tenho apreço ao deputado Marquinho Viana, que está aqui, assumindo a presidência com muita competência, mas ele queria que eu concluísse antes de encerrar o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Cinco 5 para concluir, deputado.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Então, quero pedir a tolerância de V.Ex^a, para que eu conclua o meu pronunciamento, incorporando, inclusive, o discurso do meu querido amigo deputado Adolfo Menezes.

Para concluir, quero agradecer a V.Ex^a pela tolerância e por estar aqui assumindo a presidência no lugar do nosso presidente Marcelo Nilo. Está o fazendo com muita competência.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Muito obrigado, meu amigo Tom.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para discutir, o nobre doutor competente em ortopedia, deputado Alan Sanches, pelo tempo de 20 minutos. Seja breve.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, falarei só por 22 minutos, com a sua tolerância.

Senhoras e senhores, demais cidadãos que nos assistem aqui, hoje, já na quarta-

feira, o que falar desse pacote de malvadeza encaminhado pelo governador Rui Costa? Esse pacote perverso de tanta ruindade para a sociedade e para os servidores?

Tenho certeza, deputada Fabíola, de que esta Assembleia estará lotada, nesses dias, de servidores. Servidores defensores, servidores do Tribunal de Justiça, de todos os órgãos, porque alguns é através de PEC que terão suas estabilidades e seus direitos alterados e outros será por meio de projetos de lei. Os servidores da Casa, os cargos comissionados, os assessores, todos serão afetados neste projeto dos servidores.

O deputado Zé Neto, candidato prefeiturável de Feira de Santana, só agora tentou fazer algum esclarecimento sobre o projeto e esta PEC dos servidores e defensores públicos, dizendo que já tem um decreto do à época governador Jaques Wagner, em 2010, que desde então retirava isso. Se já existe, por que se fazer um projeto de lei e outro de emenda à Constituição refazendo tudo?! Não entendo! Ou a minha inteligência não consegue acompanhar a Procuradoria Geral do Estado ou estou errado.

Não é possível que uma coisa que já existe o governo esteja fazendo uma outra, mas da mesma forma. Isso é balela! O que vale é o que está escrito no papel, a letra fria da lei! E a letra fria da lei, se for aprovada aqui pelos deputados e deputadas, vai prejudicar - e muito! - os servidores e todos os cargos comissionados do Estado!

Eu chamo a atenção dos servidores que estão acompanhando para que eles possam realmente se movimentar, se mobilizar e, se necessário, entrar em estado de greve, porque só assim conseguirão barrar esse absurdo que o governo da Bahia está fazendo com eles! Não tem como, apenas com o nosso trabalho de oposição de 21 deputados, conseguir vencer os 42 do governo. Então é preciso, sim, que o funcionalismo público estadual comece a se mobilizar e, repito, por que não entrar em estado de greve? Aí, sim, vamos barrar estes projetos. Não adianta só vir aqui conversar com os deputados. Eles vão demonstrar e levar ao governador a preocupação dos servidores e o desgaste que isso vai dar para o Executivo. Mas mesmo assim, se não houver uma mobilização em massa contra o governo do Estado, contra essa atitude, estes projetos vão passar.

O projeto do ICMS me fez ser procurado por vários colegas, diversos empreendedores, iniciantes inclusive, por ser novamente mais uma proposta perversa com a nossa população.

Nós temos de começar a repensar os trabalhos desta Casa. Foi feita uma festa de gala neste Plenário pelo deputado Eduardo Salles, ex-secretário da Agricultura, que inclusive deu diplomas a quem participou. Acho que a deputada participou desta Frente Parlamentar do empreendedorismo, mas sequer foi feito um comentário pelo proponente da sessão e tal Frente nem aqui foi criada porque, a partir do momento em que se joga um projeto perverso destes contra o empresariado, ela nem sequer assobiou.

Não houve um pio desta Frente Parlamentar, não houve participação nenhuma

dela! Então será uma Frente Parlamentar só de papel?! Não entendi! E num momento em que se precisa duma defesa em massa de todas essas categorias de empresários! Quando falo empresário, falo de qualquer pessoa que esteja fazendo o seu comércio. A gente considera um empresário um dono de banca de revista, um dono de barraca de praia. Não se prendam só à indústria! Quando a gente fala isso, é porque todas as pessoas serão afetadas! Todas as pessoas que fazem circular dinheiro na nossa economia da Bahia serão afetadas! Da criança ao idoso, todos serão afetados! Mas a Frente Parlamentar criada nesta Assembleia um mês atrás, com certificados, não foi conversada, não participou de projetos nem emitiu um pio! Esta Casa realmente tem de repensar os seus trabalhos.

Com o aparte o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Alan Sanches, em primeiro lugar lhe agradeço pelo aparte.

V.Ex^a é um ardoroso defensor dos médicos e de todos os servidores públicos da área da Saúde e no seu discurso chama a atenção de como este pacote será daninho em geral para o funcionalismo público, que ao longo deste ano vem sofrendo. Tivemos uma inflação de 10,5%, mas o funcionário teve um aumento de 6%. E ainda foi dividido! Assim foi também com relação ao Planserv.

Às vezes, as pessoas ficam confusas quando a Oposição diz uma coisa e o governo, outra. Mas agora, com o contracheque, ficou claro que houve um aumento significativo na cobrança pelos dependentes e no Planserv como um todo. Isso logicamente subtraiu renda dos servidores. E agora vem esta PEC!

Então, V.Ex^a coloca com muita propriedade que o servidor público tem de se mobilizar. Os políticos são muito sensíveis às manifestações. Isso é muito comum nas democracias. O senhor diz com muita propriedade que estamos fazendo a nossa parte, que é protestar e chamar a atenção fazendo discursos reais, sem demagogia, sempre dizendo que entendemos que a situação financeira do governo estadual não é boa, em função da política errada que o federal há algum tempo vem fazendo. A realidade é que o nosso País está falido, a situação econômica é difícilíssima! Pior ainda é o fato de não vermos um horizonte melhor para o ano que vem.

Portanto, o deputado está de parabéns por defender a sua classe de médicos e funcionários públicos que efetivamente serão muito atingidos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Fábio Souto, incorporo o aparte de V.Ex^a, que muito contribuiu.

Acreditamos que estes projetos são danosos, ruins para o servidor, para a sociedade. Este do ICMS é um projeto que nos faz pensar que o governo do Estado não tem planejamento. Quando manda este pacote a esta Assembleia Legislativa no último mês do ano, parece que não gosta da sociedade. E que, por ser governador, S.Exa. faz da forma que quiser.

Mas esta Casa não pode se curvar a nenhuma ditadura. Quando o governo

estadual está errado, temos de mostrar que ele está mesmo errado e se equivoca em suas decisões. E a nossa postura na reunião que tivemos na Bancada da Oposição é não emendar este projeto danoso. A única emenda que nós oposicionistas poderíamos colocar seria uma emenda supressiva para tirar este projeto, porque a única forma que tem para emendá-lo é retirando-o, suprimindo todos os artigos. Não existe outra forma! Não tem como melhorar um projeto equivocados que só trará prejuízos para a sociedade, para os servidores, para toda a população que mora no Estado da Bahia!

Com o aparte o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Muito obrigado, deputado Alan.

Gostaria de reforçar o que V.Ex^a tem colocado na sua fala com bastante propriedade. Quando falava o colega Tom Araújo em um aparte do deputado Adolfo Menezes, que é um entusiasta do governador Rui Costa, ele falava como se Rui Costa fosse algo novo. Rui Costa é PT e participou desse governo. Guardadas as devidas proporções, o governo da Bahia se comportou como a presidente Dilma Rousseff. Para ganhar as eleições, o governo vendeu a boa saúde financeira da Bahia. Não assumiu, deputado Alan Sanches, que iria desmontar a Cesta do Povo. Muito pelo contrário, (a Cesta do Povo) foi bandeira de campanha. Não confessaram para o povo da Bahia a intenção de desmontar a máquina, de desativar uma autarquia como o Derba, de quase 100 anos, a EBDA e 31 Dires. Arruinaram a Bahia. Prometeram, só na minha cidade, duas barragens, do rio Pardo e do rio Catolé; um aeroporto; um hospital universitário; a universidade federal e curso de Medicina. Lá em Ilhéus e Itabuna, mais promessas: duplicação da BR-415; aeroporto internacional; ponte Ilhéus-Pontal e barragem em Itabuna. Quantas promessas! Aqui, a ponte Salvador-Itaparica. Então, foi um governo, assim como o governo federal, que enganou a Bahia!

Então, (fazem) esse discurso que o governador Rui Costa é um salvador da pátria. Quebraram a Bahia e agora querem colocar nas costas da sociedade e do servidor público o que eles fizeram de desgoverno e má gestão.

Muito obrigado, deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Um minutinho, deputado Pablo Barrozo, só para concluir um pensamento. No domingo foi estampado no jornal de grande circulação, *A Tarde*, o seguinte: Secretaria da Saúde consegue economizar a ganância que vinha acontecendo de R\$ 300 milhões. Eu penso que só existem duas formas de se economizar: quando se tem o controle e não se gasta de uma forma equivocada e a outra é não se pagando as contas.

Estamos acompanhando, nesta Casa, durante este ano todo, a falta de pagamento de diversos serviços e hospitais. Há pouco tempo falei aqui sobre o Hospital de Santo Antônio de Jesus, que estava em estado de greve porque não recebia. Diversos fornecedores também já começam a reclamar que não estão recebendo seus vencimentos. Aí fica fácil. O Hospital Geral do Estado, o HGE 2, já

era para estar em funcionamento desde abril. Passou para dezembro. Já estamos no mês de dezembro e não vai inaugurar. Mas não vai inaugurar por quê? Porque estão segurando os recursos para que não se contratem as pessoas que deverão trabalhar, pois estão sem dinheiro para contratar os servidores. Mas, ao mesmo tempo dizem que se economizou R\$ 300 milhões.

Por isso é que digo que chega a ser um equívoco de pensamento se economizar sem fornecer mais saúde, quando tivemos aqui algumas maternidades fechadas. Não é mentira que a Maternidade José Maria Magalhães, que inclusive dia 03 agora teve um grande apoio do Sindicato dos Médicos, já começou a fechar leitos. Botaram um tapumezinho para dizer que aquele leito estava em reforma, o que é mentira. É para isolar. Porque o governo do Estado cortou o repasse para a maternidade e, sendo assim, já foram demitidos médicos, funcionários e coordenadores de residência médica. Vão tirar o serviço de residência médica, de obstetrícia e ginecologia dessa maternidade. Assim fica fácil economizar: quando se tira o recurso da saúde, quando se tira o recurso das pessoas que precisam fazer esses atendimentos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Concede-me um aparte, deputado?

O Sr. ALAN SANCHES:- Com o aparte o deputado Sidelvan Nóbrega, do PRB. Presidente, por favor, veja meu tempo. O cronômetro está contando o meu tempo, mas o microfone não está funcionando. Depois tem que ser um pouco tolerante.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V.Ex^a ainda tem 4 longos minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Alan Sanches, queria parabenizá-lo e contribuir um pouco com o seu discurso. Olhava V.Ex^a aí nessa tribuna e me lembrei de que o governador Rui Costa fez parte de todo o governo de Jaques Wagner.

Então, se há algum desmanche, se alguma coisa tem dado errada hoje, fazendo com que o governo precise ajustar agora, por que eles não ajustaram lá atrás? Se sabia que a economia do País ia ficar ruim, se sabia que as pessoas iriam ter de pagar mais impostos, por que ele não arrumou o seu governo lá atrás, quando era secretário da Casa Civil?

Mais uma coisa também me chamou a atenção. Lembrei de que o governador colocou sua família ali, derramou lágrimas, e hoje ele está fazendo com que milhares de famílias dos servidores públicos, com esses projetos enviados a esta Casa, venham a ser penalizadas. Já não basta o aumento...

Um dos meus assessores, deputado Alan, pagava cerca de R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 ao Planserv e passou a pagar R\$ 800 e pouco. Dizia que não iria ter impacto, não aconteceria nada, quando na verdade o governo do Estado mais uma vez traz para a Bahia... E agora pede aos deputados da Situação, aos deputados que dão sustentação a sua base aqui na nossa Casa para aprovarem esse pacote de maldades contra o povo baiano. Então quando Rui chorou, exatamente aí no lugar em que V.Ex^a está, eram lágrimas de crocodilo, porque ele sabia que prejudicaria o povo da nossa Bahia.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado Sidelvan, nós que começamos juntos as nossas vidas parlamentares há 11 anos, na Câmara Municipal de Salvador. Orgulho-me de ver o crescimento de V.Ex^a com tamanha competência.

Bem, colega, como estava falando, temos de ficar muito alertas. Mas queria abrir um parêntese para dizer da alegria que tenho em participar desta Bancada da Oposição. Quando vi ali ainda nove nomes inscritos – além do meu, tem mais oito –, perguntaram-me: “Os deputados estão aí?” Falei: “Aqui tem oito inscritos. Tenho certeza de que voltarão”. E os nossos oito estão aqui. Quem se inscreveu, vem para falar; estamos aqui coesos para trabalhar em prol da população.

Mais uma vez, nos meus segundos finais desta primeira discussão, quero aproveitar para conclamar realmente os servidores. Esta Bancada aguerrida da Oposição não vai conseguir, por si só, barrar esse projeto. Precisamos da mobilização popular, precisamos dos servidores do lado da gente para barrar esse projeto maquiavélico e perverso.

O deputado Pablo Barrozo falou muito bem quando citou Maquiavel, pois só pode ter sido isso: um pacote de maldades que chegou de vez aqui na Assembleia, no último mês do ano, para prejudicar a população, os servidores, os prestadores de serviços, as crianças, a saúde. É a população da Bahia...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Para concluir, com sua tolerância.

(....) todos, indistintamente, serão prejudicados por esse pacote de maldades do governo “Ruim” Costa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para discutir, em substituição, nobre deputado Soldado Prisco, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, deputados aqui presentes, subo aqui para falar do orçamento. Fiz um estudo para ver quanto o governo estava investindo na segurança pública em nosso Estado e pasmem, o Estado investirá ainda menos do que investiu no ano passado.

Um estudo recente e com dados do próprio Ministério da Justiça afirma que a Bahia concentrou a maior quantidade de homicídios por grupos de 100 mil habitantes no País, são 136 mortes a cada 10 mil, conforme diagnóstico do próprio Ministério da Justiça. Prova também esse mesmo Ministério da Justiça, órgão oficial do governo, que a Bahia é o 5º pior Estado em investimento em segurança pública e no ano que vem para nossa surpresa, mesmo com todos esses dados o governo do Estado vai investir menos ainda.

É um verdadeiro absurdo o que esse governo vem fazendo com o povo da Bahia e com o servidor público do nosso Estado. Não há nenhum investimento real na segurança pública, só propaganda e bravata política.

Ficamos aqui também a cobrar de toda categoria do servidor público que venha para esta Casa na próxima semana quando vai haver a votação realmente do projeto e do segundo turno do orçamento já que estamos votando o primeiro turno, que venha a comparecer, lotar esta Casa e venha pressionar o governo para tirar de vez a máscara desse governo que usou todos os servidores públicos na sua campanha e muitos, infelizmente, mesmo ainda sofrendo com a gestão anterior, que é a mesma gestão desse governo, acreditaram e votaram nele. Está aí agora a traição que esse governo está fazendo com a nossa categoria.

Espero que os servidores acordem, despertem e venham para esta Casa porque nunca aconteceu de os servidores serem tão maltratados como está acontecendo agora.

Fico aqui, Sr. Presidente, abismado. Acabei de receber uma informação de que aconteceu mais um assalto a Banco na Bahia, há duas horas mais ou menos, na cidade de Adustina, onde 15 homens saquearam a cidade, levaram tudo que tinha no Banco e ainda levaram três vítimas como reféns pendurados em um carro. Isso virou rotina na Bahia e o governo simplesmente nada faz, só uma verdadeira bravata política. São quase 200 Bancos assaltados neste ano, 22 policiais militares assassinados e esse governo trata o servidor público dessa forma. Esperamos realmente que esta Casa venha a lotar, que os servidores venham mostrar a sua cara porque até o presente momento não vimos nesta Casa...

Como o nobre deputado falou aqui anteriormente que essas Galerias estejam cheias, que esta Casa esteja lotada para que esses bravos guerreiros deputados da Oposição tenham a fortaleza dos servidores e que possam lutar.

O Sr. Adolfo Menezes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Concedo um aparte ao deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Caro deputado Soldado Prisco, entendo a angústia de V.Ex^a que é da área de segurança pública e infelizmente não tem governador que dê jeito na situação do País.

Via hoje que no Rio de Janeiro, salvo engano, 174 policiais já foram assassinados esse ano. De 2005 para 2015, portanto, 9 anos, 8 mil 540 assassinados em confronto com a política no Rio de Janeiro, dá aí uma média de 1 mil assassinatos por ano no Rio de Janeiro. Então, V.Ex^a tem toda a razão. Agora pela exposição que vimos do secretário, hoje pela manhã, não conheço o projeto a fundo, mas foi relatado que só policiais não serão atingidos de forma nenhuma por esse decreto.

Quero dizer a V.Ex^a que é uma preocupação, V.Ex^a que representa os policiais militares, uma profissão de alto risco e claro, deveriam morar em bairros separados,

em conjuntos talvez, não em guetos, mas hoje muitos policiais pelo salário que recebem residem em áreas que têm que conviver com traficantes. Entendo V.Ex^a, mas o que vejo é uma situação do País. Vou concluir para não tomar seu tempo, é uma situação do País da violência. Um amigo nosso, na quinta-feira agora, um grande empresário do Paraná, perdeu o filho, com 21 anos, por causa de um celular.

Infelizmente, este é o País que estamos vivendo. Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Isso prova que não só o governo do Rio de Janeiro como o da Bahia estão errados, todos os dois não dão prioridade à área da segurança pública. O Rio de Janeiro está construindo um complexo pró-olimpíadas, investindo milhões. Para isso não faltam recursos, é mais uma bravata para aquele povo dali. Os governos que investiram em segurança pública tiveram resultados, e os dados do Ministério da Justiça provam isso, um baixo índice de violência de homicídios. A exemplo de São Paulo, Acre, Maranhão, Roraima que tiveram uma queda enorme nos índices de violência: assaltos, roubos.

Mas o governo não trata como prioridade a segurança. V. Ex^a colocou a questão da moradia. E esse governo, neste ano, de forma absurda cancelou um projeto feito ainda na época do governo Paulo Souto, que foi o Pró-Habite, uma vitória nossa na greve da PM em 2001, um conjunto habitacional. E o governo suspendeu simplesmente isso, deixou vários servidores públicos, principalmente os policiais sem imóveis. Os policiais investiram 100 mil, 150 mil, eles estão morando no imóvel, e o governo não teve nenhuma sensibilidade com esses policiais que estão aí no gueto. Os policiais foram expulsos de suas residências por marginais que marcaram a casa para que eles não ficassem ali naquele bairro.

Esse governo é insensível. Vai, faz uma bravata política no dia de hoje, fala do prêmio por desempenho do policial militar, mas é pura enganação com a nossa categoria. Nenhum respeito com a categoria dos policiais militares, aliás, com nenhuma categoria. Esse é governo que mais tem desrespeitado a nossa categoria. Perseguindo em todo o tempo, utiliza um regulamento arcaico, ultrapassado para massacrar a nossa categoria, utiliza escalas de serviços exorbitantes, como temos agora o batalhão turístico, cujos policiais estão sendo escravizados, não têm direito à folga nenhuma, o tempo todo trabalhando, porque os comandantes têm um regulamento debaixo do braço. E eles não trabalham, quem faz a ponta são os praças, e o governo dá autonomia para essa aberração, essa prática da ditadura que está acontecendo com nossa corporação. E não vemos o governo fazer nada.

É um desrespeito total, um descalabro total com nossa corporação. As unidades estão todas elas sucateadas, as viaturas também. O governo não renovou o contrato com a empresa que fornece as viaturas, que é a LM, apenas auditou o contrato, e as viaturas estão todas sucateadas, caindo os pedaços. Doze viaturas já capotaram este ano. O policial teve a vida ceifada por isso, e o governo não está nem aí. Nosso armamento é muito ínfimo em relação à questão da criminalidade. Os coletes estão quase todos vencidos e insuficientes para a realidade do crime no interior. Colocar

dois policiais numa tal operação Varredura que o Comando da PM banca hoje para fazer segurança em banco no interior, contra 15 assaltantes, é colocar dois policiais num caixão de defunto.

Tivemos um policial morto na cidade de São José da Vitória, que estava sozinho e foi alvejado com um tiro no rosto. Foi um clamor para toda a sociedade. Mas hoje está lá a mesma cidade com a mesma quantidade de policiais, sem mudar nada. Então não temos efetivo, o governo não investe em nada e quer cobrar da categoria sem nenhuma condição. Um verdadeiro absurdo o que esse governo vem fazendo com o servidor público, especificamente, com a categoria da segurança pública: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de bombeiros estão sucateados. Dos 417 municípios da Bahia, apenas 15 cidades são atendidas pelo Corpo de Bombeiros. Pasmem os senhores!

Essa é a forma como o governo trata a segurança pública na Bahia.

Com o aparte o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: - Deputado Prisco, estava aqui acompanhando o deputado Adolfo Menezes, que hoje abriu o falador aqui, fale mais, deputado, eu gosto da participação de V. Ex^a, poderia se inscrever para a discussão na tribuna, porque eu gosto de ouvi-lo, V. Ex^a que foi presidente da Comissão de Orçamento e, se não me falha a memória, da de Segurança. Sempre trouxe aqui na legislatura passada o debate sobre a segurança.

E, quando vejo, deputado Prisco, V. Ex^a falar aí, eu fico pensando no planejamento de segurança do Estado da Bahia. Eu sou a favor da blitz, antes que me contestem, sou a favor da blitz, mas não pode ser o programa de segurança do Estado da Bahia. Parece que, de repente, para se pegar bandido, para dar segurança para a população, tem que se travar a cidade de uma forma desordenada, desastrosa, às vezes. Hoje, as pessoas percebem que quando tem uma paralisação numa via, antes a gente achava que tinha uma manifestação com queima de pneus, ou outra coisa, mas hoje a gente sabe que tem uma blitz ali. Hoje está sendo assim.

Acho que o governo do Estado tem que repensar o planejamento e V.Ex^a poderia, inclusive, dar sua contribuição, V.Ex^a que milita nisso. Acho que desde o seu nascimento que já é polícia, V.Ex^a poderia trazer grandes contribuições para esta Casa, para o governo do Estado que parece que estão perdidos, parece que a segurança aqui está perdida.

Hoje, no dia de ontem, na terça-feira, porque já estamos na quarta, o Vale das Pedrinhas com toque de recolher; na semana passada foi em Santa Mônica e em outros bairros estão acontecendo a mesma coisa. Os bandidos dando toque de recolher e a sociedade tendo que ficar presa em casa.

Queria só dar essa colaboração na fala de V.Ex^a nesse aparte que fiz. Muito obrigado.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Agradeço. V.Ex^a colocou bem claro, não há

nenhuma política de segurança pública neste Estado, aliás, há uma incompetência total na gestão da segurança pública deste Estado. Há uma falência do modelo de segurança pública implementado no Estado da Bahia. Os dados estão aí. Eu fico a me perguntar: o que a população da Bahia está aguardando para ir às ruas e cobrar deste governo melhorias na área da segurança pública, porque a falência é total. Nós perdemos de vez para a criminalidade, para o tráfico de drogas que domina os bairros da cidade e vemos o governo, hoje, infelizmente, nada fazer.

No interior da Bahia, a criminalidade comanda. Temos presídios onde as facções comandam descaradamente a segurança pública. No Complexo Penitenciário da Mata Escura, temos um fato inédito, vira até piada para os policiais militares. Temos a UED, Unidade Especial de segurança pública, se os Srs. Deputados quiserem visitar, seria interessante, esta Casa poderia visitar. É um complexo aberto, todo mundo entra, todo mundo passeia, todo mundo vai lá na hora que quiser. Nós temos lá 12 presídios onde não tem um muro cercando os presídios e o governo fazendo bravata política. A blitz é mais uma bravata política, é mais para oferecer uma tal de sensação de segurança para a sociedade. Não é tratada, não escuta a base.

No ano passado, precisou ter um movimento reivindicatório para o governo descer do salto e sentar com a categoria. É um governo do trabalhador. Um governo que se utilizou da base para crescer. Um governo que se utilizou daquela pessoa que estava lá embaixo, dos sindicalistas para debater e para crescer e hoje não senta, só querem sentar com os coronéis, só querem sentar com a alta cúpula da polícia para ouvir a segurança pública. Está um descalabro total.

No ano passado, no movimento reivindicatório, o governo assinou um acordo e não cumpriu esse acordo e não vem cumprindo até o presente momento. E tudo aquilo que V.Ex^a colocou, deputado Alan Sanches, foi entregue ao governo uma melhoria absoluta para a segurança pública. O governo agora fala que vai gastar 402 milhões no PDP, o Programa de Desempenho Policial.

Se o governo pudesse gastar esse dinheiro em dívida que ele tem com os policiais. Nós somos a única categoria de trabalhadores do Estado que tiramos do bolso, do salário mínimo que a gente já ganha para pagar o transporte para oferecer segurança à sociedade.

Isso ninguém fala. Somos a única categoria que mais morre, que mais são baleados e não temos insalubridade e periculosidade. Esse é o respeito que o governo tem pela categoria. Basta a categoria falar em manifestação e esse governo mostra a sua força. Um regulamento arcaico e ultrapassado com prisões, com demissões.

No meu caso, eu respondo pela Lei de Segurança Nacional que este governo, que se diz democrático, que se diz sindicalista impôs sobre a minha pessoa um processo absurdo e arbitrário tentando calar a minha voz na força e na garra do Poder Judiciário que ele próprio utiliza. Quando é para reintegrar e obedecer ao Poder Judiciário, não me reintegra com todas as ações ganhas na Justiça, me deixa fora da Corporação, desrespeitando o Poder Judiciário.

Então, conclamo a todos os servidores públicos para que na semana que vem estejam aqui nesta Casa para lutar, para não deixar que essa aberração passe, para mostrar a esse governo que ele cometeu foi um estelionato eleitoral. Tanto em Brasília como aqui não podemos ceder a essa aberração que vem acontecendo no Estado.

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Concedo um aparte ao nosso amigo, deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Prisco, sem dúvida o deputado tem sido uma voz em defesa não só da categoria, mas no combate à violência que assusta no Estado.

O mapa da violência do Instituto Sangari, reconhecido pelo Ministério da Justiça, aponta a Bahia, destaca que da Bahia, das trinta cidades mais violentas do país, a Bahia contribui com 11 cidades. Isso é falta, exatamente, do que destacou o deputado Prisco. Falta de uma política de segurança pública.

Nós presenciamos uma explanação e o deputado Prisco lá estava, também, estava o deputado Fábio Souto, lá no Ministério Público, quando o secretário Maurício Barbosa apresentou o Pacto Pela Vida, programa elaborado em 2012, belíssimo programa, parece que foi elaborado por uma força de segurança americana, pela Polícia Americana. No entanto, bonito mas gelado, frio no papel. Na prática a violência, as mortes. E, o governo ainda tenta, deputado, fazer uma maquiagem, a mesma maquiagem financeira com dados econômicos do Estado. Vem com a maquiagem para mostrar números, e, na prática, nós não sentimos o combate à violência.

Portanto, de parabéns V.Ex^a, e realmente a Bahia carece de uma política de segurança pública, mas investindo na boa escola, em atividades nobres. Nós precisamos, os nossos jovens necessitam.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Muito obrigado, nobre deputado.

A única coisa em que esse governo da Bahia fez investimento na segurança pública foi na Corregedoria, para perseguir os bons policiais. Quando vemos o combate a um crime e o policial, no confronto, atinge um marginal, você vê toda a sociedade, todo o tal dito “direitos humanos”, numa hipocrisia absurda, tentando, numa inversão de valores absurda em relação a nossa categoria, protegendo muito mais o criminoso do que o próprio policial militar. Tivemos uma policial militar, soldado Dulce, uma negra que foi assassinada brutalmente dentro do seu local de trabalho e não vi nenhuma manifestação pública de nenhum desses órgãos, nem tampouco do governo se colocando em relação a isso.

Então é chegada a hora do povo ir para a rua, de cobrar desse governo uma segurança pública efetiva e de verdade. Não uma bravata política. Não falo apenas por ser Oposição, para querer criticar o governo. Os fatos estão aí, o povo vê todos os dias nas ruas a violência, você hoje não pode mais sair de sua casa porque a criminalidade tomou conta da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos da Casa.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra, para discutir, o nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, a questão de ordem é para primeiro comunicar a V.Ex^a que não haverá mais orador. Gostaria que V.Ex^a entrasse no processo de votação neste momento porque não há mais inscritos para discutir o projeto. E juntamente, com isso, pedir uma verificação de quórum de votação, nominal.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a zerasse o painel, desse os 15 minutos regulamentar, e queria convocar todos os deputados da base porque existe uma questão de ordem que solicita uma verificação de quórum para votação. Peço então o tempo regulamentar de 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V.Ex^{as} serão atendidos.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- São 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Tenham um pouco de paciência que tudo será resolvido.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, a questão de ordem V.Ex^a deferiu, pedi a verificação de quórum de votação, o deputado Paulo Rangel pediu a verificação e pediu que V.Ex^a começasse a contar o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Sandro Régis:- Então mande contar o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V.Ex^a será atendido. Marquem no painel os 25 minutos.

Há um pedido de verificação de quórum de votação. Os deputados que se encontram nos corredores, no cafezinho, no restaurante, nos gabinetes compareçam ao Plenário para marcarem suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes e em outras dependências da Casa, existe um pedido de verificação de quórum de votação. É necessária a presença de 32 Srs. Parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quórum de votação.

(Pausa.)

Quem foi que pediu quórum? Foi o deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, V.Ex^a marque a presença, por favor.

O Sr. Sandro Régis:- Calma, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não tenho calma não, senão eu vou suspender. Aí é questão de hierarquia e questão de Regimento.

Obrigado.

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que estão despachando com S. Ex.^a o Governador Rui Costa ou que estão com algum secretário de Estado venham para o Plenário.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, faltam 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam 3 minutos e 14 segundo. Mas lembro a V. Ex^{as} que tem uma Extraordinária...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Convocada para quinta-feira às 10 horas da manhã.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Faltando o deputado Eduardo Salles marcar e o deputado Nelson Leal. Trinta e dois votos. Em votação. Questão de ordem.

Deputado como recomenda a sua Bancada? Deputado, eu agora vou ser obrigado a botar para votar.

O Sr. Sandro Régis:- Calma, Sr. Presidente. Calma, eu vou recomendar a minha Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu sou obrigado a fazer agora por causa do tempo, deputado, como V. Ex^a recomenda a sua Bancada?

O Sr. Sandro Régis:- Recomendo “não”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Srs. Deputados, façam suas votações.

O Sr. Sandro Régis:- Pode ficar menos tenso agora, pode tomar seu chazinho pois já deu quorum. Você estava muito nervoso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Votação. Só falta 1 minuto para encerrar.

Em votação. Só tem 1 minuto, vocês votem.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, espera aí. Tempo necessário, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de votação, votem.

O Sr. Sandro Régis:-Acabou? Então, não votei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Votação. Em votação. Tem que ter trinta e dois votos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, Marcelo. Completou o quórum, Marcelo. Não, Marcelo, é quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está encerrada a sessão. Encerrou. Encerrou, e convoco uma Extraordinária.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, Marcelo. Não pode. Não teve quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu mandei votar. Já encerrou o tempo. Já encerrou o tempo. V. Ex^{as} não votaram. Está encerrada e convocada a extraordinária.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.